

1 **65ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA**
2 **Brasília/DF – 21 de março de 2002**

3
4 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

5
6 Eu gostaria de declarar aberta a 65ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio
7 Ambiente para examinar e deliberar a pauta constante da ordem do dia, que foi previamente
8 distribuída aos Srs. Conselheiros. Item dois - Apresentação e discussão preliminar da Ata
9 da 64ª Reunião Ordinária realizada em 12 de dezembro de 2001. Em discussão. Se alguns
10 Conselheiros desejarem fazer qualquer comentário a respeito desse tema, a ata está sendo
11 distribuída ,como sempre, para ser votada na reunião seguinte. ABES, Conselheiro
12 Bertoldo tem a palavra.

13
14 **Bertoldo da Silva Costa – Diretor Nacional da ABES**

15
16 Senhor Presidente, só uma redação. Na folha 81, o número 39/87 está escrito 39/88. Está
17 escrito que é o Congresso da África e é Congresso da ABES. Só isso.

18
19 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

20
21 Registrado. Algum comentário a mais? Conselheiro Gerson - Associação Nacional dos
22 Municípios e Meio Ambiente.

23
24 **Gerson Almeida – Representante da ANAMMA**

25
26 Sr. Presidente, gostaria de fazer já esse anúncio, no início da reunião. Como ontem a
27 resolução que aprovamos constrói, constituiu um dos grupos que é a questão da área urbana
28 coordenado pela Associação Nacional de Municípios do Meio Ambiente. Nós gostaríamos,
29 desde já, que os Conselheiros e Entidades que tenham interesse em compor esse grupo, se
30 puderem fazer a gentileza de durante a reunião nos apresentarem, porque em breve
31 queremos já sair com a data da primeira reunião que vai constituir esse agrupamento, esse
32 grupo de trabalho. Certo? Da questão da área urbana com relação à resolução votada ontem.
33 Obrigado.

34
35 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

36
37 Em seguida, item 3 - Votação da ata da 63ª Reunião Ordinária de 02/08/01. Em votação. Os
38 Conselheiros que aprovam a ata queiram se manifestar exibindo os seus cartões de
39 aprovação da ata. (Pausa) 42. Os que não aprovam? Os que desejam manifestar abstenção?
40 Quatro abstenções. Aprovado. Item 4 - Apresentação das matérias com pedido de regime de
41 urgência, pedido de inversão de pauta e encaminhamento das emendas às matérias da
42 ordem do dia. A mesa tinha uma solicitação já aprovada de fazer uma inversão com relação
43 ao item 5.2, que passará a ser discutido em primeiro lugar. Dispõe sobre alteração da
44 Resolução CONAMA sobre pneumáticos. Pela ordem da discussão, Conselheiro Finotti.
45 Em seguida, Conselheiro Francisco Soares.

46
47 **Paulo Finotti – Representante das OGNs da Região Sudeste**

48

49 Sr. Presidente, senhores Conselheiros, nessa nossa primeira intervenção do dia, eu gostaria
50 de solicitar a esse plenário e à mesa diretora que acatassem uma posição elaborada pela
51 Câmara Técnica Temporária de Assuntos do Mercosul e devidamente apresentada à
52 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos a respeito da agenda do subgrupo 6, do Mercosul
53 sobre o Meio Ambiente, que terá a sua reunião na primeira quinzena de abril. Trata-se de
54 uma proposta ao representante deste país, simplesmente uma recomendação ao
55 representante deste país naquele subgrupo de uma agenda que foi discutida amplamente por
56 partes de membros do Ministério, as Organizações não Governamentais presentes na
57 Câmara Técnica e demais Órgãos do Ministério. Essa proposta está no computador e eu
58 solicitaria que isto fosse colocado e se possível aprovado pelo Conselho . Muito obrigado.
59

60 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

61

62 Conselheiro Francisco Soares.

63

64 **Francisco Rodrigues Soares – Representante da ONGs da Região Nordeste**

65

66 Francisco Rodrigues Soares, representante das ONGs do Nordeste no CONAMA e
67 Presidente da Comissão do CNEA do CONAMA, das Entidades Ambientistas. A nossa
68 proposta é que seja feita a inversão do item 5.6, que é uma retificação de uma resolução que
69 trata sobre datas com relação a cadastro, tendo em vista que nós estamos num processo
70 eleitoral da renovação e não queremos correr o risco de que essa resolução não seja votada
71 hoje. Como se trata de uma simples retificação, é uma matéria que deve ser decidida bem
72 rapidamente. Outro assunto que eu gostaria de colocar, uma questão de ordem. Não estou
73 vendo aqui na pauta a resolução que trata sobre transgênicos - Organismos Geneticamente
74 Modificados, uma vez que foi pedida a vista na reunião passada e, com base no regimento
75 do CONAMA, ela seria matéria prioritária na pauta de hoje.
76

77 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

78

79 Bom, sobre o pronunciamento, eu gostaria de dizer e ao mesmo tempo também lamentar
80 um pouco, porque nós precisamos criar uma dinâmica mais acelerada para as nossas
81 decisões com relação ao processo de OGMs. Na reunião em que a matéria foi examinada
82 tivemos oito pedidos de vistas e só dois Conselheiros responderam com as suas propostas,
83 que foram o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Agricultura . Os demais
84 não aportaram os seus comentários e as suas sugestões. Por essa razão, a matéria não entrou
85 em pauta, porque não está suficientemente instruída para votar, mas concordamos
86 plenamente que é uma matéria de mais alta importância e regimentalmente nós poderemos
87 fazê-lo, se for o caso, inclusive, na reunião seguinte ou até convocando uma reunião para
88 deliberar. Infelizmente, pelo fato dos Conselheiros não terem aportado os seus comentários,
89 a matéria não foi suficientemente instruída para decisão aqui. Então, eu dirigiria aos
90 Conselheiros que pediram vista e não aportaram suas sugestões, os comentários do
91 Conselheiro Francisco Soares. Continua pela ordem Conselheiro Bertoldo da ABES e em
92 seguida Conselheira Marijane, falando em nome das ONGs nacionais.
93

94 **Bertoldo da Silva Costa – Diretor Nacional da ABES**

95

96 Sr. Ministro, eu gostaria de fazer um apelo à mesa de mantermos a pauta e o primeiro item
97 da pauta 5.1. A questão de aterros, de resíduos sólidos, porque isso é um assunto de mera
98 emergência. Hoje nós vivemos um problema gravíssimo dos lixões e também essa endemia
99 de dengue no país, a questão de disposição dos aterros sanitários, o *Aedes aegypti*, o lixão,
100 essas exposições inadequadas no país são um grande foco e um grande risco para Saúde
101 Pública. Então, eu vejo nessa matéria, uma matéria, tanto do ponto de vista sanitário como
102 do ponto de vista de saúde pública, emergente, e faria um apelo à mesa para nós, já que é
103 vista essa matéria, mantermos a ordem.

104

105 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

106

107 A matéria com certeza é importante, nós já tínhamos acatado, determinado a inversão de
108 pauta, mas ela continua o voto em seguida. Então, teríamos primeiro pneu e logo em
109 seguida aterro sanitário. Conselheira Marijane, tem a palavra.

110

111 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**

112

113 Sr. Presidente, senhores Conselheiros, em nome das Entidades, das ONGs em âmbito
114 nacional, eu gostaria de insistir na questão regimental referente à Resolução que foi
115 apreciada na última Reunião Ordinária do CONAMA sobre licenciamento ambiental e a
116 EIA/RIMA de atividades e empreendimentos com os OGMS e seus derivados. O artigo 17
117 do regimento diz: "é facultado a qualquer Conselheiro requerer vista devidamente
118 justificada de matéria ainda não julgada ou solicitar a retirada de pauta de matéria de sua
119 autoria. Parágrafo primeiro, quando mais um Conselheiro pedir vista do prazo, deve ser
120 utilizado conjuntamente pelos mesmos." Oito Conselheiros pediram vista, tivemos esse
121 prazo. Segundo parágrafo: "a matéria retirada para vista ou por iniciativa do seu autor
122 deverá ser reapresentada em reunião subsequente, acompanhada de parecer observado o
123 prazo estabelecido pelo presidente." Em meu entendimento, talvez eu esteja enganada, se o
124 parecer pedido não foi entregue, isto não prejudica o direito deste Conselho . É direito e
125 dever deste Conselho, na Reunião Ordinária subsequente, apreciar a resolução em questão.
126 Nós, por exemplo, diversas ONGs envolvidas nessa temática, não pedimos vista porque já
127 tínhamos considerado conhecimento suficiente da matéria e queríamos votá-la. Entendemos
128 que era um direito dos Conselheiros que pediram vista, terem esse prazo, mas entendemos
129 também que não é um direito deles, porque não responderam, ou porque responderam
130 atrasar um direito dos demais Conselheiros. Mais do que o direito, o respeito ao regimento,
131 porque se essa questão existe no regimento, é para impedir que pedidos de vista e não
132 respostas do pedido de vista permitam que certas matérias sejam prolongadas
133 indefinidamente. Há uma razão legal para isso, então eu intercedo novamente, solicitando
134 ao Sr. Presidente e aos demais Conselheiros que coloquem em pauta nesta reunião, que é a
135 reunião subsequente. A reunião de ontem foi uma Reunião Extraordinária, e como todos
136 sabemos, a pauta da Reunião Extraordinária é aquela para a qual ela foi convocada, que
137 ponhamos em rigor o regimento, não deixemos passar. Até porque as conseqüências desse
138 ato ultrapassam muito o pedido em questão, a resolução em questão, eu diria, em se
139 tratando do assunto de transgênicos, tem outras enormes conseqüências.

140

141 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

142

143 Conselheiro Langone.

144

145 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

146

147 Sr. Presidente, prezados colegas Conselheiros. O Rio Grande do Sul pediu vista de matéria
148 sobre OGMs, assim como várias outras Instituições e nós achamos que talvez tenha aí a
149 necessidade de aprimorar um pouco reconhecendo, inclusive, que vários não apresentaram
150 os seus relatórios. Talvez nós tenhamos que aperfeiçoar junto à Secretaria Executiva do
151 Conselho um mecanismo de ativação e de definição de prazos para entrega dos relatórios,
152 quando nós temos uma situação como essa, em que às vezes seis ou oito Instituições pedem
153 vista do mesmo processo. Quando só um pede vista do processo, este fica em carga e tem
154 um prazo para voltar, inclusive, para tramitar na jurídica. Quando são vários, só as partes
155 mais importantes do processo na forma de cópias vão para as Entidades que pediram vista.
156 De qualquer forma, nós gostaríamos, tanto em nome do Rio Grande do Sul, como em nome
157 da ABEMA, de reforçar, mesmo que nós não tenhamos apresentado com antecipação o
158 nosso relatório, a solicitação de inclusão desse tema na pauta de hoje por uma situação
159 muito simples. Como aconteceu no Código Florestal, esse tema está sendo debatido no
160 Congresso Nacional, todos têm acompanhado isto. A votação que aconteceu no Congresso
161 Nacional é uma votação bastante preocupante e o conteúdo do relatório final da comissão
162 que deve ir a plenário atenta profundamente contra as prerrogativas constitucionais do
163 SISNAMA, e portanto, pela informação que nós temos com a tramitação do projeto em
164 regime de urgência urgentíssima, ou o Conselho, esse CONAMA, analisa e se manifesta
165 sobre esse assunto agora, ou depois da votação pelo Congresso Nacional não teremos mais
166 nada a fazer, e por mais que nós tivéssemos aperfeiçoamentos a sugerir ao trabalho da
167 Câmara Técnica, foram dois anos de trabalho na mesma e, na essência, a proposição trazida
168 a plenário pela Câmara Técnica tem o nosso acordo, porque sobretudo o que está em
169 questão aqui é se nós vamos manter para todas as atividades de potencial em impacto
170 ambiental a prerrogativa dos órgãos do SISNAMA de licenciamento ambiental, ou se
171 vamos delegar a terceiros. É isso que está em questão e, portanto, isso também tem uma
172 importância que vai além do mérito desse assunto em si, vai no que diz respeito ao
173 exercício da competência desse Conselho e a resguardo das atribuições do Sistema
174 Nacional de Meio Ambiente. Por isso, mesmo com algum prejuízo na apresentação dos
175 relatórios de vista, achamos que é muito importante que o assunto seja tratado hoje.

176

177 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

178

179 Dr^a. Silvia, Procuradora do Rio Grande do Sul.

180

181 **Sílvia Capelli – Representante dos Ministérios Públicos Estaduais**

182

183 Bom dia a todos. Obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, o Ministério Público
184 gostaria de ratificar a posição da ABEMA no sentido de resguardar as atribuições do
185 Conselho Nacional do Meio Ambiente e que o Conselho Nacional do Meio Ambiente se
186 posicione no sentido de manter a competência do Sistema Nacional de Meio Ambiente para
187 o licenciamento ambiental de ONGs. Essa é uma questão extremamente importante e objeto
188 de ação judicial em tramitação e seria juridicamente importante que CONAMA se

189 manifestasse a respeito e resguardasse as suas atribuições. O Ministério Público gostaria de
190 apresentar à mesa alguns destaques com relação à resolução de resíduos sólidos urbanos.

191

192 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

193

194 No momento próprio, quando a matéria estiver em discussão, por gentileza. Alguma
195 discussão mais? Algum Conselheiro sobre o nosso item 4? Bom, eu só queria fazer uma
196 menção aqui sobre esse ponto. Nós vamos operacionalmente ver aqui como pode ser feito,
197 porque a Secretaria Executiva não tinha ainda o material aqui, nós teremos que examinar aí
198 a possibilidade de ter o material e eu tenho ainda a inscrição do Conselheiro Vicente, mas
199 queria dizer que uma das questões que nós recomendamos expressamente é que o novo
200 regimento deixe claro os prazos para pedido de vista, de tal maneira que essa questão não
201 fique pendente de decisões como estamos aqui concordando com o Conselheiro Langone.
202 Então, o regimento que nós já submetemos à apreciação dos Srs. Conselheiros queremos
203 fixar regras claras de votação para as matérias com pedido de vista, fixando o prazo de tal
204 maneira que isso não fique sujeito aos problemas que estamos tendo, especificamente nesse
205 caso, aqui e agora. Conselheiro Vicente.

206

207 **Vicente Gomes da Silva– Procurador Geral do IBAMA**

208

209 Obrigado, Sr. Ministro. Bem, tem realmente razão a Conselheira Marijane, já que de fato o
210 regimento orienta nesse sentido. Realmente, a matéria que é pedida vista, o regimento
211 orienta que ela retorne na reunião subsequente. Nós tomamos como paradigma, quer dizer,
212 os prazos judiciais sempre com a parte que pede, tem vista do processo, e é prazo comum
213 às duas partes, mas aqui no nosso caso, há possibilidade de vários Conselheiros fazerem
214 esse pedido de vista, o que tumultua realmente do ponto de vista processual. Agora, eu
215 queria apenas como informação geral, lembrar dois fatos que estão postos sobre matéria,
216 que é uma questão que está posta na justiça. Eu acho que muita gente sabe que o Tribunal
217 está decidindo essa matéria e a nossa expectativa é, inclusive, de que os dois juízes faltantes
218 para votar essa questão não acompanhem o voto da Dr.^a Celene que está em curso, pois é
219 um voto extremamente extenso, acho que cerca de 600 a 800 laudas sobre essa questão do
220 OGM. O Sr. Ministro, em passado bem recente, logo na ocasião em que estava sendo lido o
221 voto da Dr.^a Celene, pediu-me o nome dos outros dois juízes que vão ainda votar, fez um
222 expediente a esses dois juízes na tentativa de sensibilizá-los no sentido de que a votação
223 deles dois seja diferente da posição que vem sendo adotada pelo voto da Dr.^a Celene, mas o
224 processo ainda está em curso e nós estamos na expectativa de que haja essa mudança de
225 orientação em relação à questão da OGM, que é aquela que sempre dissemos, a questão da
226 avaliação do risco ambiental, do estudo de impacto ambiental. É uma matéria de
227 competência, efetivamente, do Meio Ambiente. Nós nunca abrimos mão disso. O Ministro,
228 sempre que nós levamos esse assunto a ele, disse: _ Olha, nós não abrimos mão da posição
229 de que a questão de avaliação e estudo de impacto ambiental sobre a OGM é matéria de
230 competência do Meio Ambiente. E foi nesse sentido que ele encaminhou realmente uma
231 correspondência aos dois juízes que ainda faltam votar essa matéria. E adicionalmente a
232 isso tem também essa discussão que eu acho que todo mundo está acompanhando no
233 Congresso Nacional, que está sendo votada uma lei tratando dessa matéria. Então, como a
234 matéria não foi pautada aqui, neste momento, eu acho que ficaria realmente, embora haja
235 efetivamente essa questão regimental levantada, mas eu acho que seria uma situação

236 bastante desconfortável votá-la nessa circunstância, quer dizer, nós temos um quadro
237 externo posto que deve ter desdobramento brevemente e além do fato desse pedido de vista
238 por oito Conselheiros, dos quais só dois se manifestaram, eu acho que poderia haver, Sr.
239 Presidente, talvez até a convocação de uma reunião extraordinária, quem sabe, no menor
240 prazo possível e aí sim, equacionando essa questão da devolução do processo, da
241 manifestação daqueles que pediram vista. Eu não sei se os senhores teriam realmente
242 conforto para votar a matéria nesse instante, em função desse cenário, mas eu acho que de
243 repente poderia ser alguma coisa nessa linha, sem o prejuízo da preocupação da
244 Conselheira do ponto de vista regimental e também do ponto de vista da matéria que,
245 efetivamente, é importante.

246

247 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

248

249 Eu quero mencionar o seguinte: essa presidência considera pertinente o pleito que foi
250 apresentado. Nós temos questões operacionais de fato porque não havíamos preparado para
251 votar a matéria, a qual não foi distribuída para os senhores Conselheiros, então temos uma
252 questão operacional aqui, que vamos examinar nesses primeiros momentos da manhã, para
253 ver se nós conseguiríamos ainda hoje colocar a matéria, se for essa, naturalmente, a decisão
254 desse plenário, porque nós estamos incluindo matéria não prevista na ordem do dia e só o
255 plenário teria essa responsabilidade. Então, eu considero pertinente, acho que essa matéria é
256 importante e nós vamos daqui até a votação das matérias seguintes ver como
257 operacionalmente, ainda conseguiríamos nos preparar para colocar essa questão levando em
258 consideração também os comentários do Conselheiro Vicente, que também são pertinentes,
259 mas acho que a matéria, regimentalmente, deveria estar sendo objeto de decisão. Eu quero
260 com isso também reiterar uma vez mais o compromisso do Ministério do Meio Ambiente
261 com importância desse assunto e a necessidade de dar um tratamento ambiental
262 absolutamente adequado a esse tema, exercitando as responsabilidades desse Conselho e
263 deste Ministério. Conselheiro Leopoldo Garcia Brandão.

264 *(palmas)*

265

266 **Leopoldo Garcia Brandão – Representante da CNC**

267

268 Sr. Presidente, senhoras e senhores Conselheiros. Eu queria fazer uma sugestão, que é
269 também uma ponderação. Eu pergunto à mesa se nós, membros do CONAMA que estamos
270 aqui, não poderíamos votar uma decisão de urgência para inclusão dessa matéria na reunião
271 de hoje, em face de exigência regimental e face às ponderações do Conselho (...) que tem o
272 seu cabimento, mas que talvez uma decisão do plenário neste momento decidindo que essa
273 matéria é urgente e que essa urgência se explicitaria na colocação dessa matéria na agenda
274 de hoje. O Ministro já colocou com muita correção as dificuldades operacionais, mas ela
275 sendo colocada daqui a duas horas, Brasília tem um tráfego muito fácil, é fácil fazer viajar
276 esse processo para lá e para cá e então nós daríamos, digamos assim, um reforço
277 regimental, que é a manifestação soberana do plenário decidindo que essa matéria deveria
278 ser colocada na agenda de hoje por uma decisão do plenário, que é considerá-la urgência
279 urgentíssima, não sei quanto à semântica, e nem sei qual é a gênese disso no regimento, mas
280 em todos os plenários existe esse poder, do próprio plenário tomar decisões de natural
281 soberana, decidindo a urgência da matéria. Então, é uma ponderação, uma reflexão e uma
282 sugestão se houver cabimento regimental, se ela puder ser tratada desta maneira eu estou

283 pronto para subscrever essa proposta e outros também, como quiser. Eu não estou colocando
284 aqui, dogmaticamente, nem estou tirando a verdade, o monopólio da verdade do meu bolso,
285 estou apenas oferecendo uma contribuição que eu acho que dá legitimidade e tira um certo
286 embaraço da mesa pelo fato de que a matéria não foi distribuída antecipadamente aos
287 Conselheiros. Eu acho que se o Conselho decidir pela sua maioria soberana, para cuja
288 votação está preparado, isso dá legitimidade, reforça a intenção que parece clara de todos
289 nós considerarmos que a matéria tem não só a sua urgência em si, mas tem a urgência pelo
290 risco de perder a oportunidade face às decisões do Congresso. Então, é uma ponderação que
291 faço à decisão de todo o Conselho.

292

293 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

294

295 Conselheira Marijane Lisboa tem a palavra. A mesa tem uma questão de ordem importante
296 aqui e eu quero mencionar que só os Conselheiros e seus Suplentes obviamente é que têm
297 direito à palavra. Conselheira Marijane em nome das ONGs nacionais.

298

299 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**

300

301 Eu queria sugerir que nós apoiássemos a proposta feita pelo Conselheiro Leopoldo.
302 Acredito que a urgência é absoluta, nós soubemos ontem que cinco deputados entraram
303 com o pedido de urgência urgentíssima no Congresso, eles vão tentar votar, se não na
304 próxima semana que é a semana santa, na semana subsequente; portanto, qualquer reunião
305 extraordinária, Dr. Vicente, eu entendi a idéia, mas eu tenho medo que possa ser tarde
306 demais e acho que tanto o Congresso quanto a justiça estão precisando de um sinal nosso de
307 que o meio ambiente continua sendo o assunto do meio ambiente.

308

309 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

310

311 Conselheiro Zé Álvaro.

312

313 **José Álvaro da Silva Carneiro – Representante das ONGs da Região Sul**

314

315 Eu gostaria de reforçar tanto a posição do Conselheiro Leopoldo, como da Conselheira
316 Marijane Lisboa lembrando aos senhores o seguinte. Esse momento é o de colheita de soja
317 e ao mesmo tempo o plantio de milho. A agricultura, que está toda correlacionada a essa
318 questão, precisa de uma sinalização do CONAMA, os mercados precisam de uma
319 sinalização da posição ambiental. Isso seria muito muito importante por parte do
320 CONAMA, o mais rapidamente possível sinalizar a todos os seguimentos da sociedade
321 brasileira.

322

323 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

324

325 Nós vamos encerrar essa fase com os pronunciamentos do Conselheiro Finotti e do
326 Conselheiro Márcio Mazzaro do Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselheiro Finotti,
327 pela ordem.

328

329 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

330

331 Como coordenador do grupo de trabalho que desenvolveu a proposta e membro da Câmara
332 Técnica de Controle Ambiental, eu sei a grande dificuldade que nós temos e iremos ter na
333 discussão da proposta de transgênicos. Dentro do regimento interno, realmente, a dona
334 Marijane tem razão, bem como o Conselheiro Leopoldo e eu tenho uma sugestão que talvez
335 possa resolver parte desse problema. Esse Conselho está na Reunião Plenária de número
336 65, é isso? Pois bem, independente do aspecto físico do encerramento do dia, nós podemos
337 permanecer com a reunião em aberto até o momento em que tenhamos o material
338 consolidado por quem de obrigação e quem sabe seja marcada na mesma reunião, que não é
339 fechada, numa próxima semana, logo de imediato, uma continuidade desta reunião para
340 tratarmos deste assunto. Isso evita que nós firmamos o regimento e ao mesmo tempo o
341 abramos para uma reunião extraordinária.

342

343 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

344

345 Bom, eu quero dizer que nós, ainda no decorrer do dia, encontremos uma solução para
346 atender à necessidade de cumprir o regimento e deliberar sobre o assunto. Conselheiro
347 Mazzaro.

348

349 **Márcio Antônio Mazzaro – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

350

351 Bom dia, Sr. Presidente, senhores Conselheiros, eu sou representante do Ministério da
352 Ciência e Tecnologia. Eu creio que esse assunto ainda não está maduro, sobretudo em razão
353 dos pedidos de vista ainda não concluídos. Conforme Vossa Excelência relatou, apenas
354 duas manifestações foram apresentadas. O regimento, embora se diga que seria na reunião
355 subsequente, entenderíamos que fosse essa, mas conforme o Sr. Presidente falou, a questão
356 não está devidamente instruída, existem decisões a serem ainda proferidas no Congresso
357 Nacional, na justiça, que estão levando justamente para um sentido totalmente contrário á
358 proposta submetida e aprovada pela Câmara Técnica. Portanto, eu acho que o CONAMA
359 não pode ir contra a lei, contra as decisões judiciais, sob pena de enfraquecer o seu
360 posicionamento. Eu creio que a melhor alternativa para o caso é se aguardar uma decisão
361 judicial que está para acontecer, inclusive, nessa próxima semana. Obrigado.

362

363 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

364

365 Conselheira Geovana, Conselheira Maria Dalce, Conselheiro Langone e encerramos com
366 essas três inscrições a fase de inscrição do item 4.

367

368 **Geovana**

369

370 Por uma questão prática, eu gostaria de apoiar a proposta do Dr. Paulo Finotti de
371 marcarmos uma reunião o mais rápido possível, mas que hoje possamos passar logo para os
372 itens que já estão há quinze dias na pauta. Está na Internet que podíamos ter discutido isso
373 nesses quinze dias e até agora não havia nenhuma manifestação nesse sentido. Hoje,
374 realmente, eu também estranhei quando não vi a proposta dos transgênicos na pauta urge.
375 Essa matéria tem que ser aprovada com maior presteza possível, nós todos somos
376 favoráveis a isso. Não tem uma pessoa nesse Conselho que ache que essa matéria não seja

377 relevante, ela é. Eu apoio a proposta do Dr. Paulo Finotti de apreciarmos essa matéria com
378 maior agilidade possível, mas talvez hoje, devido ao tamanho da pauta, ela não seja, pode
379 ser até amanhã ou então na semana que vem, o mais rápido possível . Obrigada.

380

381 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

382

383 Bem, eu quero reintegrar a mesa que até o fim dessa reunião teremos a reunião marcada,
384 então o assunto eu considero vencido, esse tema, especificamente. Se alguém quiser voltar,
385 mas a decisão de fazer reunião está adotada, é só uma questão de definir a forma e a
386 agenda. Ok!? Com isso podemos passar para a ordem do dia? Passaremos, então, com a
387 inversão de pauta definida ao item 7.2. Conselheiro Langone.

388

389 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

390

391 Presidente, nós reconhecemos a complexidade do tema, mas como foi levantada uma
392 proposta objetiva...

393

394 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

395

396 Conselheiro, estamos falando ainda sobre transgênicos?

397

398 **Cáudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

399

400 Sobre transgênicos. Como foi levada uma proposta objetiva, aqui para nós não ficou claro o
401 encaminhamento do Presidente em relação ao assunto.

402

403 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

404

405 Até o fim de reunião teremos um encaminhamento.

406

407 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

408

409 É que é uma proposta de tratar nesta reunião.

410

411 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

412

413 Não. Nós já decidimos, com a proposta da própria Marijane, que faremos uma reunião
414 específica.

415

416 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

417

418 É isso que não está claro Presidente, antes de...

419

420 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

421

422 O Dr. Leopoldo fez uma proposta que eu entendi ter sido convalidada pela Marijane e pelo
423 Finotti, que nós deixaríamos em aberto e marcaríamos uma data, ou faríamos uma

424 extraordinária. Dr. Leopoldo, desculpe se o meu entendimento falhou, foi isso que eu havia
425 entendido.

426

427 **Leopoldo Garcia Brandão – Representante da CNC**

428

429 Sr. Presidente, senhoras e senhores Conselheiros. Eu coloquei uma reflexão e uma proposta
430 e agora estou acertado, perto do sábio desta casa, que é o Dr. Paulo Nogueira Neto. Ele fez
431 uma sugestão que a meu ver resolve uma série de dúvidas filosóficas que possam existir
432 aqui, inclusive, da pessoa preocupada que não teve tempo de ler a proposta de resolução
433 por inteiro. Eu imagino que como o regimento permite o destaque para se tomar uma
434 decisão específica sobre cada item, através de destaques nós podíamos limitar a nossa
435 decisão de hoje mediante uma votação de decisão soberana do plenário de urgência para ser
436 votada hoje, limitar ao aspecto conceitual central, que é o direito que nós não podemos
437 abrir mão do SISNAMA opinar sobre os estudos de *EIA/RIMAs* sobre os transgênicos.

438 *(Palmas)*

439

440 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

441

442 Sim, claramente.

443

444 **Leopoldo Garcia Brandão – Representante da CNC**

445

446 Eu tenho a impressão de que o regimento é nosso, nós temos a experiência disso. Pelos
447 destaques, nós limitaríamos a nossa decisão a esse que eu considero o ponto central que
448 está em jogo. A proposta do Conselheiro do Ministério de Ciência e Tecnologia, a meu ver,
449 ele coloca o CONAMA na dependência de outros poderes. Eu acho que embora seja um
450 órgão consultivo, não é um órgão executivo, ele dá as recomendações, eu acho que nós
451 temos que manter a nossa autonomia política no seguinte sentido. Somos órgão do Sistema
452 Nacional de Meio Ambiente, esse sistema, através da nossa decisão, reafirma o seu direito
453 de não abrir mão de que ele, Sistema Nacional de Meio-Ambiente, deve opinar sobre os
454 aspectos ambientais do problema, mediante a decisão sobre os estudos de *EIA/RIMA*.
455 Então, eu acho que, nesse aspecto, nós não podemos ficar na dependência da decisão da
456 justiça e nem do parlamento. Se a decisão da justiça e do parlamento anularem o nosso
457 direito, os poderes são independentes e sei que temos que acatá-los, simultaneamente, mas
458 enquanto a decisão da justiça ou enquanto a decisão do Congresso não nos proíbe de
459 exercer esse direito, eu acho que é nossa obrigação reafirmar o nosso direito. Nosso
460 entendimento, como Conselho maior do SISNAMA é de que cabe ao SISNAMA opinar
461 sobre os aspectos ambientais do problema. Isso nós podíamos reafirmar até como símbolo,
462 dizendo nesta resolução simplificada que o CONAMA entende que é direito do SISNAMA
463 opinar sobre os aspectos ambientais do problema. Há problemas mais delicados, mais
464 específicos, que poderiam ser objeto de uma segunda resolução, digamos assim, quase
465 complementar a essa, sem ferir regimento e sem ferir a suscetibilidade de quem não teve o
466 tempo devido para examinar os detalhes da proposta inteira. Eu acho que não é nenhum
467 absurdo, e não me agrada a idéia de uma resolução sem fim, proposta pelo meu amigo
468 Finotti. A gente acompanha os parlamentos e isso, quando ocorre, em geral tem um aspecto
469 muito desconfortável do ponto de vista ético. Eu sou antigo, e gosto da clareza ética como
470 essencial ao auto respeito e o respeito mútuo. Então, eu preferiria que o plenário decidisse,

471 o plenário decide que é matéria urgente e que deve ser deliberada hoje e o plenário decide
472 só sobre o centro da resolução, que é a reafirmação do direito do SISNAMA de opinar
473 sobre os aspectos ambientais do problema. Eu acho que nós não estaríamos de estar, com
474 isso fazendo nenhuma violação, não é nenhum desafio à justiça, nem ao parlamento. O
475 congresso é soberano, mas é uma maneira de nós não perdermos a oportunidade que talvez
476 seja última, do SISNAMA reafirmar o seu direito de que ele não pode abrir mão sem o
477 direito de opinar sobre os aspectos ambientais de um problema complexo e difícil que nós
478 reconhecemos e sabemos que ninguém é dono da verdade.

479

480 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

481

482 Eu só queria dizer o seguinte. Para a presidência desse Conselho, está fora de dúvida a
483 competência do Conselho de deliberar a matéria que nós estamos discutindo. É tão claro
484 isso para mim, que não me seria confortável esperar que esse Conselho tivesse que
485 reafirmar uma competência sua. Então, concordando com o Dr. Leopoldo, nós não
486 podemos sequer colocar em dúvida a competência desse Conselho de deliberar sobre a
487 matéria. Então, não está em dúvida a competência desse Conselho de deliberar sobre a
488 matéria, o que nós precisamos acertar aqui é uma questão operacional, porque como não
489 colocamos as matérias na ordem do dia pelas razões que já foram mencionadas, essa
490 matéria terá que vir à ordem do dia. Nós teremos que distribuir para os senhores
491 Conselheiros o texto da matéria, então o que nós estamos decidindo aqui é a inclusão da
492 matéria na ordem do dia e definir uma votação, uma vez que nós havíamos instruído para os
493 senhores Conselheiros a ordem do dia e esta é uma proposta que nós consideramos
494 pertinente incluir na ordem do dia desta reunião, a questão do transgênicos e obviamente
495 vamos ter uma questão operacional, que a mesa Diretora e a Secretaria Executiva vão ter
496 que equacionar durante a realização dessa reunião, para que a matéria possa ser, ou votada
497 agora, ou definida, quer dizer, ela entra na ordem do dia para votação. Conselheiro
498 Langone. O Conselheiro Finotti retirou a proposta dele.

499

500 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

501

502 Fazer uma proposta objetiva, Presidente. Que nós tratemos dessa matéria após o intervalo
503 do almoço, de maneira que se possa providenciar o texto original da Câmara Técnica e
504 estou aqui em referência à manifestação do Ministério de Ciência e Tecnologia dizendo que
505 seja possível que nós apreciemos isso. Nós, particularmente, não temos o menor problema
506 de abrir mão do relatório do pedido de vistas e assim achamos que os vários outros
507 Conselheiros que pediram vistas possam também fazer de maneira que a não apresentação
508 do parecer dos Conselheiros que pediram vistas não seja um obstáculo para que esse
509 assunto seja tratado hoje. Nós temos, na verdade, Presidente, uma proposição radicalmente
510 diferente de parte do Ministério da Ciência e Tecnologia. O seu representante aqui divulgou
511 que o CONAMA não trate da matéria até que a justiça e o Congresso Nacional se
512 posicionem definitivamente sobre o assunto. Eu quero dizer aqui que nós temos absoluta
513 discordância a esse posicionamento e achamos que ele tem coerência com as posições que o
514 MCT vem defendendo em relação ao assunto, em função da vinculação da CTNB ou com o
515 MCT, das proposições que publicamente esse Ministério vem defendendo e que nós
516 respeitamos, mas que achamos que está em contradição com as prerrogativas desse
517 Conselho .

518

519 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

520

521 Alguma manifestação mais a respeito do item 4 por parte dos senhores Conselheiros?

522 Bom, Confederação Nacional da Indústria.

523

524 **Senhor**

525

526 Bom dia, Conselheiros e Conselheiras. Efetivamente, eu queria reintegrar o posicionamento

527 do Presidente da mesa no sentido de que nós não temos todas as condições necessárias e

528 suficientes para exercer um bom voto. É bom lembrar também que este assunto foi

529 extremamente polêmico, conflitante e ficou cerca de 28 meses no GT, então o Presidente da

530 mesa colocou muito bem que o processo ainda não está totalmente instruído, não está

531 totalmente explicado, é omissivo, então eu acho que temos muitas dificuldades na plenária de

532 votar essa proposta. Obrigado, Presidente.

533

534 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

535

536 Conselheira Maria Dalce. Olha, eu quero claramente anunciar a minha decisão de que vou

537 colocar em votação a inclusão da matéria na ordem do dia.

538 *(palmas)*

539

540 **Maria Dalce Ricas – Representante das ONGs da Região Sudeste**

541

542 Muito obrigada, Sr. Ministro, era isso que nós queríamos ouvir. Eu acho que não ficou bem

543 claro ainda, nem para o representante de Ministério de Ciência e Tecnologia, nem do CNI

544 quanto à importância do assunto e quanto ao fato de que as questões, estando na esfera

545 judicial e no congresso para serem votadas, temos a obrigação, gente, é um negócio... dá até

546 dor no estômago de pensar que essa questão pode passar, como está passando, e certamente

547 a posição do CONAMA vai influenciar. Nós não podemos, de forma nenhuma, mesmo

548 considerando-se as dificuldades de julgar uma proposta boa, como foi a proposta do Dr.

549 Leopoldo de pelo menos pegar o cerne central da proposta de resolução, que é justamente

550 aquela que vai amarrar os aspectos ambientais em relação aos organismos geneticamente

551 modificados.

552

553 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

554

555 Pela ordem Geovana, Eládio e Conselheiro Mazzaro. Vou encerrar essa fase com essas três

556 inscrições.

557

558 **Geovana**

559

560 Então, o Governo apóia hoje a votação desse projeto, dessa resolução. Nós vamos ficar aqui

561 até a hora que for necessário, nós vamos fazer valer o que dita a lei e o que o Governo

562 apóia, porque o CONAMA nunca deixou de respeitar as Instituições neste país e não vai ser

563 agora que isso vai acontecer. Este Conselho conhece a sua responsabilidade de legislar e

564 todo mundo respeita sobre o Meio Ambiente e o Governo é o primeiro ente a apoiar isso.

565 Nós defendemos a posição do CONAMA de legislar sobre meio ambiente e por isso hoje
566 nós vamos ficar aqui até hora que for necessário para votar a proposta como veio da (...) e
567 os seus substitutivos apresentados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e pelo
568 Ministério de Agricultura. Obrigada.

569

570 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

571

572 Conselheiro Eládio e depois Conselheiro Mazzaro.

573

574 **Eládio Luís da Silva Lecei – Representante do Instituto "O Direito por um Planeta**
575 **Verde"**

576

577 Eládio, do planeta verde. Eu gostaria de fazer uma manifestação apoiando no sentido de
578 que esse tema seja hoje debatido, preliminarmente, uma questão formal, a questão de estar
579 ou não na ordem do dia é (...), porque de acordo com o regimento, se houve vista,
580 automaticamente já está na ordem do dia, então todos nós deveríamos ter sabido através de
581 atas anteriores que isso já é matéria da ordem do dia. A rigor, o que teria de deliberar é se
582 nós iríamos tirar da ordem do dia, mas me parece muito bem-posto pelo Presidente que se
583 vote isso para explicitar no sentido de que nós vamos deliberar essa matéria. A questão
584 também de estar sob estudo e exame no judiciário, eu trago aqui a minha experiência. Com
585 quase 30 anos, fui membro do Judiciário gaúcho, e nos parece importante que o Judiciário
586 nesse momento saiba o que o CONAMA pensa a respeito desse tema e se nós não nos
587 pronunciarmos agora, estaremos sendo omissos ou não será necessário, porque o Judiciário
588 se manifestou num sentido que nós entenderíamos, ou porque de igual sorte seremos e
589 ficaremos mudos. Então, nos parece que é uma questão de afirmação do CONAMA e dos
590 seus Conselheiros no sentido de que deliberem esse tema nesse momento que é oportuno e
591 que a nação, inclusive, espera ouvir uma opinião do CONAMA. Obrigado, Sr. Presidente.

592

593 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

594

595 Conselheiro Mazzaro, Ministério de Ciência e Tecnologia.

596

597 **Márcio Antônio Mazzaro – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

598

599 Para encerrar, Sr. Presidente, eu só gostaria de acrescentar que o Ministério de Ciência e
600 Tecnologia tem a posição já firmada e vai ser defendida aqui, mas que de forma alguma o
601 que eu acrescentei, que o Poder Judiciário ou o Poder Legislativo vão decidir sobre a
602 matéria poderiam enfraquecer, isso não quer dizer que nem a Medida Provisória que está
603 em vigor, muito menos o Projeto de Lei que foi aprovado recentemente pela comissão tira
604 a competência desse Conselho, muito pelo contrário. O que acontece é que tem que ser
605 respeitada a Constituição e a Lei Vigente. Essa é que a nossa opinião. Muito obrigado.

606

607 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

608

609 Bom, a mesa vai colocar em votação a proposta de incluir a discussão e o exame da matéria
610 relativa ao processo que trata de ONGs na ordem do dia para 65ª Reunião desse Conselho ,
611 evidentemente, que a matéria será instruída porque não estava e ela terá que ser instruída

612 com o texto da Câmara, mais as sugestões das vistas que foram apresentadas e é assim que
613 ela será trazida ao conhecimento e à decisão desse plenário. Os que estiverem de acordo,
614 queiram se manifestar exibindo os seus cartões. 60 votos. Os que quisarem se manifestar
615 contrariamente. 6 votos contrários. Abstenção. 4 abstenções. A matéria está incluída na
616 ordem do dia. Em seguida, pela inversão já encaminhada, vamos passar à discussão do item
617 7.2, pedindo que a Dr^a Gisela da Secretaria de Qualidade Ambiental faça a introdução da
618 matéria.

619
620 **Gisela Alencar – Secretaria de qualidade Ambiental**

621
622 Sr. Presidente, senhores membros da mesa, senhores membros do plenário. Nós trazemos,
623 então a consideração deste plenário à proposta de alteração da Resolução CONAMA/99
624 que dispõe sobre pneumáticos.

625
626 *(intervenção fora do microfone. Inaudível)*

627
628 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

629
630 Ela vai concluir e o senhor terá a palavra ao final.

631
632 **Gisela Alencar – Secretaria de qualidade Ambiental**

633
634 A proposta teve pedido de vista do Conselheiro Paulo Finotti, da Conselheira Marília
635 Marreco e do Conselheiro José Álvaro. As questões principais que deram motivação à
636 alteração dessa resolução têm como motivo a entrada via judicial de pneus importados
637 usados no país com base em decisões judiciais que levavam em conta a resolução da 258.
638 Portanto, foram identificadas brechas legais nessa resolução que pretendem ser sanadas
639 com as alterações aqui propostas. Eu chamaria a Conselheira Marília Marreco para...

640
641 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

642
643 Não, pela ordem, Conselheiro Finotti. Nós vamos, na instrução, dar a palavra ao
644 Conselheiro Finotti, ao Conselheiro José Álvaro e à Conselheira Marília Marreco, que
645 foram os Conselheiros que exerceram o pedido de vista na reunião anterior. Conselheiro
646 Finotti tem a palavra.

647
648 **Paulo Finotti – Representante das OGNs da Região Sudeste**

649
650 Eu quero colocar o seguinte. Em primeiro lugar, eu vou colocar um aspecto de
651 posicionamento pessoal meu, como Conselheiro, com relação aos pedidos de vista,
652 inclusive, face ao que aconteceu hoje e o que aconteceu na última reunião. Conselheiros
653 que pedem vista não apresentam proposta alguma e posteriormente ficam obstruindo a
654 discussão do trabalho que já foi apresentado em reunião anterior. Então, eu solicitaria à
655 mesa, por gentileza, que nas próximas vezes que tomasse uma atitude com relação a este
656 trato. E não é exatamente, aliás, não é nada do que aconteceu nessa resolução em que os
657 três Conselheiros que pediram vista apresentaram as suas propostas e mais, ontem à tarde
658 nós nos reunimos, discutimos o assunto e elaboramos com as três propostas que os senhores

659 encontraram aí, uma proposta final de resolução, que os senhores encontram agora ali na
660 tela. Nós aproveitamos também e solicitamos que do lado direito da tela seja colocada a
661 versão original. Inicialmente, eu solicito, tomo a liberalidade de pedir à mesa que os demais
662 Conselheiros que se apresentaram no pedido de vista, que se manifestem e posteriormente,
663 eu vou também solicitar para relatar as partes fundamentais na medida que nós que fomos
664 os autores do projeto e também a parte de relatoria.

665
666 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

667
668 Conselheiro Zé Álvaro.

669

670 **José Álvaro da Silva Carneiro – Representante das ONGs da Região Sul**

671

672 A Resolução CONAMA é muito boa e foi difícil acrescentar do ponto de vista ambiental
673 alguma coisa que ainda a melhorasse. Eu gostaria de reforçar também as palavras do
674 Finotti, porque quando do pedido de vistas, tanto eu, como o Finotti, como a Marília,
675 falamos entre nós, demo-nos ao trabalho de nos debruçamos sobre a 258 para ver o que
676 poderia ser melhorado e em tempo estarmos presentes cumprindo os prazos regimentais e
677 trazer aqui ao plenário as pequenas sugestões que vão ser apresentadas agora. Uma das
678 coisas que chama a atenção e eu gostaria de passar para os senhores é a inclusão da palavra
679 automotores, porque na 258 original, nós esquecemos, por exemplo, que nós estamos até
680 incluindo pneu de brinquedos na 258. Então, são coisas muito, muito pequenas e
681 absolutamente centradas do ponto de vista ambiental, o que vai ser apresentado aqui.

682

683 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

684

685 Conselheira Marília Marreco.

686

687 **Marília Marreco Cerqueira – Representante do Ministério do Desenvolvimento**
688 **Agrário**

689

690 Eu acredito que tudo que já foi colocado aqui é o trabalho que foi feito em relação à
691 resolução, as sugestões que foram feitas pelos três Conselheiros foi no sentido de esclarecer
692 alguns pontos que ainda estavam meio (...) em relação à resolução e deixar claro que esta
693 visa, na verdade, uma resolução relativa à questão de importação. Ela visa estabelecer uma
694 sistema de coleta de material passivo ambiental, para que justamente o país não fique com
695 esse passivo. Então, foram algumas pequenas alterações na resolução que o Conselheiro
696 Finotti agora vai apresentar, em função do que está exposto na tela.

697

698 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

699

700 Conselheiro Vicente.

701

702 **Vicente Gomes – Procurador Geral do IBAMA**

703

704 Eu queria lembrar o seguinte: que no início da discussão, no final do ano passado, quando
705 surgiu a..., identificou-se a necessidade de fazer esses pequenos ajustes. Foi exatamente

706 quando iniciou uma discussão junto ao (...) do ponto de vista de operação, de
707 operacionalização do texto, então surgiu naquela ocasião essa necessidade e foi daí que esse
708 processo foi sendo trabalhado e nós chegamos a esta proposta. Agora, já discutido com o
709 pessoal da casa da civil, (..) e etc, eu gostaria, Sr. Ministro, de pedir à Dr^a Zilda que pudesse
710 fazer uma fala sobre isso, porque aí ficaria realmente explicitado e demonstrado todo o
711 quadro que decorreu da discussão dessa proposta. Mas antes eu gostaria de registrar a todos
712 os senhores Conselheiros, em nome em defesa da Instituição IBAMA, do Presidente do
713 IBAMA, do Vice-presidente, da nossa Procuradora do Paraná, a nossa indignação da forma
714 como esse assunto vem sendo divulgado por uma Associação que tem no Paraná, a **BIP**.
715 Sobre o argumento de importação de matéria-prima, essa Associação vem trazendo para o
716 Brasil lixo, quer dizer, nós sobre-posicionamos contra a idéia, a importação ou
717 recebimento, não é importação, isso é recebimento, porque lixo de país desenvolvido e de
718 país subdesenvolvido, para eles realmente é um grande negócio mandar para cá lixo, então
719 nós sempre fomos contra, quer dizer, a questão de importação de pneus usados e
720 recauchutados, recapado, remoldado sob o fundamento de que isso vai aumentar o volume
721 de lixo no Brasil. E essa Associação sobre o argumento de importação de matéria-prima
722 vem trazendo essa sucata para o Brasil. Então, eu quero deixar claro e registrado que nós,
723 no IBAMA, estamos realmente indignados da maneira como essa Associação vem
724 divulgando esse fato nos meios de comunicação e também lembrar que já fiz uma
725 interpelação judicial desse cidadão que representa essa Associação, e em seguida vou
726 realmente entrar com a ação penal contra a pessoa física e pessoa jurídica, e a posterior
727 ação de perdas e danos. Sei também que o Sr. Ministro já encaminhou um aviso ao Geraldo
728 Brindeiro, Procurador-Geral de República, para abrir uma ação penal contra esse cidadão
729 que vem distorcendo isso de forma, eu diria, leviana e irresponsável do Brasil.

730

731 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

732

733 Com a palavra a área técnica do IBAMA.

734

735 **Zilda Velozo – Coordenadora da Área de Qualidade Ambiental do IBAMA**

736

737 Bom dia, senhores Conselheiros. Antes de mais nada, eu gostaria de me apresentar, meu
738 nome é Zilda Velozo, eu coordeno a área de qualidade ambiental, sendo responsável pelo
739 setor de resíduos. Em outubro do ano passado, com o intuito de agilizar os procedimentos
740 internos de controle e fiscalização para operacionalização da resolução de pneus, o IBAMA
741 convocou para uma reunião, aqui nesse auditório, nos dias 29 e 30 de outubro, agentes de
742 fiscalização dos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente e do próprio IBAMA. Nesta ocasião
743 seriam discutidos esses procedimentos de fiscalização e controle, já que nós temos, em
744 alguns setores, uma ação supletiva e, em outros, uma ação direta e o objetivo também era
745 de apresentar uma proposta de instrução normativa que viria regulamentar a Resolução
746 CONAMA. Enviamos esse convite a várias Instituições, aquelas também responsáveis pela
747 área de controle de importação. Eu recebi um telefonema (...) no Rio de Janeiro que é o
748 departamento encarregado desse controle, me alertando que haveria algumas incorreções na
749 redação, que o IBAMA não seria possível ser habilitado à anuência prévia de pneus novos.
750 Nós fomos a uma reunião no Rio de Janeiro para tratar mais de perto esse assunto. Ao Meio
751 Ambiente, IBAMA, eu fui acompanhada de uma Procuradora do IBAMA em que nos foi
752 colocado que poderia se configurar como uma barreira não tarifária a inclusão do controle

753 da importação de pneus novos. Para os senhores que não estão muitos habituados, eu, como
754 órgão anuente, o IBAMA, como órgão anuente já executamos esse controle desde 1994, da
755 importação de itens. O Sistema de Comércio Exterior é gerenciado pelo Departamento de
756 Comércio Exterior, que é da Secretaria de Comércio Exterior do Ministro do
757 Desenvolvimento do Comércio. O Ministro gerencia e operacionaliza esse sistema, quer
758 dizer, ele é que tem o poder de dizer se a agricultura controla algum item e insere
759 agricultura no controle desse item. Se o meio ambiente controle algum item, insere esse
760 item no controle do IBAMA e na medida em que o importador registra a importação,
761 recebe uma LI que vai aparecer lá no sistema dele e precisa de anuência prévia do IBAMA,
762 ou da agricultura, da saúde ou de quem quer que seja. Então, não pode o IBAMA
763 diretamente alimentar esse sistema, o IBAMA é só um anuente dentro do processo de
764 licenciamento. Pois bem, nós fizemos essa reunião e nessa reunião, no Rio de Janeiro, foi
765 feito um resumo de Ata, eu tenho alguns documentos, se alguém se interessar, foi-nos
766 alertado, como Dr^a Gisela falou antes de mim, que essa resolução que trata de passível
767 ambiental de pneus em (...) dentro do país estava sendo utilizada legalmente por juízes e
768 desembargadores como argumento para importação de pneus usados, então nós procedemos
769 e encaminhamos à Câmara Técnica de Controle Ambiental através do Conselheiro Paulo
770 Finotti as mudanças dessa resolução. É esse o histórico da questão. Obrigada.

771

772 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

773

774 Há mais algum Conselheiro inscrito? Então, nós poderíamos, Dr. Paulo Finotti. Por favor.

775

776 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

777

778 Bem, senhores, como já foi ventilado pela Dr^a Zilda, a quem eu agradeço a cooperação,
779 também quero aproveitar e agradecer a cooperação do sempre presente Roberto Monteiro.
780 Agora, Conselheiro e da nossa companheira de longa data Marília Marreco, Álvaro e todos
781 aqueles que se prestaram a consolidar o trabalho de todos nós nesse momento. A Resolução
782 CONAMA/99 não trata, em nenhum momento, de pneumáticos usados sob o ponto de vista
783 lato sensu, por outro lado, nós temos também os pneus reformados, a portaria (...) nº 2 de
784 02/03/02 que autoriza a importação de pneus reformados na medida que ela não os
785 considera resíduos. E nós também, como já foi levantado, a tal barreira alfandegária, ou
786 barreira não alfandegária ou ainda alfândega branca, como é um dos nomes designados,
787 também foi discutida judicialmente e resolvida. Assim é que, sob o ponto de vista legal,
788 talvez esta proposta que nós estaríamos apresentando hoje já não tivesse mais sentido, pois
789 o objetivo quase que inicial dela tinha sido totalmente suplantado, no entanto, nós temos
790 uma ótima oportunidade de melhorar, de aprimorar a Resolução CONAMA, que já é uma
791 resolução de excelente qualidade, e porque não aproveitarmos isto? Foi este o objetivo
792 daquelas que continuaram a trabalhar em cima da proposta e isto está consolidado, como os
793 senhores podem ver na nossa tela. Senhores, eu solicito, eu peço a liberalidade de propor a
794 esta mesa e a casa que analisemos caso por caso da proposta apresentada. Então, nós temos
795 aí várias pequenas alterações em alguns artigos da resolução e eu peço à mesa que
796 estabeleça o encaminhamento nessa situação.

797

798 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

799

800 Não, mas eu quero seguir a mesma regra de todos os outros procedimentos para não criar
801 nenhuma... Nós vamos, como das outras vezes, colocar em votação o texto da Câmara
802 Técnica que foi distribuído para os senhores Conselheiros, fazendo o mesmo procedimento
803 idêntico em todas as matérias e em seguida, através de destaques, fazer o debate final.
804 Então, a mesa, nesse momento, ao colocar em discussão o projeto com as observações que
805 foram feitas pelos Conselheiros que pediram vista, está abrindo o prazo para
806 encaminhamento de propostas, de emendas ao texto que foi distribuído na ordem do dia.
807 Logo, vamos colocar em votação o texto da ordem do dia e em seguida as emendas
808 aditivas, modificativas ou supressivas que forem encaminhada à mesa, então nós estamos
809 na fase de recebimento de emendas. Conselheiro Roberto Monteiro.

810

811 **Roberto Alves Monteiro – Membro Honorário**

812

813 Sr. Presidente, há uma questão fundamental que foi colocada pelo nosso querido
814 Conselheiro Paulo Finotti. Os próprios Conselheiros que pediram vistas à matéria
815 concluíram que por fatos novos decorrentes de portaria da **SESSEX** liberando a importação
816 de pneus re-moldados e reformados, bem como sustentação de entendimentos do que artigo
817 6º não se caracterizaria, principalmente, como uma medida não tarifária levaram a
818 praticamente ficar prejudicada a matéria constante da pauta da forma como está. Sr.
819 Presidente, cerca de 90% das sugestões apresentadas pelos Conselheiros reconhecidas pelos
820 próprios estão plenamente superadas em função dos fatos novos acontecidos nessa semana
821 que se passou, portanto, houve até uma colocação do Dr. Paulo Finotti com relação à não
822 subsistência à retirada do substitutivo apresentado pelos senhores Conselheiros que pediram
823 vistas. Então, eu gostaria de pedir esclarecimentos, de que essa votação estaria prejudicada
824 e deveria ser pela acatamento ou não dessa proposta, que é de retirar a proposta anterior
825 apresentada pelos Conselheiros, que não subiste mais em função dessas colocações que eu
826 acabei de fazer. Muito obrigado, Sr. Presidente e senhores Conselheiros.

827

828 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

829

830 Continua em discussão a matéria. Conselheiro Saint Clair.

831

832 **Saint Clair Honorato Santos - Representante dos Ministérios Públicos Estaduais**

833

834 Obrigado, Sr. Presidente. A nossa contribuição é para melhora do texto e onde foi inserida a
835 palavra “automotores”, nós gostaríamos que fossem inseridas também as bicicletas. A
836 preocupação do Conselheiro Zé Álvaro era que nós não incluíssemos aí brinquedos e
837 outros.

838

839 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

840

841 A mesa precisaria receber a proposta de emenda para colocar em votação.

842

843 **Saint Clair Honorato Santos – Representante dos Ministérios Públicos Estaduais**

844

845 A proposta está aqui em mãos e está sendo passada à mesa.

846

847 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

848

849 Ok! Conselheiro Finotti.

850

851 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

852

853 Eu já havia comentado com o nobre Conselheiro Saint Clair a respeito desse argumento e
854 venho comentando sempre a grande preocupação da legitimidade das nossas resoluções. Se
855 nós chegarmos a detalhes como bicicletas, nós também, talvez, precisemos chegar a
856 detalhes como carriolas e qualquer indivíduo que proceder de maneira diferente da proposta
857 da resolução, incorrerá em crime ambiental. Conclusão: nós vamos ter um pedreiro preso
858 na esquina por causa de um problema de um pneuzinho de carriola. Nós precisamos
859 ponderar os cortes que devemos fazer, e principalmente, a partir do momento desses cortes,
860 que a resolução seja aplicada.

861

862 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

863

864 Conselheiro Saint Clair e, em seguida, Conselheiro Antônio Carlos do Ministério de
865 Desenvolvimento de Indústria e Comércio.

866

867 **Saint Clair Honorato Santos – Representante dos Ministérios Públicos Estaduais**

868

869 Só para complementar, Sr. Presidente, a nossa preocupação, então e me parece que eu quis
870 contribuir no texto. A nossa preocupação é de que todas as espécies de pneumáticos fossem
871 incluídas. Ou nós fazemos um texto genérico e deixamos lá pneumáticos em geral, ou nós
872 precisaríamos especificar, porque temos uma quantidade enorme de pneus de bicicletas, nós
873 temos cidades inteiras, como é o caso de Joinville, por exemplo, em Santa Catarina e outras
874 cidades do interior, Cárceres no Mato Grosso, várias cidades que se utilizam desse meio de
875 transporte. Esse é um resíduo que realmente existe, então, nosso objetivo é manter o texto
876 da forma ampla que seria pneumáticos em geral, ou nós especificaríamos isso. A proposta é
877 essa que gostaríamos de encaminhar. Eu acredito que o Conselheiro Finotti, que tem
878 trabalhado melhor essa questão, poderia até fazer uma redação que possa melhorar o texto.

879

880 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

881

882 Conselheiro Finotti.

883

884 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

885

886 A partir do momento em que existe uma Resolução CONAMA, os municípios e nós
887 sabemos que existem municípios onde ocorrem um grande número de bicicletas e etc. Eles
888 podem fazer algo mais restritivo aproveitando, inclusive, o próprio gancho, vamos dizer, da
889 resolução.

890

891 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

892

893 Conselheiro Antônio Carlos, do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, tem
894 a palavra.

895

896 **Antônio Carlos da Silva Farias - Coordenador Estadual do Meio Ambiente**

897

898 Boa tarde, senhoras e senhores. Por solicitação do Conselheiro do Ministério do
899 Desenvolvimento e Indústria e Comércio Exterior, eu, que sou o consultor Jurídico, titular
900 da consultoria Jurídica do Ministério, vim aqui expor uma situação para os senhores e
901 buscar uma idéia sobre essa questão, que é um problema que estamos enfrentando. É um
902 problema real que nós, no Ministério da Indústria e Comércio, entendemos que também
903 tem muita importância para defesa do Meio ambiente brasileiro.

904

905 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

906

907 O Conselheiro tem alguma proposta de encaminhamento à mesa?

908

909 **Antônio Carlos da Silva Farias - Coordenador Estadual do Meio Ambiente**

910

911 Tenho sim. Não conheço bem os trâmites aqui do CONAMA, mas nós temos uma proposta
912 de inclusão na portaria relativa a pneus de um artigo 13º, mas que eu gostaria de primeiro
913 explicar o porquê dessa redação aqui antes de fazer a proposta, se o Presidente da mesa
914 permitir.

915

916 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

917

918 Pois não. Tem a palavra.

919

920 **Antônio Carlos da Silva Farias - Coordenador Estadual do Meio Ambiente**

921

922 Obrigado. Bem, eu creio que seja do conhecimento dos senhores que no último ano o nosso
923 Ministério travou uma ferrenha luta contra a entrada de pneus usados e remoldados no país.
924 Instituímos novas portarias de proibição, defendemos a idéia junto ao Tribunal Arbitral do
925 Mercosul e em conjunto com a Advocacia Geral da União; nós defendemos também essa
926 idéia na justiça. Em relação aos pneus remoldados, que no entender do IMETRO, que é
927 órgão que pertence ao nosso Ministério, é um pneu usado, mas que passou por um processo
928 de reciclagem, nós entendemos que ele, na qualidade de usado, também não poderia
929 ingressar no país. Nós perdemos essa tese no Tribunal Arbitral do Mercosul, não por um
930 único motivo que o Tribunal Arbitral entendeu que como já havia um fluxo de comércio
931 constante, então havia um costume comercial que não podia agora ser detido. Nossa
932 posição na defesa dessa tese foi que os pneus, esse fluxo entrava tendo em vista erro da
933 administração, tendo em vista má-fé dos importadores, tendo em vista irregularidades que
934 foram sendo sanadas através do tempo. Infelizmente perdemos, e hoje os pneus re-
935 moldados e importados podem entrar no país. Quanto aos pneus usados, esses estão
936 entrando no país basicamente via liminares, nós ganhamos em todos os Estados da
937 Federação, perdemos unicamente no Rio de Janeiro e no Ceará, só no Rio de Janeiro e
938 Ceará nós perdemos essas ações. Desse modo, mais de 3 milhões de pneus usados hoje
939 entram no país por força de medidas liminares ou decisões definitivas. A maioria das

940 decisões definitivas o Governo ganha, porém, como há um interstício muito grande entre a
941 entrada do pneu no país e o ganho da administração pública, o importador acaba sempre
942 levando vantagem, pois ele consegue comercializar aquele pneu, ele consegue tirar altos
943 lucros daquele pneu, porque ele compra a preços baratíssimos ou nem compra. Ganha esses
944 pneus no exterior! Porque isso é lixo ele consegue trazer para o Brasil e ter lucros
945 fantásticos e depois que ele perde a ação, não há como você caçar 3 milhões de pneus por
946 ano por aí. Desse modo, a única pena que ele recebe é uma multa ou coisa do gênero, que
947 em muito é inferior aos altíssimos lucros que esse tipo de importador tem. Desse modo...

948

949 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

950

951 Conclusão, por gentileza.

952

953 **Antônio Carlos da Silva Farias - Coordenador Estadual do Meio Ambiente**

954

955 Desse modo, entendemos que existem pneus novos e reformados que têm uma destinação
956 ambiental correta, que são os disciplinados por essa Resolução CONAMA de nº, perdão
957 Presidente o nº da Resolução CONAMA Nº 258, porém a Resolução CONAMA deixa de
958 fora os pneus que são trazidos por via judicial e por isso não penaliza como penaliza o
959 importador regular e deixa de fora eventualmente os pneus que são contrabandeados e que
960 entram irregularmente no país, ou seja, essa resolução, do jeito como está colocada, deixa o
961 infrator sem ter penalidade nenhuma, pois o infrator entra com o pneu e não é obrigado a
962 destruí-lo de forma ambientalmente correta. Para que paremos com isso, para que tanto o
963 infrator, no nosso entender, quanto aquele que não é infrator, tem de dar a destinação
964 correta e para isso nós fizemos e propomos um artigo 13º que diz o seguinte: " as regras
965 desta resolução aplicar-se-ão também aos pneus usados de qualquer natural que
966 ingressarem em território nacional por força de decisão judicial, desse modo essa resolução
967 abarca mais 3 milhões de pneus usados." Eu acho que essa é a proposta do Ministério do
968 Desenvolvimento e pedimos a sua adesão e sua colaboração, porque isto aqui representa
969 trazer para dentro da resolução mais 3 milhões de pneus e significa responsabilizar aquele
970 que irresponsavelmente hoje consegue, através de uma liminar, trazer pneus no país e
971 depois não ter nenhuma responsabilidade sobre a destinação deles. Muito obrigado.

972

973 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

974

975 Bom, a matéria vinha sendo introduzida e ganhou uma introdução nova por parte do
976 Ministério da Indústria e Comércio e nós vamos prosseguir para finalizar a discussão e
977 entrar no debate. Eu tenho aqui inscrita a Conselheira Marijane Lisboa, e em seguida
978 Conselheiro Finotti, há uma Conselheira ao fundo, do Amazonas e eu também gostaria de
979 dar a palavra em seguida à parte interessada. Há pessoas que representam a parte
980 interessada aqui e eu gostaria de lhes dar a palavra no momento próprio.

981

982 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**

983

984 Sr. Presidente e senhores Conselheiros, ou senhoras Conselheiras e senhores Conselheiros.
985 Eu gostaria, como representante de uma ONG de âmbito nacional, recordar, mas acredito
986 que seja desnecessário, eu estou pensando mais para jornalistas e público em geral as

987 razões pelas quais o CONAMA já pronunciou e já estabeleceu legislação a respeito dos
988 pneus usados. O pneu, enquanto pneu, na hora em que ele está rodando no carro, não é um
989 problema. Ele é um problema na hora em que foi fabricado, ele é um problema na hora em
990 que ele vai para o descarte final, por isso o ideal seria, e aqui nós estamos com um
991 representante da Associação Nacional da Indústria de Pneus, que os fabricantes de pneus
992 desenvolvessem um produto que pudesse evitar esses problemas no momento do descarte,
993 no momento da produção. Entra na composição do pneu, além da borracha, ácido
994 clorídrico, entram metais pesados, entra chumbo, entra arsênico, entra não sei mais o quê,
995 cádmio e etc. É preciso conceber um pneu para o futuro, um produto limpo que não
996 implique nem na sua produção, nem no seu descarte final inconveniente para o meio
997 ambiente. Por enquanto, infelizmente, não há nem pressão dos Órgãos Governamentais,
998 nem dos consumidores, suficiente para que a indústria avance numa pesquisa de um
999 produto limpo. Nessas circunstâncias, todos nós que trabalhamos com o Meio ambiente
1000 sabemos qual é a opção menos pior. Qual é? Que tenhamos pelo menos um produto cuja
1001 vida útil seja tão longa, que se retarde o momento em que ele vai ser um problema, em que
1002 ele vai ser descartado, evidentemente, que um pneu novo nesse ponto de vista é melhor que
1003 um pneu remoldado; o pneu remoldado é melhor que o recauchutado, e o recauchutado é
1004 melhor do que um pneu velho careca. O que está acontecendo em todo esse movimento que
1005 nós estamos vendo aqui, recentemente, a velha tentativa dos países europeus de se
1006 descartarem dos seus pneus usados, que é um grande problema para eles e para nós, um
1007 problema ambiental, um problema de saúde, no nosso caso, então, que temos o problema de
1008 proliferação de mosquitos nos pneus, se descartar desses pneus encontrando formas,
1009 destinos, deságuas possíveis. Toda essa história do pneu nós já vimos acontecer com os
1010 resíduos perigosos em geral. Não foi à toa que a Convenção da Basileia proibiu, na sua
1011 emenda aprovada em 1995, que os países desenvolvidos exportassem para os países em
1012 desenvolvimento seus resíduos perigosos, porque isso não só comprometia o Meio
1013 ambiente dos países do Terceiro Mundo, como impedia que os países do Primeiro Mundo
1014 procurassem soluções ambientalmente adequadas. Enquanto eles tinham uma lixeira entre
1015 os nossos países, não procuravam desenvolver produtos ambientalmente adequados.
1016 Infelizmente, os pneus ficaram fora da Convenção da Basileia e estão até classificados
1017 como um eco tóxico no momento da destinação final, mas não propriamente enquanto
1018 resíduo, o que faz com que essa porta ficasse aberta para esse tipo de operação que nós
1019 estamos assistindo. Se nós pegarmos as estatísticas do **SESSEX**, é absolutamente ultrajante
1020 ver que países desenvolvidos, como por exemplo a Alemanha, exportaram entre janeiro de
1021 2001 e dezembro 2001, 738.690 carcaças de pneus para o nosso país, é o segundo país a
1022 mais exportar. Estados Unidos, 583.971 carcaças para o nosso país. Japão, 421.603
1023 carcaças. Não há discussão ambiental sobre esse assunto. É claro que cada pneu velho
1024 introduzido nesse país é mais um problema para nós, que os países de primeiro mundo
1025 resolvam esse problema dos seus pneus, nós já temos muitos para resolver. Toda essa
1026 ligação por parte do grupo de importadores de pneus do que está acontecendo aqui é uma
1027 proteção às multinacionais fabricantes de pneus, quer dizer, tanto da parte do Governo
1028 Brasileiro quanto da parte das ONGs ambientalistas. Nós não somos exatamente o tipo de
1029 Entidade que protege multinacionais, nós acabamos de ter uma votação aqui em que vocês
1030 sabem perfeitamente que a situação era exatamente o contrário. O que nós estamos
1031 discutindo aqui é o seguinte: vamos deixar de ser lixeira dos pneus do primeiro mundo? É
1032 um escândalo o que está acontecendo e , realmente, eu apoio inteiramente a proposta que
1033 foi apresentada aqui, é preciso corrigir a sua resolução de modo a deixar absolutamente

1034 claro que não está permitido, não foi reaberta, aliás, foi, infelizmente, porque num cochilo
1035 aqui, vários cochilos da **SESSEX** e etc entrava como matéria-prima e etc. Vamos corrigir
1036 todos esses cochilos e todos esses pequenos erros, porque pneus usados não devem entrar
1037 nesse país de maneira nenhuma. Gostaria, inclusive, de solicitar uma investigação sobre as
1038 possíveis emissões de dioxinas e metais pesados que esta empresa associada (...) à
1039 Petrobrás, essa fábrica, dessas duas empresas associadas no Paraná que eles utilizam, como
1040 os senhores sabem, parte desses pneus picados para a produção de extração de óleo do (...)
1041 Eu gostaria que o Conselho sugerisse ao Instituto Ambiental do Paraná, que nos enviasse
1042 os estudos, os testes, as emissões de dioxinas e metais pesados que devem ter justificados,
1043 suponho, testes bem resolvidos com bons números etc, que devem ter justificado a
1044 autorização para funcionamento desse Instituto. Muito obrigada.
1045

1046 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1047

1048 Conselheiro Zé Álvaro, nós vamos depois dar a palavra à Associação Brasileira dos
1049 Importadores de Pneus, para que possa haver o exercício do livre contraditório nesse
1050 Conselho e ao Conselheiro Finotti, para encerrar o encaminhamento da votação.
1051 Conselheiro Zé Álvaro.

1052

1053 **José Álvaro da Silva Carneiro – Representante das ONGs da Região Sul**

1054

1055 Eu acho importante termos sempre presente o foco que é o passivo ambiental representado
1056 pelos pneus entre a FUNASA e o IBAMA. Existem estimativas que demonstram que estão
1057 lançados na natureza entre 100 e 150 milhões de pneus e não foi abordada aqui, em nenhum
1058 momento, a correlação que existe entre esses pneus abandonados na natureza e a epidemia
1059 de dengue hoje que o país atravessa, e também tem sido mencionado bastante aqui o
1060 Paraná. Aconteceram ontem, senhor Ministro, pronunciamentos no Senado correlacionados
1061 ao CONAMA e essa questão de pneus. Aí eu lembro que aconteceu em Curitiba,
1062 recentemente, um seminário sobre a correlação entre dengue e pneus inservíveis lançados à
1063 natureza . Essa reunião aconteceu na Câmara Municipal de Curitiba e se extraiu de lá, com
1064 a presença de vereadores de todos os partidos que compõem a Câmara Municipal de
1065 Curitiba, uma Carta de Curitiba e eu gostaria de convidar o vereador **Neiler Pervor**, de
1066 Curitiba, que está aqui presente, para que nos lesse a síntese dessa carta.

1067

1068 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1069

1070 Eu gostaria de pedir que fosse o mais breve possível.

1071

1072 **Vereador Neiler Pervor**

1073

1074 Excelentíssimo senhor Ministro do Meio Ambiente, senhores Conselheiros, apenas antes de
1075 ler a síntese da Carta é importante ressaltar que Curitiba tem sido uma capital pioneira em
1076 relação a várias questões, transporte coletivo, desenvolvimento urbano, cultura. Todos que
1077 conhecem Curitiba, encantam-se com a nossa cidade. Eu sou vereador real PSDB de
1078 Curitiba e nós promovemos, no início desta semana, com a presença de vereadores de todos
1079 os partidos, desde partidos dos trabalhadores até o PFL, um Fórum para discutir o problema
1080 dos pneus inservíveis. Para nós, o que importa é a questão da saúde da população que está à

1081 mercê desta doença terrível que é a dengue e que se espalha por todo o Brasil. Em Curitiba,
1082 graças ao fato, senhor Ministro, de nós estarmos discutindo o problema do lixo pneu desde
1083 o ano de 1995, nós saímos na frente, matamos o ovo do mosquito da dengue dentro do
1084 próprio pneu, porque Curitiba, no ano passado, iniciou um programa que foi lançado
1085 oficialmente no início desse ano pelo Ministério José Serra, que é o programa rodando
1086 limpo. O Ministro Serra esteve na capital Paranaense e lançou esse programa no qual as
1087 empresas passam a eliminar o lixo pneu e a reaproveitá-lo como óleo através de refinaria da
1088 Petrobrás lá em São Matheus do Sul. Eu gostaria de ler para os senhores eminentes
1089 Conselheiros do CONAMA e para o senhor Ministro, não toda a Carta de Curitiba, porque
1090 ela é um pouco extensa, mas alguns itens desta Carta que vem assinada por diversas
1091 organizações ambientais do Estado do Paraná, por organizações não-governamentais, por
1092 entidades empresariais, pelo Vice-Prefeito de Curitiba, Beto Richard, do PSDB, do nosso
1093 Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo Deputado Federal Luciano Pisato, do PFL e
1094 por vários Vereadores dos mais diversos partidos. “O item 4 da Carta de Curitiba,
1095 excelentíssimo senhor Ministro, diz que, considerando o atual Estado de desequilíbrio
1096 ambiental causado, principalmente, pela falta de saneamento básico, destruição dos rios e
1097 de suas respectivas matas ciliares, desmatamento e contaminação geral dos ambientes
1098 naturais e urbanos, os pneus inservíveis tornam-se os principais espaços de reprodução do
1099 mosquito aedes aegypti transmissor da dengue. O item 5º da Carta de Curitiba diz que já
1100 existe legislação consistente que obriga a coleta e destruição de todos os pneus inservíveis
1101 existentes no território nacional, que é a Resolução CONAMA nº 258/99 aprovada no dia
1102 26/08/99 que a Receita Federal e o IBAMA não estão exigindo o cumprimento desta lei e,
1103 conseqüentemente, colocando em risco a saúde pública no Brasil. O Fórum concluiu: exigir
1104 o imediato cumprimento da lei vigente, Resolução CONAMA 258/99 realizando um
1105 esforço junto a todas as autoridades constituídas para que o texto legal sem retrocessos,
1106 principalmente, mantendo-se a íntegra do seu artigo 6º seja rigorosamente aplicado, fica a
1107 Câmara Municipal de Curitiba comprometida a dar a mais ampla repercussão às conclusões
1108 apontadas nesta Carta de Curitiba, especialmente, ao Ministério Público, a todos os Juizes
1109 Federais, Desembargadores, Ministros do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de
1110 Justiça, ao excelentíssimo Sr. Presidente da República e a todos os Ministros”.

1111

Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA

1112

Conclusão.

1113

Vereador Neiler Pervor

1114

1115 Concluindo, Sr. Ministro, o programa rodando limpo é um programa fundamental que deve
1116 ser desenvolvido em todo o Brasil, é questão de saúde pública eliminarmos os pneus
1117 inservíveis neste país e eu faço aqui um apelo aos senhores Conselheiros do CONAMA,
1118 que não permitam que alterações nesta resolução venham a prejudicar a situação ambiental
1119 do nosso país, propagando ainda mais o mosquito da dengue. Vamos jogar limpo com o
1120 Brasil, vamos jogar limpo com a saúde pública do nosso país. Obrigado, senhor Ministro.

1121

Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA

1122

1123 Pela ordem, Conselheira representante do Amazonas.

1124

1128

1129 **Representante do Amazonas**

1130

1131 Bom dia. Muito me preocupou quando eu peguei a pauta hoje cedo das alterações sugeridas
1132 a respeito dos pneumáticos e depois eu fiquei feliz com a posição do Conselheiro Saint
1133 Clair com a preocupação com bicicletas. Uma realidade do Estado do Amazonas é que nós
1134 não temos meios de comunicação por terra, a nossa comunicação é por água, então, o
1135 transporte de veículos automotores para os municípios é caríssimo. Os nossos municípios
1136 vivem como meio de transporte interno as bicicletas. Parece até estranho, mas nós temos
1137 táxis bicicletas nos nossos municípios, então o problema de 90% dos municípios é
1138 exatamente com os pneumáticos de bicicletas e nós temos um grande número de
1139 pneumáticos importados, então eu fico muito preocupada com a relação de uma votação
1140 apenas para automotores, quando nós estamos com um programa de resolver os resíduos
1141 sólidos e temos tido sucesso com os prefeitos, com programas para resolver o problema do
1142 lixo e mais, tentando fazer um programa para resolver o problema dos pneumáticos
1143 naquelas pequenas cidades que ficam no interior do Amazonas. Então, ao falar sobre
1144 dengue com pneumáticos, nós no Estado do Amazonas tivemos dengue, mas não tivemos
1145 nenhum caso de dengue em todo o Amazonas este ano e isto tem muito a ver com a
1146 educação ambiental que nós praticamos através de um núcleo, umas oficinas de trabalho
1147 nos municípios e na capital. Então, eu gostaria de dar um apoio ao Conselheiro Saint Clair,
1148 porque a realidade do Amazonas é essa que eu estou passando para vocês. Se colocarmos
1149 só automotores, 90% ou mais dos Municípios do Estado do Amazonas não estarão tendo o
1150 benefício da resolução que nós estamos tentando modificar. Obrigada .

1151

1152 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1153

1154 Pela ordem, Conselheiro Guilherme do Ministério da Saúde.

1155

1156 **Guilherme Franco Neto - Representante da Vigilância Ambiental**

1157

1158 Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar a posição do Ministério da Saúde em relação ao
1159 que foi exposto aqui como Conselheiro e representante do Ministro da saúde no CONAMA
1160 e também como representante da FUNASA, nós recebemos o convite da Câmara Municipal
1161 de Curitiba no sentido de que participássemos acompanhando o debate sobre essa questão
1162 dos pneus, indo, inclusive, ao seminário da reunião realizada na Câmara, mas em nenhum
1163 momento nós nos dispusemos a nos comprometer, até porque esse não é o método com que
1164 o Ministério da Saúde trabalha. Nós não trabalhamos delegando pessoas a expressar a
1165 opinião do Ministério da Saúde, mas a Ministério da Saúde tem os seus instrumentos claros
1166 de posicionamento, então, eu queria deixar claro a esse plenário e, inclusive, por ofício, a
1167 Câmara de Vereadores vai receber o nosso posicionamento de que a coordenação geral de
1168 vigilância ambiental e saúde da Fundação Nacional de Saúde não assina carta, apenas
1169 esteve acompanhando o debate. Nós estamos vivendo intensamente esse processo e tenho
1170 conversado com diversos Conselheiros, com as estruturas oficiais do Ministério do Meio
1171 Ambiente e o Ministério da Saúde está buscando sedimentar a sua posição para o melhor do
1172 Brasil. Então, eu gostaria de salientar que não estamos assinando a Carta e que o Ministério
1173 da Saúde fala por si, tem os seus canais e os seus meios próprios de se expressar ao
1174 Governo e à sociedade e não por meio de outros instrumentos. Muito obrigado.

1175

1176 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1177

1178 Feito o registro. Eu agora gostaria de dar a palavra à Associação Brasileira dos
1179 Importadores de Pneus. 5 minutos.

1180

1181 **Representante da Associação Brasileira Importadores de Pneus**

1182

1183 Sr. Ministro, em primeiro, lugar ao saudá-lo, quero agradecer a oportunidade e parabenizá-
1184 lo pelo seu comportamento democrático, pelo seu senso de respeito à opinião de todos os
1185 seguimentos, notadamente agora, em que as nossas relações acabaram sendo estremecidas
1186 pelas circunstâncias dos últimos tempos. Eu confesso, senhores, que em algum momento eu
1187 devo ter falhado na forma, devo ter falhado na minha sensibilidade de trato, mas o que
1188 sempre pautou minha atitude desde quando a guerra dos pneus começou, em 1991, e a
1189 partir de 1994, quando abraçamos a bandeira da destruição do pneu inservível, a
1190 preocupação nossa foi com o país, com a saúde pública, sem tentar nos espujar na verdade
1191 de que também temos, sim, interesse empresarial de exercer uma atividade legítima, não
1192 defesa em lei, que nos orgulha. Construímos no Brasil a melhor fábrica de pneus re-
1193 moldados do mundo que está substituindo importações, somos um exemplo citado nos
1194 Estados Unidos, na Europa, somos um exemplo aplaudido no nosso Estado. Lá no meu
1195 Estado, eu fui agraciado, no ano passado, com o título de cidadão Benemérito do Estado do
1196 Paraná, portanto, eu não sou aquele empresário inescrupuloso citado pelas empresas do
1197 Cartel de pneus a partir de 95, tripudiado no IBAMA por alguns, não todos, que teve a
1198 oportunidade de em 1994 fazer um convênio com o IBAMA e PT de São Paulo para
1199 pesquisar no mundo inteiro quais as alternativas viáveis para se reciclar pneus inservíveis
1200 no país para servir de base para um instrumento legal que viesse, efetivamente, resolver o
1201 problema no país. Em 1995, fizemos a ata que definiu quais eram as melhores alternativas,
1202 pagamos a conta sozinhos. O IBAMA não gastou um centavo, muito menos o IPT e todos
1203 esses estudos estão disponíveis no IPT, para quem quiser deles se utilizar. Cumprimos o
1204 nosso compromisso, não só de gerir bem a nossa empresa, dar lucros e ter bons
1205 funcionários e bem pagos, como é nosso caso, vimos cumprindo a nossa obrigação, nós
1206 temos o programa bom aluno, que é um exemplo no mundo hoje, idealizado por nós em
1207 1993, o qual já abriga mais de 600 crianças de favelas, crianças carentes que têm a
1208 oportunidade na vida de estudar até a universidade e até Harvard. Programa esse que nos
1209 deu o prêmio de excelência da Unesco e da Fundação Banco do Brasil que nos foi entregue
1210 em novembro do ano passado, estando disponível esse programa na Unesco e em Paris e no
1211 banco de tecnologia social da Fundação do Banco do Brasil. Se, por um lado, somos
1212 aplaudidos em nosso Estado, se somos aplaudidos até no exterior, por outro lado, eu tenho
1213 o dissabor de ouvir que eu minto, que nós promovemos ilações quando em nenhuma vez eu
1214 fiz afirmação que não seguisse de prova material e documento e fazem parte de uma ação
1215 cível pública, todas as nossas declarações. Eu nunca declarei nada, nunca declarei nada que
1216 não fizesse acompanhado de prova e sustento, sim, e acho muito bom que alguns, se
1217 sentindo ofendidos, venham na justiça para me questionar, justiça onde nós sempre
1218 ganhamos. Há 11 anos que estamos mantendo a nossa atividade e promovendo um bem
1219 para o país. É da nossa autoria pessoal o Projeto 1259/95 do Congresso Nacional subscrito
1220 pelo Deputado Pedro Novaes, do Maranhão, que sempre teve afinidade com essa causa.
1221 Fizemos um trabalho de defesa junto aos parlamentares, Deputados e Senadores um

1222 trabalho exaustivo, mas mudamos a cabeça do Congresso e é consenso que deveria ter um
1223 instrumento legal que obrigasse. No nosso Estatuto da **BIP**, há muitos anos, consta a
1224 obrigação de levar a sugestão de lei, consta a obrigação de esforçar para cumprir a lei
1225 depois de aprovada e nós cumprimos o nosso Estatuto. A Resolução CONAMA que está
1226 aqui discutida. Senhores, me perdoem a presunção e a prepotência, mas chega um momento
1227 em que temos que dizer o que é a verdade, foi a **BIP**, através de minha pessoa aqui
1228 presente, neste mesmo microfone, que convenceu o **Dr. Cheler** a criar um grupo de
1229 trabalho para discutir um texto de resolução que eu apresentei naquele dia que tem aí 80%
1230 do texto da Resolução CONAMA, pela Democracia da discussão, pelo excelente trabalho
1231 do Roberto Monteiro conduzindo a tarefa na coordenação dos trabalhos, com a sua
1232 disciplina, com o seu rigor até nos conduzindo para não sairmos do rumo. Quando eu
1233 queria defender o meu seguimento economicamente e quando o pessoal da **LPI** das
1234 empresas fabricantes queriam fazer o mesmo, e ele nos colocava no rumo dizendo. Isso
1235 aqui é passível ambiental. Aqui não se discute nada economicamente, é passível ambiental
1236 e essa resolução saiu perfeita graças ao Roberto Monteiro, a quem eu quero aqui fazer uma
1237 menção especialíssima à capacidade dele de liderança, discernimento e de trabalho, que
1238 ficamos por diversas vezes até 11: 30 hs da noite no Ministério, o que é impressionante, e o
1239 que me deixou com uma opinião muito melhor do que eu fazia dos funcionários públicos de
1240 Brasília. Fiquei encantado com o brasileiro. Defendemos a resolução, fomos atrás da
1241 solução e criamos um programa inédito no mundo chamado Curitiba Rodando Limpo a
1242 custo zero para os cofres públicos, que já limpou de Curitiba mais de um milhão de pneus
1243 velhos, a partir do ano passado. Reunia-se conosco o Secretário da Saúde e do Município e
1244 o Secretário do Estado da Saúde no Paraná, dizendo e alertando, vamos ter inevitavelmente
1245 no Brasil, em 2002, uma epidemia de dengue e só temos uma alternativa: temos que ir caçar
1246 o mosquito aedes aegypti no ninho, nós temos que matar os ovos do mosquito antes que na
1247 saída do verão eles venham a eclodir e criar a epidemia de dengue no Brasil e nós
1248 começamos em maio do ano passado, no inverno, a caçar esses mosquitos antes da saída do
1249 verão, quando eles iriam eclodir. Realizando esse trabalho, que foi lançado oficialmente
1250 com o Ministro José Serra no dia 21 de novembro do ano passado, eu tenho gasto a minha
1251 voz bradando no deserto desse ambiente, eu tenho feito um trabalho que eu gostaria demais
1252 que os senhores fizessem uma auditoria no que eu fiz e que fizemos em Curitiba...

1253

1254 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1255

1256 Conclusão, por gentileza.

1257

1258 **Representante da Associação Brasileira Importadores de Pneus**

1259

1260 ...E que fizemos em benefício do país no nosso comportamento, mas ninguém nos audita.
1261 Eu não tive o gosto de ter visita do pessoal do IBAMA de Brasília, só tive mal entendido,
1262 comportamento, parece até que as pessoas têm uma prevenção contra o pneu usado e não
1263 conseguem raciocinar mais, eles acham, de maneira geral, que o pneu usado é o problema e
1264 não o conjunto dos pneus. 95% do passível ambiental pertence à Goodyear Fast Pirelli,
1265 ninguém nunca tinha se preocupado com esses 95% e nós nos preocupamos com tudo,
1266 então por favor, nos julguem com rigor, com rigor nos policiem, nós auditem, vão ver o que
1267 está acontecendo, analisem os nossos documentos, não sejam levianos de proceder
1268 acusações, verbalizar coisa sem prova. Lá na justiça não queria que chegasse a esse ponto,

1269 eu não sou de briga, mas não sei correr na minha vida, se eu tiver a oportunidade de ajudar
1270 o meu país, eu vou ajudar. Quando eu dizia para Dr^a Lita que essa sua portaria 08/2000 é
1271 equivocada, ela vai ser derrubada nos Fóruns Internacionais e havia insistência, o Brasil
1272 perdeu por unanimidade no Uruguai, vai perder por unanimidade na OMC e daí dizem que
1273 a gente não quer respeitar o que o CONAMA ou o que SESSEX decide, quando decide
1274 errado a obrigação de brasileiro...

1275

1276 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1277

1278 Conclusão, por gentileza.

1279

1280 **Representante da Associação Brasileira Importadores de Pneus**

1281

1282 Então, nós temos feito isso em Curitiba. Para terminar, eu quero que os senhores analisem
1283 profundamente o que nós realizamos para o Brasil e o que os fabricantes de pneus novos
1284 realizaram para o Brasil. Diziam que era inviável economicamente reciclar pneu, nós
1285 dissemos que tinha que ser uma responsabilidade de todos e estamos aí, na prática,
1286 materializando os resultados em Curitiba. Não é por acaso, Paraná nessa epidemia de
1287 dengue teve uma evolução da doença em relação ao ano passado de 41.5% que cresceu a
1288 doença. Em Curitiba e Metropolitana, graças, eu digo sem dúvidas uma parte substancial do
1289 nosso trabalho não tem um só caso de dengue lá, nem um só caso em Curitiba, o Estado
1290 evolui 41.5%, Curitiba não tem um só caso, tem 66 casos confirmados de dengue
1291 contraídos fora do Estado. Portanto, nós temos uma folha, temos um currículo a ser
1292 analisado e eu tenho um currículo espiritual, prestei um serviço a minha nação. A
1293 Resolução CONAMA, eu que escrevi, ela está muito boa assim, porque eu a escrevi com a
1294 intenção de cumprir fechando lacunas para que, se eu mudasse de idéia ou outro empresário
1295 escrupuloso pudesse descumpri-la, ela está perfeita. Nós todos temos que cumprir, está no
1296 meu currículo espiritual, podem ficar bravos comigo, podem dizer que eu fui um
1297 presunçoso, que não fui eu, mas se avaliar os anais da história, converse com o Roberto
1298 Monteiro, veja, converse com Pedro Novaes em 1995. Leiam no IBAMA o termo de
1299 cooperação que eu assinei em 1994.

1300

1301 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1302

1303 Conclusão, por gentileza.

1304

1305 **Representante da Associação Brasileira Importadores de Pneus**

1306

1307 Essa é a nossa contribuição para o país. Eu não tolero esse tipo de lesão que nós queremos
1308 apenas importar pneu usado e prejudicar o país. Eu ajudei o país, muita gente é mal
1309 intencionada e não quer ajudar e outros são cegos, porque não querem ver. Muito obrigado.

1310

1311 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1312

1313 Eu vou encaminhar a votação pedindo ao Conselheiro Finotti que faça a exposição final,
1314 antes porém eu gostaria de fazer um comentário em defesa desse Conselho e em defesa do
1315 seu Presidente. Esse Conselho foi bombardeado nos últimos dias e algumas autoridades

1316 públicas notificadas judicialmente em razão da matéria que estamos examinando e votando
1317 aqui. Eu sempre recolhi nesse Conselho as mais nobres lições de cidadania e sempre
1318 encontrei aqui um Fórum democrático, onde os valores da democracia se exercem da
1319 maneira mais ampla e por isso mesmo é que entendi necessário conceder a palavra à
1320 Associação Brasileira dos Importadores de Pneus. Essa mesma Associação, que algum
1321 tempo atrás, numa iniciativa na justiça, incluía o Ministro de Meio Ambiente como
1322 membro de quadrilha, que felizmente, foi desconsiderada na face judicial. Eu quero fazer
1323 esses comentários para reafirmar a defesa da soberania desse Conselho, e sobretudo, para
1324 dizer que como cidadão, sobretudo como cidadão investido da autoridade pública de
1325 Ministro do Estado, que as aleivosias dos interesses contrariados jamais vão intimidar as
1326 nossas iniciativas e as nossas decisões. Eu quero fazer esse comentário e encaminhar a
1327 votação.

1328 *(palmas)*

1329

1330 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

1331

1332 Sr. Presidente, senhores Conselheiros, senhores convidados. Corroborando com as palavras
1333 de sua excelência, o Sr. Ministro, eu me pergunto o que eu venho fazendo neste Conselho
1334 nestes últimos dez anos. A partir do momento em que eu fui um dos autores da resolução,
1335 enfim, talvez a minha palavra seja repensada por quem quiser. Senhores Conselheiros, nós
1336 que solicitamos vistas ao processo, apresentamos em período hábil as nossas propostas, elas
1337 foram colocadas como os senhores encontraram na pauta, no entanto, para facilidade de
1338 trabalho, ontem nós nos reunimos e como a maior parte das propostas eram condensadas
1339 nós procuramos fazer uma consolidação daquilo que foi elaborado e que está apresentado
1340 na parte esquerda da tela. Sugerimos ao pessoal de apoio que projetasse a parte direita da
1341 tela à resolução propriamente dita e nós já esclarecemos que estamos tratando neste
1342 momento de uma melhoraria de redação, melhoraria esta que foi, inclusive, apresentada
1343 como lá está e que foram colocados, sugeridos alguns destaques por parte de outros
1344 Conselheiros. Assim é que eu gostaria de colocar dois comentários. Mais uma vez, para
1345 finalizar esta primeira fase a pedido de sua excelência, o Sr. Ministro. Eu fico muito
1346 preocupado, apesar de entender o aspecto bicicletas, com a operacionalização do processo,
1347 uma vez que um pneu de automóvel, na realidade, é trocado numa empresa, enquanto as
1348 bicicletas ou outro tipo de veículo mais simples nós fazemos essa troca em casa. Eu pelo
1349 menos assim o faço e eu sou ciclista, então isso vai fazer com que a pessoa que está
1350 fazendo, andando de bicicleta ou tenha um pneu em casa possa correr... Bom, a segunda
1351 parte que eu gostaria de colocar é com relação à proposta apresentada por (...) 13º artigo
1352 que eu acredito que não seja esta a resolução competente, a partir do momento em que já
1353 existe, existem resoluções proibindo a importação de pneus usados, são duas resoluções.
1354 Está claro? E nós, talvez sob a forma pedagógica, instituíssemos mais um artigo nesse
1355 ponto, mas eu não acredito que isto vá resolver este grave problema que nós temos, então,
1356 com esses tópicos colocados, eu retomo a palavra à mesa para o encaminhamento da
1357 votação e solicito que os senhores Conselheiros analisem e ponderem que se trata na
1358 realidade de uma excelente melhoria. Eu não vou dizer que seria otimizada, porque o ótimo
1359 é sempre inimigo do bom, mas o melhor pode ser aliado ao bom. Muito obrigado.

1360

1361 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1362

1363 Bom, então, nós vamos encaminhar a votação da seguinte forma: nós temos projetado a
1364 Resolução CONAMA tal como está vigiando e vamos votar as modificações aprovadas na
1365 Câmara Técnica e durante a fase de discussão que estão projetadas à esquerda, além de
1366 votar a matéria oriunda da Câmara Técnica; depois, também continuando temos à mesa três
1367 propostas de destaque do Ministério Público e do Ministério de Desenvolvimento, Indústria
1368 e Comércio que serão votadas na continuidade da votação do texto que está projetado à
1369 esquerda para que os Conselheiros possam cotejar as mudanças recomendadas em relação
1370 ao texto que está à direita. Então, nós temos a primeira proposta com relação ao
1371 considerando. Vamos encaminhar a votação ponto por ponto. A proposta de alterar a
1372 redação de um dos considerandos iniciais tal como está projetada, considerando que os
1373 pneumáticos novos, depois de usados, podem ser utilizados em processos de reciclagem.
1374 Em votação. Os Conselheiros que estejam de acordo, queiram se manifestar exibindo os
1375 seus cartões. 62 votos. Os que queiram votar contrariamente. Nenhum voto contra.
1376 Abstenção. Nenhuma abstenção. Aprovado. Seguinte: inclusão de um novo considerando
1377 como está projetado, considerando que a importação de pneumáticos usados é proibida pela
1378 Resolução CONAMA 23/96 e 235/98. Resolve. Em votação. Os que estejam de acordo
1379 queiram se manifestar exibindo os seus cartões. 55. Os que queiram votar contrariamente.
1380 Estamos em regime de votação, a discussão está encerrada. O Ministério aguardará
1381 notificação da justiça para tomar conhecimento da decisão, segundo informação eu pediria
1382 que o Procurador-Geral do IBAMA se manifestasse.

1383

1384 **Senhor**

1385

1386 Salvo se o senhor seja oficial de justiça. É oficial de justiça?

1387

1388 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

1389

1390 **Senhor**

1391

1392 Ah! Então, muito obrigado.

1393

1394 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1395

1396 Então, o Ministério aguardará a notificação judicial na forma do que prescreve a legislação
1397 e segundo a assessoria que acabo de receber da Procuradoria Geral do IBAMA, mas ainda
1398 assim, para que não fique dúvida, eu gostaria que o Dr. Vicente transmitisse ao plenário o
1399 teor da decisão judicial que está sendo mencionada. Ok! Após a votação, o plenário tomará
1400 conhecimento ok! Prosseguindo. Os que estiverem de acordo, que se manifestem...
1401 Contrariamente, os que queiram se manifestar contrariamente. Os que queiram registrar
1402 abstenção. Aprovado. Em seguida, nós não vamos votar, depois os destaques finais, nós
1403 vamos seguir o texto da Câmara Técnica que agora seria artigo primeiro, como está
1404 projetado para fazer a análise comparativa com os demais, a alteração proposta está
1405 projetada à esquerda. Pois não.

1406

1407 **Senhor**

1408

1409 O nosso encaminhamento de proposta ficou considerado apenas lá nos considerandos e a
1410 nossa proposta é que logo após a palavra automotores no artigo primeiro.

1411

1412 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1413

1414 Mas a sua proposta regimentalmente terá que ser votada após a votação do texto oriundo da
1415 Câmara Técnica. Será votada em seguida.

1416

1417 **Senhor**

1418

1419 Apenas que ela não constou na tela a inclusão depois de veículos automotores e bicicletas.

1420

1421 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1422

1423 Mas é uma emenda que terá que ser votada. Nós estamos votando o texto original da
1424 Câmara Técnica. Ela será votada como emenda ao final. Então, nós estamos votando agora
1425 a nova redação do artigo primeiro. Os Conselheiros que estejam de acordo que queiram se
1426 manifestar exibindo os seus cartões. 52 votos. Os que desejam votar contrariamente.
1427 Nenhum voto. Abstenção. Nenhuma abstenção. Aprovado. Em seguida nova redação para
1428 o inciso I do artigo segundo. Com as definições que estão aí à esquerda, os Conselheiros
1429 que estejam de acordo queiram se manifestar exibindo os seus cartões. 85 votos. Os que
1430 queiram manifestar contrariamente. Os que queiram registrar abstenção. Aprovado. Em
1431 seguida nova redação para o inciso 4. Como está projetado conceituação de pneu ou
1432 pneumática inservível, os que estejam de acordo queiram se manifestar exibindo os seus
1433 cartões. 52 votos. Quem queira manifestar contrariamente. Nenhum voto contra.
1434 Abstenção. Nenhuma abstenção. Prosseguindo. Inciso I do artigo terceiro. Como está
1435 projetado? Com a inclusão das palavras novas, ou segundo o texto da mesa além de
1436 veículos automotores incluir bicicletas. Está no considerando que também recebeu a
1437 aprovação da Conselheira representante do Governo do Estado do Amazonas, então, o
1438 Conselho vai deliberar se incluiu, se estende além de veículos pneumáticos, veículos
1439 automotores e bicicletas. Não. Nós vamos ter que votar, porque aí é uma questão
1440 conceitual, eu não sei se triciclo, por exemplo, está aqui.

1441

1442 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1443

1444 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1445

1446 Eu acho que poderíamos até para melhorar a propriedade da proposta. Roberto Monteiro.

1447

1448 **Roberto Alves Monteiro - Membro Honorário**

1449

1450 Sr. Presidente, a resolução acima de tudo procura ser viável, por isso abrange os
1451 pneumáticos, automotores que têm um maior universo e uma concentração maior nos
1452 grandes centros. Nós estamos trabalhando com um país de mais de 8 milhões de
1453 quilômetros quadrados. Já temos dificuldades, efetivamente, de recolher esses pneumáticos
1454 nos sertões do Brasil, onde esse pneu normalmente é desviado para (...) para fazer balanço
1455 ou para fazer... numa área com maior poder aquisitivo escola de cais e outras formas usuais

1456 nesses pneus, então, temos um problema de logística, temos um problema de transporte
1457 desses pneumáticos de áreas mais afastadas. Acrescentar-se a essa resolução pneumáticos,
1458 como bem colocado pelo Dr. Finotti, pneumáticos de bicicletas que são normalmente feitas
1459 essas trocas em suas casa que, efetivamente, também não representam um significativo
1460 passivo ambiental que venha a atrapalhar o meio ambiente eu, efetivamente, acho que nós
1461 teríamos grandes dificuldades, por isso indicaria pela rejeição da proposta.

1462

1463 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1464

1465 Conselheiro Paulo Nogueira Neto e Conselheiro Finotti e vamos com essas mais duas
1466 inscrições encaminhar a votação.

1467

1468 **Paulo Nogueira Neto – Representante da ADEMMASP**

1469

1470 Não obstante as dificuldades de se recolher os pneus de bicicletas, eu acho que esses pneus
1471 devem ser incluídos, porque há muitas cidades no Brasil, muitas no Amazonas, eu tenho
1472 experiência pessoal disso, onde a população utiliza em larga escala esses pneus, então seria
1473 abrir uma exceção que, na minha opinião, não se justifica, embora a gente reconheça que
1474 haja dificuldades, mas essas dificuldades podem e devem ser resolvidas. Muito obrigado.

1475

1476 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1477

1478 Conselheiro Finotti e Conselheiro Saint Clair. Só fazer um comentário, porque se a
1479 tendência, no meu entendimento, apenas uma questão técnica, Conselheiro Finotti, se a
1480 tendência do plenário for para incluir bicicleta, eu acho que a definição anterior é mais
1481 adequada. Pneumático é acesso amplo. Apenas uma observação. Conselheiro Finotti.

1482

1483 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

1484

1485 Eu quero discordar do nobre Conselheiro, companheiro e amigo Paulo Nogueira Neto,
1486 porque da mesma forma que nós temos cidades com a grande quantidade de bicicletas, nós
1487 temos outras que não têm essa grande quantidade, e de mais a mais, nós sabemos e aqui até
1488 prestando uma homenagem aos municípios e aos estados, ambos têm condições e têm poder
1489 mais restritivo dentro do seu processo legislativo, então aquele município que tenha
1490 excesso de pneus de bicicleta tm condição de estabelecer as suas restrições como aconteceu
1491 recentemente com a cidade de Americana com relação a lâmpadas, antes de nós
1492 estabelecermos, editarmos nossa resolução a respeito de lâmpadas, eles já fizeram,
1493 restringindo uma série de situações para tal. Então, eu continuo na posição de que a
1494 Resolução CONAMA é uma resolução que tem que ser operacional, ela tem que ser
1495 legítima e para ser legítima precisa ser geral e extremamente aplicada. Conversando agora
1496 mesmo com o representante do setor da Polícia Militar, que opera no local, ele me fez a
1497 pergunta, o que eu vou fazer para prender um cidadão que não está, que está contra a
1498 resolução e tem dois pneus de bicicletas pendurados ali para utilizar, inclusive para
1499 pendurar a bicicleta também neles.

1500

1501 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1502

1503 Conselheiro Saint Clair. Olha, nós não podemos ficar aqui perdendo meia hora por causa
1504 de pneu de bicicleta. Por gentileza. Tem a palavra.

1505 *(Risos)*

1506

1507 **Saint Clair Honorato Santos – Representante dos Ministérios Públicos Estaduais**

1508

1509 Serei breve, excelência. Obrigado, Sr. Ministro. No Estado do Paraná, inclusive, há uma
1510 legislação que está aprovada e que nós desejamos que seja implantada, que diz em rápidas
1511 palavras que todos os produtos que são recicláveis devem ser entregues aos seus
1512 fabricantes. Parece-me que essa resolução está fazendo a mesma coisa. Esses pneus são
1513 oriundos de importação, isto é, fabricado pelas empresas, esta é a responsabilidade que nós
1514 estamos dando. As empresas têm a responsabilidade de recolher esses pneus. O fato de
1515 você ir a uma loja e entregar um pneu usado por um novo é uma coisa tão simples, que eu
1516 até fico em dúvida sobre essas afirmações que foram colocadas aqui de prática, nós não
1517 vamos sair caçando aí pelo mundo ciclista por conta disso, nós queremos mudar a
1518 consciência do consumidor de que ele tem uma responsabilidade também com o seu
1519 consumo, que ele vai comprar um velho e vai colocar um novo lá e vai devolver o produto
1520 e a fábrica vai dar a destinação final, que é o que nos interessa.

1521

1522 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1523

1524 Vamos concluir para votar. Conselheira Maria Dalce, sabe andar de bicicleta? Maria Dalce,
1525 então eu vou lhe dar a palavra.

1526

1527 **Maria Dalce Ricas – Representante das ONGs da Região Sudeste**

1528

1529 Gente, uma frase. Como recolher é problema das empresas, elas ganham uma fortuna com
1530 isso, que elas se virem, que elas recolham. Isso é fundamental. Eu acho até que nós
1531 podemos, eu sei que pode ter algum aspecto de aplicabilidade que seja difícil problema e
1532 isso é problema das empresas. Acho que já está mais do que na hora de exigirmos que as
1533 grandes empresas, que as empresas que fabricam esse tipo de coisa diminuam um
1534 pouquinho a sua taxa líquida de lucro para poder proteger o meio ambiente e a qualidade de
1535 vida.

1536

1537 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1538

1539 Em votação, então, a extensão do termo para ampliar além de veículos automotores. Os que
1540 estiverem de acordo, queiram se manifestar exibindo os seus cartões. 36. Os que desejam
1541 votar contrariamente. 15 votos. Abstenção. 4 abstenções. Não. Automotores já foi votado,
1542 estamos incluindo a palavra bicicletas. Isso é que foi decidido pelo plenário, já é matéria
1543 votada, matéria vencida, apenas aberta para registro de voto como foi pleiteado pelo Finotti
1544 e pelo Secretário Langone.

1545

1546 **Senhor**

1547

1548 Prezados senhores, e a presença do **Coronel Melli**. Eu acredito que a partir de domingo
1549 desta semana eu serei um criminoso ambiental. Está certo? Por que eu tenho alguns pneus

1550 que eu estou esperando o meu ficar mais velho para trocar e estão em casa, portanto, me
1551 considero preso.

1552

1553 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1554

1555 Conselheiro Langone. Por gentileza. Silêncio no plenário, por gentileza.

1556

1557 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

1558

1559 Eu quero declarar voto contra, aqui. Eu acho que o Conselho tem cometido alguns
1560 equívocos de decisão, um que nós vamos acabar tendo que discutir de novo é de pegar
1561 coisas que foram todas discutidas num sentido e na hora da votação mudar o sentido. Uma
1562 resolução que vamos ter que discutir de novo aqui, que consideramos um erro, foi a
1563 resolução do palmito que era para Santa Catarina e por uma emenda virou uma resolução
1564 nacional, sem discutir o contexto dos outros estados. E agora de novo nós fizemos todo um
1565 trabalho, um debate que não envolveu os fabricantes de bicicleta, não envolveu essa
1566 questão e numa emenda nós colocamos uma dimensão que não se estava discutindo. Essa
1567 resolução, já foi anunciada aqui, será objeto de contestação judicial, portanto, nós
1568 entendíamos que para que ela tivesse consistência devida, deveria se prender a centralidade
1569 do que estava em questão aqui, sobretudo, resguardando a resolução original desse mesmo
1570 Conselho, portanto, nós votamos contra nesse sentido e achamos que o Conselho deve
1571 tomar mais cuidados em relação a essas emendas repentinas que alteram o universo do que
1572 foi discutido ao longo do processo de preparação da resolução pelas Câmaras Técnicas,
1573 como aconteceu com a resolução do palmito e voltou a acontecer com essa resolução.

1574

1575 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1576

1577 Está registrado o voto. Eu entendo as ponderações do secretário Langone, esse plenário é
1578 soberano, inclusive, para cometer os equívocos que existem, que ele aqui mencionou e
1579 entendo que se equívocos realmente existem, esse plenário não terá nenhuma dificuldade de
1580 no momento seguinte fazer as correções necessárias para que as coisas voltem ao leito
1581 normal e que nós possamos continuar aprimorando, como é o caso do palmito, que a
1582 própria Secretaria Executiva gostaria de trazer novamente o assunto ao plenário para as
1583 correções necessárias. Em seguida, artigo 3º, na verdade, tem o mesmo sentido, eu a
1584 considero, eu considero essa proposta resolvida, porque ela faz a mesma correção de incluir
1585 bicicletas, então, é óbvio que estamos decidindo aqui que vamos incluir todas as vezes que
1586 falamos veículos automotores, vamos incluir bicicletas. Em todos, em todo texto, então é
1587 isso que o plenário acabou de decidir e em seguida, finalmente, a última emenda que
1588 consiste na proposta de inclusão do artigo 13º é correspondente à proposta do Conselheiro
1589 representante do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio como está projetada
1590 na tela. Não, está faltando... Ok! Desculpa, como está projetado na tela? Os Conselheiros
1591 que estejam de acordo queiram se manifestar exibindo os seus cartões. 52. Os que
1592 queiram se manifestar contrariamente. Drª. Marília está votando contra? 3 votos contrários.
1593 Abstenção. Nenhuma abstenção. 4 abstenções. A matéria está decidida e foi aprovada
1594 exatamente às 12:51 hs do dia 21 de março de 2002. Em seguida, eu pediria ao Conselheiro
1595 Vicente Procurador Geral do IBAMA que levasse a conhecimento do plenário a questão
1596 judicial que foi enfocada no início dessa votação. Conselheiro Vicente.

1597

1598 **Vicente Gomes da Silva – Procurador Geral do IBAMA**

1599

1600 Bem, é uma ação que foi proposta por uma Entidade Ambientalista, para minha surpresa,
1601 em que sobre a presunção de que Entidade Ambientalista deixa-me dar o nome a vocês,
1602 Instituto Nacional Gralha Azul de Proteção Ambiental - **INGAPA** que fica na: Rua
1603 República Guarani, Vila Esperança Curitiba – PR sobre a presunção de que a discussão e
1604 eventual alteração dessa proposta de resolução pudesse estar propondo realmente uma
1605 modificação que viesse prejudicar o Meio ambiente, quer dizer, é uma contradição imaginar
1606 que esse Conselho pudesse votar algo ou alguma proposta que viesse contra os interesses
1607 da proteção ambiental, seria uma absoluta contradição, mas enfim, foi feita essa proposta.
1608 O juiz em princípio, em despacho preliminar recomendou, está recomendando que essa
1609 discussão seja feita a posteriori, mas também sobre esse fundamento de que uma possível
1610 alteração traria prejuízo, ou que o CONAMA pudesse estar propondo modificação na
1611 resolução para, efetivamente, trazer prejuízo ao Meio ambiente, o que seria realmente um
1612 verdadeiro absurdo do nosso papel. Acontece que, como perguntei inicialmente, quando foi
1613 levantado no auditório pelo Sr. que eu não sei o nome, da entrega desse documento.
1614 Acontece que citação, todos nós aqui militamos na justiça, sabemos que citação se faz por
1615 meio de oficial de justiça, se faz por meio de precatória, no caso o juízo de outro Estado e
1616 ainda assim deveria ser feito na pessoa do seu Consultor Jurídico do Ministério do Meio
1617 Ambiente, porque ela é dirigida ao Sr. Ministro e quem tem competência para recebê-la é o
1618 Consultor Jurídico do Ministério de Meio Ambiente e não eu que sou Procurador-Geral do
1619 IBAMA, portanto, no momento oportuno em que essa citação for oficializada ao Sr.
1620 Ministro nós prestaríamos, obviamente, a Consultoria Jurídica através do apoio da
1621 Procuraria Geral do IBAMA as informações indispensáveis ao juiz que deferiu esse
1622 despacho preliminar.

1623

1624 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1625

1626 Pela ordem. Conselheiro Zé Álvaro, Conselheiro Francisco Soares, e Conselheira Maria
1627 Dalce e em seguida, o almoço.

1628

1629 **José Álvaro da Silva Carneiro – Representante das ONGs da Região Sul**

1630

1631 Eu não posso deixar de me pronunciar, porque esse mandato judicial é assinado por um juiz
1632 que é meu amigo pessoal e além disso a necessária declaração para que conste aqui na ata
1633 do respeito desse Conselho, seja Justiça Federal, seja através da votação uma prova cabal
1634 do CONAMA se reafirmando perante uma questão ambiental, ou seja, inferir que o
1635 CONAMA não vai votar a favor do ambiente é uma coisa, é uma viagem mental que de
1636 alguma forma foi insuflada por alguém que, na realidade, foi fruto também. Essa mesma
1637 inferência foi feita também através da Internet, então, acho que a demonstração da plenária
1638 é cabal, seja com relação à questão dos pneus, seja para correlação a inferência da ONG em
1639 Curitiba, seja para responder cabalmente ao Juiz Federal que nos notificou para que
1640 cumpríssemos o nosso dever.

1641

1642 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1643

1644 Bom, eu vou conceder a palavra ao Conselheiro Francisco Soares concluindo com a
1645 Conselheira Maria Dalce, mas antes eu queria fazer uma manifestação pública na qualidade
1646 de Presidente do CONAMA de total respeito às decisão do poder judiciário. Esse Conselho
1647 acabou de exercitar a sua competência, nós jamais deixaremos de exercitar as competências
1648 que a lei atribuiu a esse Conselho, da mesma maneira que é a nossa obrigação, sobretudo,
1649 do meu caso como Ministro de Estado, zelar para que as decisões do Poder Judiciário sejam
1650 pronta e cabalmente cumpridas, de tal maneira que aquilo que foi decidido aqui, se vier a
1651 ser modificado por uma decisão do Poder Judiciário, essa decisão será rigorosamente
1652 acatada. Eu quero fazer essa declaração publicamente para não deixar nenhuma dúvida do
1653 total respeito e acatamento que o CONAMA manifesta ao poder judiciário e sobretudo do
1654 total respeito desse Conselho à independência e autonomia dos Poderes da República.
1655 Muito obrigado. Conselheiro Francisco.

1656

1657 **Francisco Rodrigues Soares – Representante da ONGs da Região Nordeste**

1658

1659 Francisco Rodrigues Soares, representando as ONGs do Nordeste no CONAMA. Antes de
1660 tudo, eu gostaria de externar a nossa revolta, até porque uma Entidade Ambientalista de
1661 fato jamais se colocaria contra o Meio ambiente e principalmente uma Entidade que
1662 desconhecemos, até porque não passou pelo cadastro do CONAMA. É possível que uma
1663 Entidade dessa no seu Estatuto nada tenha em defesa do Meio ambiente, mas interesse,
1664 defesas de interesses particulares. Ao mesmo tempo, reiterar ao Ministro do Meio
1665 Ambiente aqui presente, Dr. José Carlos Carvalho que exaustivamente esteve no dia de
1666 ontem lutando, batalhando como técnico do conhecimento de todos os ambientalistas desse
1667 país que de já ratificamos o nosso apoio à solidariedade dos ambientalistas do país, pois
1668 este Ministério tem um técnico que está discutindo as coisas com muita responsabilidade.
1669 É tanto que deixou o seu expediente normal do Ministério para acompanhar todas as
1670 resoluções do CONAMA até as 19:00 hs de ontem, mostrando que esse Ministério tem um
1671 Ministro que defende o Meio ambiente deste país.

1672

1673 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1674

1675 Muito obrigado.

1676 *(Palmas)*

1677

1678 **Francisco Rodrigues Soares – Representante da ONGs da Região Nordeste**

1679

1680 Sr. Ministro, o Sr. recebe de já a solidariedade dos ambientalistas deste país.

1681

1682 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1683

1684 Francisco, os aplausos não foram para o Ministro não, foram para você encerrar.

1685 *(Risos)*

1686

1687 **Francisco Rodrigues Soares – Representante da ONGs da Região Nordeste**

1688

1689 E dizer que, de fato, eu cobrava a presença do Ministro, exatamente por isso, Sr. Ministro, e
1690 ratificando que quantas vezes cobrava a presença do Ministro, porque num momento desse

1691 a gente sente o valor de um Ministro de Meio Ambiente defendendo a política e a
1692 resolução deste país. Pois bem, quero falar também para encerrar as minhas palavras e dizer
1693 que eu acredito que o Poder Judiciário, pelo poder que ele tem, não vai jamais fazer uma
1694 intervenção na consciência democrática e soberana dos ambientalistas dos Estados e das
1695 empresas e responsabilmente votaram essa resolução.

1696

1697 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1698

1699 Conselheira Maria Dalce. Sucintamente.

1700

1701 **Maria Dalce Ricas – Representante das ONGs da Região Sudeste**

1702

1703 Conselheiros e Sr. Ministro, está acontecendo o seguinte. Com o terror da dengue está
1704 havendo uma queima enorme de pneus, aumentou violentamente a queima dos pneus,
1705 principalmente nas periferias urbanas. Seria possível que o Ministério do Meio Ambiente,
1706 em conjunto com o Ministério da Saúde, fizesse uma campanha pública de divulgação
1707 quanto aos males da queima de pneus?

1708

1709 **Ministro José Carlos Carvalho – Presidente do CONAMA**

1710

1711 Eu acho uma questão pertinente que nós vamos trabalhar no âmbito do Governo com o
1712 Ministério da Saúde, com o Ministério da Indústria e Comércio e outras esferas do governo.
1713 Eu quero agradecer nesse primeiro momento. Estão vencidas as matérias 7.2, vamos para
1714 uma hora de almoço, retornemos às 02:00 h, sob coordenação do Secretário Zé Pedro em
1715 razão do outro compromisso meu no Congresso Nacional e seguindo a pauta como está
1716 sendo discutida aqui. Muito obrigado. Bom almoço para nós.

1717

1718 **José Pedro de Oliveira Costa – Representante do MMA**

1719

1720 Eu agradeceria que cada um tomasse o seu lugar, nós vamos retomar já com 5 minutos de
1721 atraso. Dr. Rasera pediu uma questão de ordem, questão relacionada ao assunto ainda da
1722 parte da manhã, então, eu vou dar a palavra a ele, para que ele possa nos esclarecer o
1723 assunto que parece de grave importância. Dr. Rasera, representante o Governo do Estado
1724 do Paraná, por gentileza.

1725

1726 **Mário Sérgio Rasera – Representante do Estado do Paraná**

1727

1728 Sr. Presidente da mesa, muito obrigado. Em relação à questão polêmica de hoje pela manhã
1729 e ao bom resultado da resolução, eu acho que até a boa consciência do empreendedor de ver
1730 toda essa polêmica e entender que é aqui que temos que resolver a questão dos pneus. Eu
1731 gostaria só de dar a palavra para ele, que ele tem uma notícia para dar para a direção do
1732 IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente.

1733

1734 **Representante da Associação Brasileira Improtadores de Pneus**

1735

1736 Senhores Conselheiros do CONAMA, quando nós chegamos aqui de manhã e colocamos
1737 em cada uma das cadeiras as nossas considerações finais sobre essa luta em relação à

1738 Resolução CONAMA 258, nos dizíamos ali que a única preocupação nossa era ver o
1739 retrocesso em relação ao artigo 6º em que pesem os nossos interesses, na nossa atividade
1740 econômica lícita e da qual nós nos orgulhamos, nós não pedíamos nada aos Conselheiros,
1741 sendo que o nosso pedido muito insistente é que se preservasse a íntegra do artigo 6º,
1742 porque do contrário nós não veríamos o lado dos importadores e as maiores fabricantes
1743 também são as maiores importadoras, também a segurança do cumprimento do artigo 6º.
1744 Essa luta nossa começou lá em 12 de dezembro, quando a proposição do IBAMA era
1745 exatamente no sentido de modificar o artigo 6º descaracterizando a Resolução CONAMA
1746 nesse aspecto dos importadores. Essa foi a nossa luta, não conseguimos ter voz, lutamos,
1747 valeu a pena! Não nos arrependemos, podemos ser mal julgados ou bem julgados no
1748 sentido de que não agimos da melhor forma em termos de habilidade, mas acho que
1749 conseguimos o nosso intento, porque até o próprio Ministério de Meio Ambiente e o
1750 IBAMA acabaram considerando exatamente os nossos argumentos e a resolução foi votada
1751 em que pesa o termo litígio. De última hora ela foi votada, mas foi preservada a Resolução
1752 CONAMA. Para nós, particularmente na nossa empresa, esse texto aprovado hoje é melhor
1753 do que o anterior, sem dúvida nenhuma, portanto, eu quero parabenizar os senhores
1754 Conselheiros, pela sensibilidade que tiveram, por terem estudado a fundo o assunto, ter
1755 preservado o instrumento legal que fará do Brasil um exemplo do mundo, sem dúvida
1756 nenhuma e que nos encanta essa decisão do CONAMA e em função disso já agradeço ao
1757 senhor Ministro por, mesmo magoado comigo pela forma rude como nos colocamos, na
1758 forma até intransigente, na luta daquilo que era o nosso entendimento de foro íntimo, mas
1759 democraticamente me deu a palavra e permitiu até um desabafo meu; então, estou muito
1760 gratificado pelo senhor Ministro pela atitude dele, estou muito gratificado pela excelência
1761 do trabalho de todos os Conselheiros e a sensibilidade em relação ao Meio ambiente. Estou
1762 tão feliz com isso que quero anunciar aqui para dividir com os senhores que eu vou retirar a
1763 ação cível pública imediatamente na minha volta para acabar com o litígio. Conversava
1764 com o pessoal ali, com o Presidente do **INGAPA** argumentando que ele também deveria
1765 retirar, até para que não pudesse botar essa decisão de hoje em risco em função da
1766 notificação judicial, mas ele manifestou apenas uma preocupação que ele tem, na ação que
1767 ele move, coloca duas coisas. Uma é que não se modifique o artigo 6º e não se tenha o
1768 retrocesso e a outra é que efetivamente o IBAMA passe a cumprir a resolução
1769 imediatamente, já nos pódios amanhã ou depois, então, essa é a segunda preocupação dele.
1770 Eu tenho absoluta certeza de que, a partir de amanhã, diante desse quadro, dessa luta e
1771 dessa decisão, o IBAMA já irá nos portos exigir o cumprimento da Resolução CONAMA
1772 anterior à 258/99 que nada foi modificado em relação à que foi aprovada hoje neste por
1773 menor; portanto, a exigência pode ser cumprida a partir da amanhã. Isso feito, me dizia o
1774 Presidente do **INGAPA** que também retira a ação dele, a ação cível pública. E nós
1775 podemos inaugurar uma fase nova de tentar recuperar o nosso bom relacionamento de
1776 outrora. É isso que nós vamos tentar fazer daqui para frente, e é isso que esperamos de
1777 todos os senhores, que nos entendam, analisem quais foram os nossos propósitos em
1778 primeiro lugar, para depois analisar se a nossa forma foi a mais conveniente ou não. O
1779 importante é a verdade, é o foco da questão, analisem isso e fica aqui novamente o convite
1780 a todos os senhores para irem a Curitiba ver o que estamos fazendo, queremos estar na
1781 trincheira do CONAMA, queremos nos posicionar na trincheira do Ministério do Meio
1782 Ambiente, queremos nos posicionar fazendo o sacrifício que nos foi solicitado e que tiver
1783 ao nosso alcance fazer na trincheira do IBAMA para seguir com disciplina e rigor a
1784 orientação que é mister nesta casa do CONAMA. É isso que eu tenho a satisfação de dizer.

1785 Vou comemorar hoje com a minha família, com os meus amigos, como uma vitória
1786 conquistada aqui. Eu acho que esse texto está perfeito e terá de nós não só o cumprimento
1787 integral, como toda colaboração que possível for da nossa parte. Muito obrigado pela
1788 oportunidade.

1789

1790 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

1791

1792 Nós agradecemos ao senhor, inclusive, agradecemos a notícia sempre conciliadora de
1793 retirada de uma ação judicial. É extremamente gratificante para nós recebermos essa
1794 informação de viva voz do senhor aqui neste plenário. Então, retomando a ordem do dia,
1795 nós passamos de imediato à discussão do item 5.1 conforme distribuído aos senhores que
1796 dispõe sobre licenciamento ambiental de sistemas de disposição final, dos resíduos sólidos
1797 urbanos gerados em municípios de pequeno porte. Pela ordem, nós temos a relatoria do
1798 representante da ABES. Aqui o Dr. Bertoldo vai nos fazer a apresentação do tema que está,
1799 inclusive, exposto na tela e está distribuído no documento que os senhores já receberam.

1800

1801 **Bertoldo da Silva Costa – Representante da ABES**

1802

1803 Boa tarde, Conselheiros. Meu nome é Bertoldo, eu sou Conselheiro representante da ABES
1804 e também sou Presidente da Câmara Técnica de Saneamento e Recursos Hídricos desta
1805 casa. E coube a essa Câmara Técnica discutir, a pedido desse Conselho, montar uma
1806 resolução desse punho. Essa resolução até com espírito básico buscar uma solução com
1807 maior agilidade dentro da legalidade para os pequenos municípios e foi uma resolução onde
1808 tivemos mais de cinco reuniões técnicas, houve seminários, inclusive, concluído com o
1809 seminário de João Pessoa, o seminário do Congresso Nacional da ABES, onde mais de 200
1810 técnicos especializados discutiram esse assunto e pela importância desse contexto, eu faço
1811 um apelo a essa casa, a esse Conselho, para que nós aproveemos. Ele é composto de um
1812 anexo técnico construído, bem amarrado para buscar não haver falha nenhuma no
1813 processamento ambiental. Eu só gostaria de falar os números, hoje nosso país, só no
1814 nordeste, mais de 90% dos municípios dispõem os seus resíduos de forma inadequada. No
1815 norte, mais de 95% dos municípios dispõem os seus resíduos de forma inadequada. No
1816 centro-oeste mais de 60% dos municípios dispõem os seus resíduos de forma inadequada,
1817 lixões (...) e outros no sudeste 54%. No sul, 70%, isso dá uma média nacional acima de
1818 71% dessa situação irregular para a qual nós buscamos a solução. O Fundo Nacional do
1819 Meio Ambiente lançou uma série de projetos espontâneos para incentivar e fornecer
1820 recursos para buscar soluções e tiveram, estão tendo dificuldade, inclusive, onze municípios
1821 que foram contemplados com esses recursos, mas devido à obrigatoriedade de municípios
1822 de menos de dez mil habitantes elaborar estudos de impacto ambiental, mesmo aprovado,
1823 esse dinheiro foi e voltou e não pôde ser aplicado. Então, nós fizemos um apelo, essa
1824 resolução busca uma solução nacional, busca resolver também o grande problema de saúde
1825 pública nesse país. Hoje da manhã foi falado muito na questão da dengue e os lixões, os
1826 depósitos a céu aberto são focos, um dos focos mais importantes na criação desses vetores
1827 muito mais sérios do que nós resolvermos essa questão do lixão, do que botarmos areia nos
1828 vasinhos, o foco é muito menor do que a exposição inadequada desses resíduos. Então, eu
1829 faço um apelo e estou aqui à disposição para qualquer esclarecimento posterior.

1830

1831 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

1832

1833 Muito obrigado. Eu queria que o Dr. Rasera, que foi quem pediu vistas a esse processo
1834 representando o Governo do Estado do Paraná, pudesse usar a palavra também.

1835

1836 **Mário Sérgio Rasera – Representante do Estado do Paraná**

1837

1838 Primeiro, queria destacar o bom trabalho do grupo que trabalhou nessa resolução. E
1839 também justificar mais uma vez o pedido de vistas do Governo do Estado do Paraná para
1840 que pudesse propor uma alteração, que eu preciso até confessar também em causa própria,
1841 no sentido de que nós temos um programa no Paraná de auxílio aos municípios para
1842 instalação de aterros sanitários e até o final do ano teremos 151 municípios com aterros
1843 sanitários. Isso, para nós, é significativo, é um número histórico, porque nunca
1844 conseguimos a sensibilização dos municípios para a questão de aterro e o lixo hoje é um
1845 problema que nós temos no Brasil, muito grande na totalidade dos estados. A nossa
1846 proposta foi no sentido de flexibilizar a questão, principalmente, do estudo de impacto
1847 ambiental, mas tentando respeitar todas as questões ambientais com os argumentos que
1848 vamos apresentar. A resolução inicialmente proposta trabalhava com a totalidade de
1849 habitantes do município e nós temos, todos os estados têm uma grande maioria de
1850 municípios que no perímetro urbano têm 1/3 , ¼ de toda a população do seu território e não
1851 há coleta e tratamento de resíduos na área urbana, então estava sendo tratada como um
1852 todo, como o número de habitantes do município e o nosso problema está nos grandes
1853 centros, ou até nos pequenos centros urbanos de todas as cidades do Brasil, a nossa
1854 proposta foi no sentido de que a gente alterasse, em vez de população até 20 mil habitantes,
1855 conforme dados do último censo do IBGE, para população urbana de até 30 mil habitantes,
1856 conforme dados do último censo do IBGE. E, da mesma forma, alterar no inciso segundo
1857 geração de área de resíduos sólidos urbanos pela população urbana de até 30 toneladas.
1858 Esses indicadores foram obtidos através de levantamentos que fizemos no Estado do
1859 Paraná, e principalmente, hoje naqueles que estão beneficiados por um programa, não só da
1860 Caixa Econômica, que é financiado pelo Governo do Estado do Paraná, onde 75% dos
1861 recursos o Estado banca e 25% o município banca e também do Fundo Nacional do Meio
1862 Ambiente que nós tivemos já informações que em virtude desse encaminhamento muitos
1863 municípios estariam até sem condições; pelo prazo que o Fundo Nacional do Meio
1864 Ambiente deu para deliberação do início das obras, não teriam condições de obter esses
1865 recursos e, conseqüentemente, perderiam essa oportunidade de resolver um grande
1866 problema ambiental que tivesse nos municípios. Nós entendemos que essa proposta que
1867 poderia atender a esses pequenos municípios, como foi objetivo da resolução, e também
1868 pedir a todos os senhores que entendam essa situação, que é a situação dos municípios e
1869 nós sabemos muito bem que por si só eles não têm tido muita vontade. Eu digo pelo Paraná
1870 e tenho certeza que pelo Brasil, graças a uma ação dos órgãos ambientais mas,
1871 principalmente, com a ajuda do Ministério Público é que têm acontecido alguns casos aí de
1872 solução e de posição política do Prefeito em aplicar recurso de aterros sanitários. A gente
1873 tem muita dificuldade e isso vindo do Brasil, pelo menos, as informações que nós temos
1874 pelos Órgãos Ambientais do Meio Ambiente e ABEMA que nós temos conversado e
1875 representado. Então, essa seria a nossa proposta no sentido de poder viabilizar cada vez
1876 mais e até poder dizer que não tem mais argumento para vocês, pequenos municípios, não
1877 viabilizarem recurso, porque os recursos estão sendo viabilizados a nível do Governo
1878 Federal, a nível do Governo Estadual e eu diria que com uma resolução dessa não teriam

1879 mais desculpa de dizer, assim nós estamos gastando 150 mil no EIA/RIMA e estamos
1880 gastando 80 mil num investimento de um aterro controlado. Eu acho que essa sensibilidade
1881 nossa vai fazer com que a gente tenha um bom discurso para exigir cada vez mais que os
1882 municípios tenham aterros sanitários e não mais lixões da forma que estão dispendo hoje.

1883

1884 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

1885

1886 Muito obrigado, Dr. Raser. Eu tenho inscrita a Dr.^a Silvia.

1887

1888 **Sílvia Capelli – Representante dos Ministérios Públicos Estaduais**

1889

1890 Boa tarde a todos. O Ministério Público tem uma preocupação pontual com esta resolução,
1891 que é exatamente o ponto central dela que é a flexibilização do uso do estudo de impacto
1892 ambiental. Para nós, que somos operadores do direito, este é um dos instrumentos de
1893 política nacional do ambiente de mais alta repercussão jurídica e também social, portanto,
1894 nós, sem deixarmos de ser sensíveis às preocupações dos pequenos municípios e com a
1895 necessidade urgente de transformarmos os lixões em aterros sanitários, temos algumas
1896 propostas de destaque a esta resolução que consistem em algumas correções
1897 terminológicas, e especialmente, uma de mérito central que diz respeito ao estudo de
1898 impacto ambiental, então, se a presidência me permitir, eu gostaria de esclarecer os nossos
1899 destaques. O primeiro destaque seria com relação ao terceiro, considerando quando a
1900 proposta de resolução utiliza o termo licença ambiental, nós estamos propondo a alteração
1901 para licenciamento ambiental. Na verdade, todo licenciamento de um aterro sanitário é
1902 composto de três licenças, então é uma adaptação para adequar o termo ao licenciamento
1903 ambiental e suas três fases. O próximo destaque seria ao artigo terceiro caput. O artigo
1904 terceiro diz que aplica-se o disposto no artigo primeiro dessa resolução a municípios ou
1905 conjunto de municípios. Nós entendemos que o termo mais adequado seria consórcio de
1906 municípios em vez de conjunto de municípios. Por quê? Porque o único local na
1907 legislação onde se utiliza a palavra conjunto é no parágrafo segundo do artigo 12 da
1908 resolução 237/97 do CONAMA, que excepciona o licenciamento ambiental singular,
1909 individual, possibilitando o licenciamento ambiental conjunto para pequenos
1910 empreendimentos e atividades similares e vizinhos, ou para aqueles integrantes de planos
1911 de desenvolvimento aprovados previamente pelo órgão governamental competente e aí a
1912 questão é importante, desde que definida a responsabilidade legal pelo conjunto de
1913 empreendimentos ou atividades, então nos parece que a hipótese aqui de aterros sanitários,
1914 nós não estaríamos licenciando, o poder publico não estará licenciando um conjunto de
1915 municípios, um conjunto de empreendimentos e sim um consórcio de municípios, então a
1916 proposta é de alteração de conjunto para consórcio. A próxima alteração pretendida por
1917 nós, sugerida por nós, é a que diz respeito à palavra deverá constante do parágrafo primeiro
1918 do artigo 4. O parágrafo primeiro do artigo 4 diz o seguinte: “caso o sistema de disposição
1919 final seja implantado na mesma área onde se encontra operando o atual lixão, o projeto
1920 deverá ser compatibilizado com essa condição”. Nós entendemos que poderá haver casos
1921 em que essa condição de utilização da mesma área não seja a ambientalmente mais
1922 adequada e a expressão deverá dar a idéia de obrigação por parte do órgão licenciador de
1923 fazer a recuperação naquele local, no próprio local já degradado, então nos estamos
1924 sugerindo a alteração de deverá por poderá. E ainda, e agora sim eu chamo a atenção à
1925 questão de fundos que é a proposta do Ministério Publico e nós estamos, então,

1926 pretendendo a supressão do parágrafo primeiro e do parágrafo segundo do artigo quinto,
1927 transformando em um parágrafo único com o seguinte teor: “o órgão ambiental competente
1928 poderá dispensar o estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental
1929 na hipótese de ficar constatado por estudos técnicos que o empreendimento não causará
1930 significativa degradação ao meio ambiente”. Nós entendemos que, com a nossa proposta,
1931 nos aliamos à intenção dos municípios de poder flexibilizar por parte dos órgãos ambientais
1932 licenciadores de flexibilizarem e, portanto, dispensar a exigência do estudo de impacto
1933 ambiental e ao mesmo tempo nos preservarmos à ordem constitucional a cerca desta
1934 matéria porque, inclusive, nós temos jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que nega
1935 constitucionalidade a qualquer norma jurídica que dispense o estudo de impacto ambiental
1936 frente à potencialidade de significativa degradação e ambientação; portanto, para nós não
1937 importa se o município tem 20 mil, se tem 30 mil, 50 mil ou 100 mil habitantes, o que
1938 importa é a potencialidade de determinada degradação ambiental ao meio ambiente. Então,
1939 com isso, nós acreditamos que estamos compatibilizando a flexibilização e a possibilidade
1940 de dispensa com aquilo que a lei define. E por último, duas pequenas considerações, nós
1941 queríamos acrescentar uma palavra no segundo item do anexo, quando fala quanto aos
1942 aspectos técnicos. Segundo o item, a coleta e a destinação final e tratamento adequado dos
1943 percolados incluir a palavra tratamento. E por último, ainda no anexo, excluir o último
1944 item. Por que excluir o último item desse anexo? Porque esse último item está assim
1945 redigido: “o sistema de disposição final deverá dispor de área adequada e sinalizada caso
1946 deseje contemplar a disposição de resíduos sólidos de serviços de saúde”. Ocorre que parte
1947 dos resíduos sólidos de serviço de saúde podem conter patogenicidade e a própria
1948 resolução excepciona essa possibilidade não considerando como resíduo domiciliar, que é o
1949 fucllo da resolução e ela proíbe a destinação conjunta no parágrafo único do artigo segundo
1950 ao dizer que ficam excluídos desta resolução os resíduos perigosos etc e lá no final
1951 patogenicidade e apresentem riscos à saúde e ao Meio ambiente. Então, nós entendemos
1952 que a expressão genericamente utilizada, resíduos de serviços de saúde, está em contradição
1953 com o parágrafo único do artigo segundo. Seriam essas as nossas considerações. Obrigada.

1954

1955 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

1956

1957 Muito obrigado, Dr^a Silvia. Eu só pediria duas gentilezas. Se a senhora pudesse reler aquele
1958 parágrafo que substitui o parágrafo primeiro e o segundo do artigo quinto por sua proposta
1959 e depois passá-lo à redação para que ele pudesse ser registrado, eu agradeceria. Para melhor
1960 entendimento, a senhora faria uma releitura pausada agora e depois conferiria com o nosso
1961 grande escriba, o Mário aqui é o salvador do CONAMA, vai poder tomar de fato todos os
1962 detalhes da proposta que a senhora fez, por favor.

1963

1964 **Sílvia Capelli – Representante dos Ministérios Públicos Estaduais**

1965

1966 O órgão ambiental competente poderá dispensar o estudo de impacto ambiental e respectivo
1967 relatório de impacto ambiental na hipótese de ficar constatado por estudos técnicos que o
1968 empreendimento não causará significativa degradação ao Meio ambiente.

1969

1970 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

1971

1972 Muito obrigado, Dr.^a Silvia. Por ordem de inscrição, eu tenho a Dr.^a Maria Dalce.

1973

1974 **Maria Dalce Ricas – Representante das ONGs da Região Sudeste**

1975

1976 Bom, já que estamos discutindo uma resolução que deve contemplar o país como um todo,
1977 eu queria inicialmente discordar da proposta (...) de ampliar o número de população, o
1978 número de habitantes da proposta. No caso de Minas Gerais, por exemplo, nós temos 853
1979 municípios, dos quais 70% têm menos de 20 mil habitantes, 30 mil pessoas aglomeradas
1980 numa única área; é muita gente, é muito resíduo para que realmente a gente pense em
1981 flexibilizar dessa forma o licenciamento ambiental, portanto, eu proponho que se mantenha
1982 o texto original, contemplando a população do município e no máximo até 20 mil
1983 habitantes. No que se refere ao parágrafo segundo do artigo 4º, eu tenho uma proposta de
1984 correção de texto, porque o parágrafo segundo tem três vezes a palavra área. Eu sugeriria
1985 uma correção apenas estilística do texto. No que se refere aos anexos, eu gostaria até que as
1986 pessoas que fizessem a redação se pronunciassem, porque às vezes elas entendem que o que
1987 eu vou falar já está contemplado, mas de qualquer forma, eu achei importante lembrar.
1988 Quanto à seleção da área, o item 2 diz o seguinte: adoção de área sem restrições ambientais.
1989 Eu achei extremamente vago esse restrições ambientais, eu particularmente, entendo que
1990 devam ser áreas preferencialmente já desflorestadas, longe de nascentes, longe de cursos
1991 d'água e etc e tal, mas está muito vago. No que se refere ao item 3, inexistentes
1992 aglomerados populacionais, Sede Municipal, Distrito de povoado observando a direção
1993 predominante dos ventos também na fala que distância mínima. Então eu acho que isso é
1994 fundamental se colocar. Eu proporia e aí se houver algum técnico que discorde e possa
1995 objetar, mas eu proporia a distância mínima de 5 quilômetros de qualquer aglomerado
1996 urbano. Estou tomando, inclusive, como base à resolução que foi recentemente aprovada
1997 em Minas Gerais sobre esse assunto, que tem termos bastante parecidos com diferença, no
1998 entanto, que estabelecessem obrigatoriedade dos municípios e estabelecessem prazo para
1999 que todos os municípios tomem essas providências previstas. E eu acrescentaria, inclusive,
2000 tentando diminuir a pouca definição do item 2 da adoção de área sem restrições ambientais,
2001 eu colocaria mais um item quanto à seleção da área que é o seguinte: distância mínima de 2
2002 Km de curso D'água, nascentes, brejos ou lagos. E nos aspectos técnicos, o primeiro item
2003 diz: o sistema de drenagem de águas pluviais. Eu proponho que coloquemos extensivo às
2004 vias de acesso, principalmente, nas regiões mais íngremes do país a malha viária das
2005 Prefeituras. Elas equivalem quase aos estragos que a Vale do Rio Doce já causou com a
2006 mineração no país, cada estrada da Prefeitura é uma mineração tal a má conservação e a
2007 quantidade de resíduos sólidos que são drenados para os córregos. Todo ano a Prefeitura
2008 vai lá, passam o que eles chamam de patrolar, patrolam a estrada, jogam a terra para
2009 margem e vem a chuva e lava novamente; é a mesma história duas ou três vezes por ano.
2010 Então, eu proponho que seja obrigação da Prefeitura instalar também um sistema de
2011 drenagem pluvial nas vias de acesso. Agora, no último item, enquanto licenciamento
2012 ambiental, eu gostaria de propor no quinto item métodos propostos para prevenção e
2013 minimização da poluição ambiental. Eu gostaria que acrescentasse o seguinte: com técnica
2014 do responsável. Idem para o próximo item, todos os itens seguintes, todos com anotação
2015 técnica ambiental, de responsabilidade técnica, aliás, desculpe e no que se refere ao último
2016 item do licenciamento ambiental, aqui diz: apresentação do projeto executivo do sistema
2017 proposto incluindo o sistema de drenagem das águas pluviais extensivas às vias de acesso,
2018 ou seja, repetir no projeto executivo a necessidade prevista nos aspectos técnicos de que o
2019 projeto executivo contemple a drenagem das vias de acesso e acrescentaria o seguinte item

2020 no licenciamento ambiental: ausência de restrições ambientais relativas à presença de fauna
2021 e flora confirmada por documentos pedidos pelo órgão estadual competente com anotação
2022 técnica do responsável e ainda acrescentaria um item, projeto de educação ambiental e
2023 divulgação do empreendimento sobre princípio da redução de resíduos e se necessários de
2024 coleta seletiva, eu explico. Nós sabemos que na maioria dos municípios, essa questão do
2025 lixo, jogar lixo em qualquer lugar é considerado quase uma coisa normal para as pessoas,
2026 boa parte das pessoas, inclusive, trazem da roça o costume de que varrer o lixo para fora,
2027 então elas fazem isso com plástico com peste, peste são os pets, com as sacolas plásticas
2028 com tudo que acontece, elas jogam de qualquer forma. Então, existe uma cultura contrária à
2029 finalidade dessa resolução, que é justamente essa cultura da população de jogar lixo em
2030 qualquer lugar, então eu acho até que para garantir o êxodo de projetos como esse é preciso,
2031 no mínimo, se informar a população porque, como é a obrigação de cada cidadão no que se
2032 refere a isso.

2033

2034 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2035

2036 Muito obrigado Dr^a Maria Dalce, sem dúvida é fundamental que a senhora sente-se ao lado
2037 do Mário e o ajude a transcrever todas as suas sugestões para que possamos depois votá-las
2038 na forma de destaque. Pela ordem eu tenho inscrito a **Deputado Macanhan** Secretário
2039 representante do belo Estado de Santa Catarina.

2040

2041 **Deputado Macanhan**

2042

2043 Eu quero aqui, inicialmente, mais uma vez cumprimentar a todos no dia de hoje e dizer que
2044 no Estado de Santa Catarina nós temos uma boa parceria com o Ministério público estadual
2045 tanto que nos com correspondências encaminhadas a todos os Prefeitos Municipais, via
2046 Fátima, Secretaria e Ministério Público, foi estabelecido um prazo para que os municípios,
2047 eles resolvessem o problema dos seus lixões. Na verdade, o que nos víamos eram
2048 verdadeiros portais nas cidades com os lixos na frente dos acessos praticamente que davam
2049 as cidades e com essas medidas tomadas com o Ministério Público, Fundação do Meio
2050 Ambiente, Polícia Ambiental, IBAMA e outros órgãos envolvidos nessa questão ambiental,
2051 em grande parte foi solucionado o problema dos lixões com os aterros sanitários.

2052 E contrariar aqui a...

2053

2054 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

2055

2056 ...Essa resolução é importante porque ela dar uma referência mínima nacional e nós
2057 estamos tratando, sobretudo, de um porte de empreendimento licenciado pelos Estados e
2058 vários Estados, inclusive, têm normas técnicas específicas sobre isso. O caso do Rio Grande
2059 do Sul, por exemplo, onde nos estabelecemos que abaixo de 25 mil habitantes está
2060 dispensado EIA/RIMA. Entre 25 e 100 mil, avaliamos caso a caso e acima de 100 mil é
2061 obrigatório. A única novidade que estabelecemos no Rio Grande do Sul foi à
2062 obrigatoriedade de audiência pública porque mesmo quando a comunidade não pede
2063 sempre dá confusão, então fizemos uma portaria dizendo que a audiência pública é
2064 obrigatória independente da solicitação externa que é um bom procedimento. Ocorre o
2065 seguinte, que nós discutimos na ABEMA sobre isso intensamente e a partir da discussão da
2066 ABEMA, fizemos um diálogo com o Ministério Público e estamos de acordo com todas as

2067 emendas aqui apresentadas pela Dr^a Sílvia ; não dá para entrarmos numa situação; que bom
2068 se a gente propõe 30 mil, alguém propõe 20 mil, se os governos propõem 20 mil alguém
2069 propõe 10 mil, se o Governo propõe 5 mil alguém propõe 2500. Tem uma lógica técnica
2070 mínima e tem um problema de responsabilidade com a resolução do passivo, que não é
2071 pequeno, embora não tenhamos um volume significativo de recursos para resolver
2072 problemas de disposição de lixo em pequenos municípios, nós precisamos aproveitar bem
2073 os recursos que têm e precisamos, inclusive, trabalhar no incentivo à articulação dos
2074 municípios, sobretudo, em consórcios e essa é uma das modificações trazidas pela Dr^a
2075 Sílvia. Então, nós queríamos referendar as proporções de alteração aqui, dizer que nós
2076 vemos com absoluta tranquilidade e segurança a FEPAM, que é conhecida como um órgão,
2077 talvez o mais, pelos empreendedores, o mais chato, o mais cri, cri no Brasil. Tem esse
2078 critério técnico de 25 mil, portanto, nós achamos que está muito razoável estabelecer esse
2079 de 30 mil, inclusive, porque na faixa entre 25 e 100 nós podemos dispensar de acordo com
2080 a avaliação técnica objetiva e embora nós não tenhamos tido a felicidade do Paraná de obter
2081 esse conjunto de recurso da Caixa Econômica Federal, que talvez seja em termos de escala
2082 um dos programas mais importantes, mais vultuosos do país em termos de investimento,
2083 nós fizemos um esforço grande no Rio Grande do Sul para capacitar os municípios a
2084 buscarem recursos. Então, eu só concluo e nós teremos agora daqui a duas semanas um
2085 curso de capacitação pago pelo Estado, um curso de capacitação dos municípios com
2086 preferência para os consórcios para elaboração de projetos. Isso já acabou resultando no
2087 seguinte : metade dos recursos do FNMA para resíduos sólidos no ano passado foram para
2088 o Rio Grande do Sul e nós achamos que esse tipo de relação em que o Governo Federal
2089 disponibiliza recurso e o FNMA ainda não tem o volume que nós gostaríamos, mas tem
2090 aumentado isso e o Estado entra num esquema de capacitação técnica para que os
2091 municípios busquem o recurso no fundo e em outros fundos nacionais e internacionais; é
2092 um mecanismo extremamente interessante para avançarmos no sentido da diminuição do
2093 passivo. E, de fato, na proporção, nesses pequenos municípios, muitas vezes o custo do
2094 EIA/RIMA acaba sendo um elemento inviabilizador da implementação do projeto.

2095

2096 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2097

2098 Muito obrigado Dr. Langone. Pela ordem, Dr. Gerson Almeida Presidente Nacional da
2099 ANAMMA, depois Dr. Miguel das ONGs da região norte.

2100

2101 **Gerson Almeida – Representante da ANAMMA**

2102

2103 Bem, com essa resolução acrescida, somada a resolução que discutimos na parte da manhã
2104 nós talvez estejamos enfrentando um dos mais sérios problemas ambientais no âmbito
2105 municipal. Uma é uma política ousada e rápida na questão dos pneus que foi amplamente
2106 discutida já e para o qual os Municípios vão ter junto com todos os demais órgãos de
2107 controle de estabelecer políticas rápidas, para que eles se tornem efetivas e com essa
2108 resolução facilitando, vamos dizer assim, não tornando mais fácil o processo de
2109 licenciamento de aterros sanitários em Municípios com o porte referido, nós estamos
2110 também atacando, talvez, os maiores parceiros ambientais que há nessa área, e portanto, as
2111 eventuais possibilidades de prejuízos que possam haver com a ausência de um relatório, de
2112 um estudo de impacto ambiental que podem em alguns casos serem verdadeiros e por isso
2113 os órgão estaduais que basicamente serão os órgão licenciadores e os municipais podem

2114 enfocar da resolução geral à questão particular e aí agir sobre ela a resolução não nos
2115 impede, sobre nenhuma maneira, de fazer isso. Acho que com as sugestões apresentadas
2116 pela Dr^a Sílvia (...) ela fica melhor amarrada, mais clara e não obriga a ausência pura e
2117 simplesmente de estudo de impacto ambiental, ela torna possível não haver, e portanto, nos
2118 permite, dentro das autonomia dos órgão licenciadores, enfocar o caso em questão, o caso
2119 em tela na sua particularidade, mas com todas e eventuais dificuldades que possa haver.
2120 Isso quer dizer que eu estou plenamente convencido de que a acelerar, criar condições para
2121 acelerar o processo de enfrentamento desse passivo ambiental, sob qualquer hipótese,
2122 sempre é um ganho ambiental e o déficit que nós temos nessa áreas é conhecido de todos,
2123 portanto, não cabe aqui alongar tratando disso. Provavelmente, daqui a alguns anos nós
2124 possamos discutir que essa resolução talvez seja, talvez até a realidade a torne mais
2125 permissiva, então, nós vamos ter que tratá-la. Agora não é o caso nesse momento e eu diria,
2126 queria acrescentar apenas que não é objeto da discussão desse momento, mas uma
2127 consequência disso é que os recursos também que devem ser mobilizados para acelerar a
2128 boa destinação final dos resíduos devem ser ampliados, porque hoje os recursos que o
2129 Fundo Nacional possuiu são importantes recursos, sim, mas eles estão muito aquém da
2130 demanda e muito aquém da idéia que a resolução permite incorrer, ou seja, nós queremos
2131 com essa resolução acelerar esse processo e com os recursos que temos disponíveis hoje de
2132 financiamento de todos os órgãos passíveis de financiar isso, realmente há um, os próprios,
2133 o montante de recursos é um freio que acaba diminuindo a eventual eficácia ou rapidez da
2134 resolução; portanto, resolva-se um problema de cada vez, mas lembremos-nos de que agora
2135 é preciso viabilizar recursos no montante adequado para que efetivamente essa resolução
2136 seja plenamente (...) de soluções eficazes, por isso a ANAMMA também quer apoiar com
2137 as alterações apresentadas pela Dr.^a Sílvia (...) quer apoiar que ela fique tal como as
2138 alterações sem maiores, sem uma (...) maior de cuidados que são importantes em muitos
2139 casos, mas que nesse caso podem eventualmente nos impedir de acelerar esse processo de
2140 tratamento do passivo e quem sabe tratar depois, quando essa questão não estiver tão forte
2141 sobre os nossos ombros tratar de torná-la, quem sabe menos permissiva ou mais restritiva,
2142 porque não me parece muito permissiva, de qualquer maneira, porque com essas alterações
2143 nós vamos ter um foco local ou estadual. Quando eventualmente o município quiser colocar
2144 o seu aterro sanitário num lugar que ambientalmente não seja adequado, porque me parece
2145 que menos importante do que o número de população é o local para onde o quer destinar
2146 para o seu aterro sanitário e nós sabemos que hoje os lixões têm um critério bem rigoroso,
2147 eles sempre são colocados em lugares ambientalmente inadequados, então esse é um
2148 problema que nós precisamos, talvez, com essa resolução, com certeza vamos permitir
2149 mudar e alterar profundamente.

2150

2151 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2152

2153 Obrigado, Dr. Gerson. Pela ordem, o Conselheiro Miguel Scarcelo representante aqui das
2154 ONGs da região norte.

2155

2156 **Miguel Scarcelo – Representante das ONGs da Região Norte**

2157

2158 Boa tarde. Eu trago algumas poucas questões à proposta. Quanto à sugestão feita pela Dr.^a
2159 Sílvia, eu queria perguntar a ela se a retirada, se não seria adequado manter, deverá no
2160 parágrafo primeiro do artigo quarto, porque como aqui coloca, diz assim: caso o sistema de

2161 disposição final seja implantado na mesma área onde se encontra operando o atual lixão, o
2162 projeto eu creio que ela deverá ser compatibilizada, quer dizer, porque já está colocando a
2163 situação, caso ele venha trabalhar, venha ser instalado nessa área, então eu acho que ele
2164 deverá, eu creio, assim. E sugiro que nesse mesmo item a gente coloque também a
2165 recuperação da área, a recuperação ambiental desse lixão, dessa área onde está sendo
2166 instalado esse sistema de tratamento, porque está faltando colocar isso aqui, isso não está
2167 evidenciado, que nessa área onde tem o lixão também haja um processo de recuperação
2168 dessa área. E eu queria um esclarecimento, porque eu sou péssimo em português e em
2169 gramática e no parágrafo segundo coloca o seguinte caso: o sistema de exposição final
2170 venha a ser localizado em área diferente da atual do lixão esta área, esta área quer dizer a
2171 área do lixão, ou a área é onde vai ser ocupado o sistema? Esta área deverá ser objeto de
2172 recuperação ambiental incluindo a indicação do uso futuro da área recuperada, quer dizer, a
2173 área onde vai ser instalado o novo sistema de tratamento do lixão, né? São essas duas
2174 questões.

2175

2176 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2177

2178 Dr. Miguel, só para esclarecer, o senhor tem uma proposta específica de uma emenda. Se o
2179 senhor pudesse passar.

2180

2181 **Miguel Scarcelo – Representante das ONGs da Região Norte**

2182

2183 Não, eu trouxe para discussão, porque foi a Dr.^a Sílvia que colocou.

2184

2185 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2186

2187 Então, o senhor não tem nenhuma proposta específica?

2188

2189 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2190

2191 **Miguel Scarcelo – Representante das ONGs da Região Norte**

2192

2193 Isso no parágrafo segundo? Eu vou fazer a proposta ali junto ao Mário, depois a gente entra
2194 na votação, porque é uma emenda a esse parágrafo segundo em que o Dr. Saint Clair está
2195 sugerindo que a área anteriormente ocupada deva ser objeto de recuperação ambiental.

2196

2197 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2198

2199 Não, se é uma emenda, eu só queria que ela ficasse registrada, porque se não seguimos o
2200 regimento aqui é fundamental que ela esteja registrada como uma proposta do senhor e
2201 todas as emendas são bem-vindas. Dr. Saint Clair pediu a palavra também? Não. Então, eu
2202 tenho inscrito o Dr. Jarbas representante da ANAMMA Secretário de Meio Ambiente do
2203 Município de Vitória e depois Dr.^a Alexandrina está inscrita também na ordem.

2204

2205 **Jarbas Ribeiro de Assis Júnior – Representante da ANAMMA**

2206

2207 Olha, é mais uma observação e uma preocupação para hora da votação porque o objetivo
2208 essa resolução, já foi dito aqui, é flexibilizar o possível para que possamos ter uma solução
2209 de passivos ambientais importantes no país, talvez o maior, como já foi dito aqui e algumas
2210 mudanças feitas, como sempre de última hora aqui, mudam colocações ou debates técnicos
2211 feitos ao longo de meses e eu entendi perfeitamente a colocação aqui do Ministério Público,
2212 acho que foi perfeita a observação. Isso não altera, não é uma alteração importante de
2213 fundo, é uma alteração necessária dentro dos aspectos legais, mas me preocupa; de repente
2214 chegam aqui 30 mil habitantes, não sei por quê. Acho que tem que ser melhor explicado
2215 para podermos nos conscientizar disso, mas mais do que isso, me preocupam as
2216 observações aqui da Conselheira Dalce, porque eu não sei, porque que 5 quilômetros de
2217 aglomerado urbano porque que não 4. 5, porque não 4, eu posso ter uma área
2218 ambientalmente adequada que não vai ser aproveitada, porque tem um critério ali que é de
2219 5 quilômetros. Eu vou deixar de fazer o aterro sanitário, então eu acho que quando se
2220 pensou nas diretrizes que estão aí no anexo, pensou-se também em não criar dificuldades
2221 adicionais ao município para implantar os seus aterros sanitários. Se nós vamos colocar 5
2222 quilômetros, por exemplo, como está aqui, significa que eu vou ter que fazer pelo que está
2223 colocado numa proposta aqui o projeto executivo de toda a galeria pluvial desse acesso.
2224 Isso não dificultaria a implantação do aterro sanitário, que é o objetivo nosso também,
2225 então eu não estou dizendo que a Conselheira esteja equivocada ou errada, eu estou dizendo
2226 o seguinte, que nós temos discussões técnicas feitas ao longo de meses e nós chegamos aqui
2227 de última hora com propostas que podem inviabilizar o que nos estamos pretendendo, então
2228 é um alerta que eu estou querendo colocar. Eu acho que a resolução é muito interessante
2229 para o país e falo como município, de forma operacional como isso pode ser implantado, eu
2230 acho que a observação do Ministério Público é perfeita, mas há outras observações e
2231 gostaria que na hora da votação fossem de fato explicadas, se isso não complica o objetivo
2232 da própria resolução, porque eu me sinto até com dificuldade de votar uma coisa como essa
2233 que cai de última hora, quando isso poderia ter sido levado para amplo debate dentro dos
2234 grupos. Eu acho que nós temos que começar a ter mais cuidado com isso. Para que temos
2235 grupos de trabalhos e Câmaras Técnicas que discutem dois anos? Se essa proposta foi
2236 discutida lá dentro, ela vem para cá com respaldo desse grupo de trabalho, então, eu não sei
2237 nem se foi discutida. Eu estou querendo colocar aqui que eu estou preocupado, que
2238 inclusões de última hora possam prejudicar o objetivo principal dessa resolução, que é fazer
2239 com que Municípios pequenos desse país possam fazer o seu aterro sanitário sem gastar 50,
2240 70, 80 mil com estudo ambiental, sem gastar 50, 60 mil com projetos de galeria de
2241 drenagem pluvial de vias de acesso, nós estamos querendo viabilizar o aterro sanitário com
2242 alguns cuidados óbvios que acredito que foram trabalhados pela equipe técnica. É essa a
2243 observação que eu iria fazer.

2244

2245 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2246

2247 Muito obrigado, Dr. Jarbas. Pela ordem, Dr^a Alexandrina representando aqui o Estado de
2248 Pernambuco.

2249

2250 **Alexandrina S. S. de Moura – Representante do Governo do Estado de Pernambuco**

2251

2252 Boa tarde, senhores Conselheiros, boa tarde, Dr. Zé Pedro. Eu teria uma observação
2253 complementando o que a Dr.^a Sílvia já frisou em termos do conjunto de Municípios no

2254 artigo terceiro de incluir, além de consórcio e convênio, ou outro tipo de instrumento legal,
2255 porque em Pernambuco nós temos feito esse tipo de associação entre os Municípios que às
2256 vezes não chega nem haver convênio entre eles, então, isso daqui restringiria muito também
2257 a flexibilidade da associação entre os Municípios. Consórcio e convênio têm um caráter
2258 jurídico específico ou outro instrumento legal como o termo parceria que a gente às vezes
2259 faz, aliás, termo de cooperação e até outras coisas que a gente tem tentado fazer para
2260 agregar os Municípios. Era só essa observação. Muito obrigada.

2261

2262 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2263

2264 Muito obrigado, Dr.^a Alexandrina. Pela ordem, Dr.^a Maria Dalce representando as ONGs da
2265 região Sudeste.

2266

2267 **Maria Dalce Ricas – Representante das ONGs da Região Sudeste**

2268

2269 Bem, eu agradeço muitas observações da ABEMA que foram feitas aqui agora,
2270 principalmente, porque eu não coloquei de forma alguma, eu coloquei 5 quilômetros
2271 pensando que nós temos que ter um parâmetro mínimo, porque se não a Prefeitura pode
2272 resolver fazer a 500 metros da área habitada, não estou dizendo absolutamente que tem que
2273 ser 5 quilômetros. Eu acho que temos que estabelecer a distância e eu queria também
2274 lembrar uma coisa muito interessante. Como Conselheiros acho que temos que estar sempre
2275 preocupados, realmente, com os objetivos do CONAMA e com os nossos compromissos,
2276 compromissos pessoais enquanto ambientalistas, podem ter certeza de que isso faz parte da
2277 agenda das ONGs ambientalistas, mas é o seguinte, nós também temos que ter muito
2278 cuidado com esse argumento de que o que vem da Câmara que foi discutido uma vez que
2279 não pode ser modificada aqui, porque senão não precisaria nem vir ao plenário, nós temos
2280 que ter cuidado com esse argumento, temos que ser comedidos. E eu queria lembrar que as
2281 Entidades ambientalistas só estão aqui porque, inclusive, o Governo financia, paga a nossa
2282 passagem, mas nós não temos mobilidade, como se quis dizer aqui, para acompanhar tudo o
2283 que acontece, infelizmente, isso é impossível. Eu entendo que justamente essa
2284 impossibilidade que a gente acompanhe tudo que está acontecendo nas Câmeras, ela é de
2285 certa forma sanada quando vem ao plenário e é claro que, enquanto Conselheira e como
2286 ambientalista, eu realmente me preocupo em vir aqui ocupar o microfone e o tempo de
2287 vocês para falar besteira, então o que eu falei aqui é apenas na tentativa de contribuir,
2288 qualquer argumento que me comprove, realmente, que é uma questão técnica e que deve
2289 ser dispensada, eu acho que o objetivo da resolução é justamente esse, tentar resolver esse
2290 passivo ambiental, que diga-se de passagem, é preocupação do movimento ambientalista
2291 muito antes dos Municípios e dos Governos Estaduais se preocuparem. Obrigada.

2292

2293 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2294

2295 Muito obrigado, Dr.^a Maria Dalce. Pela ordem de inscrição, a Dr.^a Sílvia (...) representando
2296 o Ministério Público do Rio Grande do Sul, depois tem inscrito o Dr. Bertoldo da ABES.

2297

2298 **Sílvia Capelli – Representante dos Ministérios Públicos Estaduais**

2299

2300 São duas ponderações bem simples. O uso da palavra pelo Conselheiro do Acre me
2301 convenceu, eu gostaria de retirar a proposta de poderá, no parágrafo primeiro do artigo 4º,
2302 mantendo o deverá, porque a forma como ficou redigido o parágrafo primeiro do artigo 4º
2303 está gerando uma interpretação dúbia, então, na dúvida, eu vou voltar atrás e manter o
2304 deverá em vez de sugerir o poderá. E também a título de contribuição, talvez pudéssemos
2305 substituir, se for de consenso do plenário, a expressão consórcio, convênio ou outro
2306 instrumento legal por associação de Municípios, talvez essa expressão fosse mais simples.

2307

2308 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2309

2310 Muito obrigado, **Dr.ª Sílvia**. Pela ordem, Dr. Bertoldo , representante da ABES nesse
2311 plenário.

2312

2313 **Bertoldo da Silva Costa – Representante da ABES**

2314

2315 Como foram solicitadas algumas explicações técnicas referentes aos anexos e alguns
2316 critérios...Como foram solicitados alguns esclarecimentos técnicos dos anexos porque não
2317 ficou colocado algumas (...) de limites 5 quilômetros, distância mínima, por exemplo, existe
2318 uma norma brasileira que regulamenta isso, que define alguns critérios técnicos, então nós
2319 optamos em flexibilizar como, por exemplo, dar um exemplo clássico que era distância, o
2320 mais importante não é distância. Você sabe que a velocidade do vento, aquela formulazinha
2321 velocidade de distância sobre o tempo, quer dizer, que define o tempo para chegar esse
2322 odor que, a princípio, poderia causar esse mal estar, então,,quer dizer, são coisas específicas
2323 locais, a gemofologia do terreno também define a forma com que uma pluma de direção de
2324 vento causa, então, são coisas fixas em locais em que cabe uma análise técnica de
2325 documento e depois definir isso. Por isso, optamos em tirar todos os critérios que
2326 amarrassem ou engessassem algum acondicionamento mais técnico nesse sentido. Com
2327 esse objetivo que nós tiramos e deixamos a flexibilização. Só um último item de
2328 esclarecimento do grupo de trabalho é o seguinte: lá nos anexos onde foi colocado, nós
2329 colocamos a coleta e destinação final adequada, ao nosso entender, na linguagem técnica;
2330 destinação final adequada é uma forma de tratamento. Certo? Falar tratamento e disposição
2331 técnica adequada, eu estaria correndo o risco de ser redundante, então uma linguagem
2332 técnica se juridicamente possa ter uma interpretação, então podemos até manter, mas
2333 tecnicamente é esse o nosso entendimento.

2334

2335 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2336

2337 Muito obrigado, Dr. Bertoldo. Pela ordem de inscrição, Dr. Solon, que representa aqui as
2338 ONGs da região nordeste tem a palavra, por favor.

2339

2340 **Solon Mauro Sales Fagundes – Representante das ONGs da Região Nordeste**

2341

2342 Obrigado, Presidente. Boa tarde. A nossa colocação de destaque seria em cima da nova
2343 redação do parágrafo um do artigo quinto. A nova redação da proposta do Ministério
2344 Público, concordamos com a colocação do parágrafo único. Agora, nós gostaríamos que
2345 nesse caso específico, fosse complementado ouvindo os Conselhos Estaduais do Meio
2346 Ambiente. Nossa complementação é essa .

2347

2348 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2349

2350 Dr. Solon, por gentileza, para que se possa fazer qualquer alteração, o senhor poderia
2351 instruir diretamente o Mário.

2352

2353 **Solon Mauro Sales Fagundes – Representante das ONGs da Região Nordeste**

2354

2355 É só isso.

2356

2357 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2358

2359 Sim, mas para verificar se está corretamente colocado.

2360

2361 **Solon Mauro Sales Fagundes – Representante das ONGs da Região Nordeste**

2362

2363 Ok! Então, a nossa proposta é essa.

2364

2365 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2366

2367 Muito obrigado. Agora o senhor só confere o que está lá colocado da forma como o senhor
2368 deseja. O senhor representa o Ministério Público, então tem a palavra, por gentileza, o
2369 representante do Ministério Público e obrigado, Dr. Solon.

2370

2371 **Representante do Ministério Público**

2372

2373 Apenas um aspecto que está lá no anexo quanto à seleção de área o item 6, que fala
2374 preferência por áreas com solo que possibilitem a impermeabilização, nós entendemos e a
2375 ABES parece já concordou com isso. É ABES. Que é muito mais razoável colocar, ao invés
2376 de preferência, adoção de áreas. A adoção de áreas com solo que possibilite a
2377 impermeabilização.

2378

2379 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2380

2381 Parece que o Dr. Bertoldo tem o desejo de fazer um à parte, se o senhor permitir, e é o
2382 último inscrito, se ninguém mais deseja fazer o uso da palavra, e em seguida nós vamos
2383 entrar em regime de votação. Então, está feita essa proposta. Dr.^a Sílvia, a senhora, que é
2384 Conselheira, se a senhora está acatando essa proposta pudesse passá-la para redação, por
2385 gentileza.

2386

2387 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2388

2389 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2390

2391 Está retirada a proposta. Então, essa proposta permanece como está. Não havendo mais
2392 nenhum inscrito, eu vou entrar em regime de votação. Como tradicionalmente fazemos, nós
2393 vamos fazer a votação em bloco. Acho que eu posso votar tanto a proposta de resolução,

2394 quanto o seu anexo certo e depois nós vamos votar os seus destaques. Então, senhores
2395 Conselheiros, está em regime de votação. Quem for a favor da aprovação desta resolução,
2396 por favor se manifeste exibindo e mantendo exibidos os seus cartões para o regime de
2397 contagem, por favor. Muito obrigado. Agora, quem for contrário à aprovação dessa
2398 resolução, por favor se manifeste exibindo os seus cartões. Nenhum voto contrário. Quem
2399 for a favor de consignar uma abstenção, por favor se manifeste. Nenhuma abstenção.
2400 Declaro aprovada, então, a resolução. Agora, nós vamos fazer a votação dos destaques. O
2401 Mário vai colocar os considerandos em nossa tela e nós começamos pelo considerando
2402 número 3. Nós temos duas versões, a original originária da Câmara Técnica e aquela
2403 proposta pela Dr.^a Sílvia, que troca a palavra licença por licenciamento. Eu acredito que o
2404 assunto está suficientemente esclarecido, eu vou colocar então em votação a proposta da
2405 Dr.^a Sílvia. Quem for de acordo com a proposta de Dr.^a Sílvia, da palavra licenciamento,
2406 por favor se manifeste exibindo os seus cartões e mantendo exibidos para contagem. Muito
2407 obrigado. Quem for contrário a esta eleição, Dr. Finotti o senhor está votando ao contrário?
2408 Quem for contrário a esta modificação, por favor se manifeste. Nenhum voto, obrigado.
2409 Quem fizer consignar uma abstenção, por favor se manifeste. Uma abstenção. Seguindo o
2410 nosso quadro o próximo destaque, Mário, por gentileza. Diz respeito à redação do caput do
2411 artigo terceiro, em que a palavra conjunto de Municípios fica substituída pela palavra
2412 Associações de Municípios. Acredito que o assunto também já esteja suficientemente
2413 esclarecido. Os Conselheiros que forem a favor desta modificação proposta pela Dr.^a Sílvia,
2414 que por favor se manifestem exibindo os seus cartões, por gentileza e mantendo exibidos
2415 por questão de contagem. Muito obrigado. Os Conselheiros que forem contrários,
2416 principalmente, o Dr. Finotti e Dr. Chico Soares, vamos aguardar que eles terminem o seu
2417 voto. Quem for contrário, por favor se manifeste exibindo os seus cartões. Dois votos.
2418 Muito obrigado. Quem desejar fazer a consignação da abstenção, por favor se manifeste.
2419 Quatro abstenções. Está aprovada a matéria. O próximo destaque, por favor, o Governo do
2420 Estado do Paraná propõe que a população ao invés de ser 20 mil habitantes conforme a
2421 proposta inicial, seja de 30 mil habitantes. Eu acredito que nós possamos manter o mesmo
2422 tipo de votação. Aqueles que forem favoráveis à proposta feita pelo Governo do Estado do
2423 Paraná, que por favor se manifestem exibindo os seus cartões, mantendo-os exibidos para
2424 efeito de contagem. Muito obrigado. Quem for contrário a essa modificação, por favor, se
2425 manifeste. Sete. Ok! Muito obrigado. Quem quiser consignar sua abstenção, por favor, se
2426 manifeste. Três abstenções. Está aprovada a matéria, portanto, muito obrigado. Pois não.
2427 No microfone, por gentileza.

2428

2429 **Sílvia Capelli – Representante dos Ministérios Públicos Estaduais**

2430

2431 É só uma questão de ordem foi deletado Municípios ou Associações de Municípios, foi
2432 deletado Municípios ou Associações. Eram Municípios.

2433

2434 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2435

2436 Está assim os Municípios ou associações de Municípios. Agradecemos a sua proveniente
2437 intervenção, muito obrigado. Então, vamos ao próximo destaque, por gentileza. Também do
2438 Governo do Estado do Paraná que propõe que o texto, ao invés de ser geração de área de
2439 resíduos de sólidos urbanos de até 20 toneladas, passe a ser geração de área de resíduos
2440 sólidos urbanos pela população urbana de até 30 toneladas. Proposta do Governo do Estado

2441 do Paraná. Votação, então. Quem for a favor dessa modificação, por favor se manifeste
2442 mostrando o seu voto e deixando o voto exibido. Muito obrigado. Quem for contrário a essa
2443 modificação, por favor se manifeste.

2444 Parágrafo segundo do artigo 4º está na tela e quem for de acordo com a proposta feita pela
2445 Conselheira Maria Dalce, por favor se manifestem exibindo os seus cartões, por gentileza.
2446 Em votação, exibindo os seus cartões, quem for de acordo, parágrafo segundo. Muito
2447 obrigado. Quem for contrário a essa modificação, por favor se manifeste. Três votos. Quem
2448 quiser consignar abstenção, por favor se manifeste. Três votos. Obrigado. Está aprovada,
2449 então a proposta da conselheira Maria Dalce. Voltamos agora ao parágrafo primeiro
2450 proposto pelo SOS Amazonas que é o acréscimo e a recuperação ambiental da área.
2451 Confere, Dr. Scarcelo? Então, ele está propondo que ao parágrafo primeiro do artigo 4º seja
2452 acrescida a frase que está aí na tela e a recuperação ambiental da área. Tempo para os
2453 Conselheiros lerem. Questão de ordem concedida ao Dr. Bertoldo, representante da ABES,
2454 por gentileza.

2455

2456 **Bertoldo da Silva Costa – Representante da Abes**

2457

2458 Talvez seja um problema de redação, mas olha só como está aqui. Caso o tema de
2459 disposição final venha a ser localizado em área diferente da atual no lixão, esta área de
2460 lixão deverá ser objeto de recuperação ambiental, quer dizer, já está escrito na frase
2461 incluindo a indicação do uso futuro da área. Ele cresceu ainda mais e a área ou então
2462 recuperada.

2463

2464 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2465

2466 É o parágrafo primeiro, Bertoldo.

2467

2468 **Bertoldo da Silva Costa – Representante da ABES**

2469

2470 Está certo. Eu estou indo rápido.

2471

2472 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2473

2474 Retirada a observação do Dr. Bertoldo. Muito obrigado, Dr. Bertoldo . Dr. Roberto, por
2475 gentileza, tem a palavra.

2476

2477 **Roberto Alves Monteiro – Membro Honorário**

2478

2479 Sr. presidente, senhores Conselheiros, a colocação do Dr. Bertoldo é procedente, uma vez
2480 que no parágrafo segundo está se falando das áreas que vão ser feitas fora da área do lixão e
2481 terão que ser recuperadas, está se incluindo a recuperação do parágrafo primeiro que já está
2482 previsto no parágrafo segundo. Isso que o Dr. Bertoldo está colocando. Senhores,
2483 parágrafo segundo, caso o sistema de exposição final venha a ser localizado em área
2484 diferente do atual lixão, o lixão vai ter que ser objeto de recuperação ambiental, é evidente.
2485 No primeiro está se dizendo caso o sistema venha a ser feito no mesmo local, ele vai estar
2486 em face operacional como é que eu vou recuperar uma coisa que está operacional.

2487

2488 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2489

2490 Nós temos duas situações. A situação original e a situação proposta pelo Dr. Miguel. Dr.
2491 Miguel gostaria de fazer o uso da palavra. Então, Dr. Roberto, muito obrigado, Dr. Miguel
2492 tem a palavra.

2493

2494 **Miguel Scarcelo – Representante das ONGs da Região Norte**

2495

2496 Bom, a intenção é que, pelo meu entendimento, se nós vamos instalar um sistema numa
2497 área onde já tem o lixão, a tendência é que esse lixão se acabe e seja instalado um sistema
2498 operacional eficiente, então, quer dizer, você vai ter que recuperar a área que já está
2499 degradada, então o que eu quero enfatizar ali é a recuperação da área, é da área onde o lixão
2500 já funcionava, só isso.

2501

2502 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2503

2504 Muito obrigado, Dr. Miguel. Ninguém mais gostaria de fazer o uso da palavra, então vamos
2505 voltar à votação. Os Conselheiros que são favoráveis à modificação proposta pelo
2506 Conselheiro Miguel (...) por favor se manifestem exibindo os seus votos. Só um
2507 instantinho, eu vou ter que começar novamente a contagem, pois muitos Conselheiros
2508 começaram a votar agora, então mantenham os votos, por gentileza, que eu vou contar
2509 novamente. Ok! Muito obrigado. Quem for contrário, por favor se manifeste exibindo seus
2510 votos. Oito votos. Muito obrigado. Quem quiser consignar uma abstenção, por favor se
2511 manifeste. Sete abstenções. Muito obrigado, está aprovada a matéria. Eu queria dizer à
2512 Conselheira Maria Dalce que o fato de ficar balançando o voto não vale o dobro, certo? Por
2513 que às vezes perturba um pouco a nossa contagem, mas ele é um voto só. De qualquer
2514 forma, muito obrigado pela sua manifestação. Continuando, então, a próxima proposta é a
2515 da Dr.^a Sílvia, que propõe substituir o parágrafo primeiro e o parágrafo segundo do artigo
2516 quinto por um parágrafo único cuja leitura, eu acho que é mais fácil os senhores fazerem
2517 individualmente. Nós temos também uma proposta do Conselheiro Solon que acrescenta
2518 uma frase à anterior. Eu vou fazer a votação em separado. Em primeiro lugar, a votação
2519 proposta pela Dr.^a Sílvia, e caso aprovada, nós votaríamos, então, a proposta do Dr. Solon,
2520 se não for aprovada a proposta da Dr.^a Sílvia, a mesa entende, se ninguém tiver nada em
2521 contrário, que então ficam prejudicadas as duas propostas. Então, em regime de votação.
2522 Quem for a favor da proposta da Dr.^a Sílvia, por favor se manifeste apresentando o seu voto
2523 e mantendo-o em exibição. Muito obrigado. Quem for contrário a essa proposta, por favor
2524 se manifeste. Maria Dalce, por favor, quem for contrário, se manifeste. Nenhum voto
2525 contrário. Quem quiser consignar uma abstenção, por favor se manifeste. Cinco abstenções.
2526 Muito obrigado. Está aprovada a matéria. Em seguida, votando agora a proposta do Dr.
2527 Solon. Dr. Jarbas pede a palavra, por gentileza, Dr. Jarbas, que representa a ANAMMA e é
2528 Secretário de Meio Ambiente do belo Município de Vitória tem a palavra, por favor.

2529

2530 **Jarbas Ribeiro de Assis Júnior - Representante da ANAMMA**

2531

2532 Eu achei que isso já estivesse resolvido,mas pelo visto não está, e infelizmente, entendi o
2533 porquê e eu quero aqui lamentar o que ouvi aqui há pouco. O item acima ali começa o
2534 parágrafo com Órgão Ambiental Competente e termina como Conselheiro Estadual de

2535 Meio Ambiente Competente, que na verdade é Conselho estadual de Meio Ambiente.
2536 Achei que era apenas aquele erro visual que nós já tínhamos definido, inclusive, ontem que
2537 é norma aqui de sempre ser o Conselho Competente, mas infelizmente, eu ouvi algo aqui
2538 que eu vou fazer questão de afirmar e não vou dizer de quem é que o objetivo disso. É
2539 porque se não botar o Estado, o Conselho Estadual, o município vai ficar desobrigando
2540 todo mundo de fazer o estudo de impacto ambiental, obviamente a pessoa que fala isso
2541 esquece que um Conselho de Meio Ambiente tem participação da sociedade, nós temos o
2542 Ministério Público para nos conhecer, nós já licenciemos uma série de situações de
2543 interesse do município e também isso serve para o Estado, porque o Estado também
2544 licencia através de seus Conselhos uma série de obras de interesse de Estado, então como é
2545 que o estado vai licenciar também, quer dizer, essa desconfiança de que nós do município
2546 não temos condição de cuidar das questões ambientais ditadas por esse SISNAMA, eu acho
2547 que é lamentável. É óbvio que há Municípios que descumprem isso, como há Estados que
2548 descumprem e como ONGs, como vimos hoje de manhã, que fizeram o que fizeram.
2549 Então, eu queria que a gente não tivesse mais, primeiro, essa dúvida. O sistema tem os três
2550 níveis de poder, é Órgão Ambiental Competente e Conselho Competente, não voltemos
2551 toda vez à mesma discussão. E segundo, que essa dúvida contra os Municípios pudesse ser
2552 futuramente retirada, porque parece que nós somos bandidos, pelo que eu estou
2553 entendendo, é a impressão que eu fiquei.

2554

2555 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2556

2557 Muito obrigado. Eu tenho inscrito, então o Dr. Solon do Rio Grande do Norte e depois o
2558 Dr. Raserá pediu a palavra também; e depois, Maria Dalce. Pela ordem, então, Dr. Solon do
2559 Estado do Rio Grande do Norte representando as ONGs do nordeste, por favor.

2560

2561 **Solon Mauro Sales Fagundes – Representante das ONGs da Região Nordeste**

2562

2563 Quando nós colocamos Conselho Estadual, logo em mente, como eu falei ontem, também
2564 a questão do SISNAMA. Eu entendo que seja Conselho Estadual, no caso tem associações
2565 que podem ter Associações de Municípios. Então, seria recorrido ao Conselho Estadual,
2566 porque aí está se colocando dispensável, é nesse caso que se está discutindo, então eu
2567 entendo que se tem Associação de Municípios deve ser o Órgão Estadual que deve atuar
2568 supletivamente nessa questão.

2569

2570 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2571

2572 **Solon Mauro Sales Fagundes – Representante das ONGs da Região Nordeste**

2573

2574 Olha, nesse caso vai até 30 mil habitantes. Na situação atual, talvez no futuro, possa ser
2575 mas... Muito obrigado.

2576

2577 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2578

2579 Dr. Solon, muito obrigado. Próximo inscrito, pela ordem, é o Dr. Raserá, representante do
2580 Governo do Estado do Paraná.

2581

2582 **Mário Sérgio Rasera – Representante do Estado do Paraná**

2583

2584 Eu só queria fazer um registro. Eu estava entendendo que nós não estamos mais discutindo
2585 as propostas e estamos voltando a discutir, então passou já está em votação e agora estamos
2586 discutindo. Eu gostaria de fazer um posicionamento sobre isso. Se nós estamos justamente
2587 trabalhando meses e meses na simplificação de um processo, estamos justamente com
2588 indicador de complicador. Eu acho que a diretriz principal é tanto colocar aqui pela Câmara
2589 Técnica, pelo grupo de trabalho o rol do mínimo necessário para poder fazer uma avaliação
2590 com a maior base possível saber que impactos gerariam na hora da instalação de um aterro
2591 sanitário, estamos simplificando de um lado e estamos complicando do outro lado, quer
2592 dizer, isso aí está servindo de base fundamental para todos os Estados seguirem uma
2593 mesma diretriz, a diretriz mínima com os anexos, principalmente, colocados e aí se fala o
2594 Órgão Ambiental Competente poderá e vai ser o licenciador e remetendo-se ao Conselho ,
2595 o Conselho não é licenciador. A responsabilidade está sendo remetida aos Órgãos
2596 Ambientais Competentes, tanto faz município, Estado ou Federação, de acordo com o
2597 SISNAMA. Então, eu queria fazer essa observação, porque não é objetivo da resolução
2598 justamente para pequenos Municípios de pequenos porte.

2599

2600 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2601

2602 Dr. Rasera, só para um entendimento. O senhor está propondo que seja colocado ouvir do
2603 Conselho.

2604

2605 **Mário Sérgio Rasera – Representante do Estado do Paraná**

2606

2607 Não se ouve Conselho.

2608

2609 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2610

2611 Em contrário da aprovação dessa matéria.

2612

2613 **Mário Sérgio Rasera – Representante do Estado do Paraná**

2614

2615 Nós estamos com a proposta de Ministério Público que deixou bem clara e deixa os anexos
2616 bem claros que devem ser seguidos pelos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente e
2617 Municipais.

2618

2619 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2620

2621 Pela ordem, Dr.^a Maria Dalce, representante das ONGs do Sudeste. Depois eu tenho
2622 inscrito Dr. Roberto. Depois ,tenho inscrito Mauricio do Recife e tenho Francisco Soares.

2623

2624 **Maria Dalce Ricas – Representante das ONGs da Região Sudeste**

2625

2626 Bem, sem que seja um grande motivo para conflito, eu defendo a manutenção do Conselho
2627 Estadual. E queria a respeito do pronunciamento do representante da ABEMA, dizer o
2628 seguinte, eu não sei se ele se referiu quando alguém falou sobre os Conselhos Municipais

2629 do Meio Ambiente. Como a gente teve uma rápida conversa ali, eu não sei se ele se referiu
2630 a mim. Eu queria dizer o seguinte: essa questão de descentralização tão festejada hoje no
2631 país, na área de Meio ambiente, é claro que teoricamente eu duvido que alguém consiga ter
2632 mais do que 5 minutos de argumentos para ir contra ela. Nós sabemos ainda que essa é uma
2633 questão desejada, mas bastante utópica. O Rio Grande do Sul e o Paraná até no sentido
2634 positivo, infelizmente, não são referência para o restante do país. Minas Gerais que é o
2635 Estado que tem mais Municípios, deve ter quase 200 **CODEMAS**; numa pesquisa feita, no
2636 máximo 10 **CODEMAS** valem para alguma coisa e são sempre localizadas nas grandes
2637 cidades. Nós estamos falando de município até 30 habitantes, então, infelizmente, a
2638 realidade do sul não é a nossa referência, estamos falando de uma norma geral de não uma
2639 norma para contemplar o Estado A ou B. É claro que uma cidade como Porto Alegre,
2640 Curitiba, Belo Horizonte nunca dispensaria o EIA/RIMA na hipótese de qualquer
2641 construção de aterro sanitário. E por último eu queria lembrar que quando a gente coloca
2642 esse ouvido, o Conselho Estadual de Meio Ambiente é nesse Conselho que está, inclusive,
2643 queira ou não, é verdade, na maior parte dos Estados as pessoas que têm mais
2644 conhecimento técnico, como o pessoal da ABES, por exemplo, que estão nos Conselhos
2645 Estaduais e não nos Conselho Municipais. Eu entendo que isso não prejudicaria em nada,
2646 porque seria apenas uma comprovação. De repente, o Conselho Estadual, tendo mais
2647 capacidade técnica e isso não interferiria, inclusive, eu não vejo nenhum motivo para
2648 interferir na competência dos Municípios. E por fim, quando a gente diz o Órgão Estadual
2649 Competente, por exemplo, no caso do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas
2650 Gerais, o Órgão Competente Seccional para proceder a isso é a Fundação Estadual do Meio
2651 Ambiente, ela é quem recebe o pedido protocolar de licença para estabelecimento do aterro
2652 sanitário, no caso ela deveria ouvir para dispensar do EIA/RIMA quando fosse considerado
2653 pertinente o **COPAN**, então eu não vejo em que isso prejudicaria e pelo contrário eu acho
2654 que acrescentaria e não vai aí nenhuma desconfiança, pelo contrário vai, infelizmente, um
2655 conhecimento da realidade de 80% dos Municípios do país, cujo **CODEMA**, realmente, é
2656 uma mera figura decorativa na mão do prefeito.

2657

2658 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2659

2660 Muito obrigado, Dr.^a Maria Dalce. Próximo inscrito, Dr. Roberto. Tem a palavra, por favor.

2661

2662 **Roberto Alves Monteiro – Membro Honorário**

2663

2664 Sr. Presidente, eu gostaria de convidar os senhores Conselheiros a uma reflexão sobre dois
2665 pontos que sistematicamente têm aparecido nas nossas resoluções e pontos que,
2666 efetivamente, desvirtuam a nossa linha maior de toda a formação do Sistema Nacional de
2667 Meio Ambiente. Como bem disse o senhor Ministro hoje pela manhã, Conselhos quer
2668 Federal ou Nacional como o nosso aqui, como Conselhos Estaduais são Órgãos
2669 deliberativos, Órgãos superiores dos seus respectivos sistemas nacional ou estadual. São
2670 Órgãos de política, eminentemente, são Órgãos de formulação de política, então a eles nós
2671 não devemos onerar com a miuçalha, o dia-a-dia de processos de licenciamento de
2672 atividades A ou B ou C. Isso é uma primeira impropriedade que estamos verificando que
2673 volta e meia está querendo envolver o Conselho num processo que era meramente um
2674 processo de licenciamento que, se os senhores quiserem, temos aí representante de São
2675 Paulo e isso envolve 3, 4, 5 mil licenciamentos por ano. Ok! Se formos licenciar quinhentos

2676 aterros sanitários, são quinhentas ouvidas ou itivas ao Conselho Estadual de Meio
2677 Ambiente. Isso é impraticável. Isso não resguarda ninguém e ainda, inclusive, desmerece a
2678 própria competência do Órgão Estadual de Meio Ambiente. Isso em primeiro caso. Outra
2679 coisa é uma incorreção jurídica. Conselho, enquanto Órgão Superior, não é ouvido, ele dita
2680 o que se tem que fazer, ele dita as normas, ele dita as políticas, logo a expressão jamais
2681 poderá ser ouvid o Conselho , porque o Conselho é o Órgão Superior e como tal tem que
2682 ser respeitado, então a minha posição é que não faça menção ao ouvi-lo, porque quem pode
2683 mais pode menos e sempre o Conselho estará presente na sua definição de políticas,
2684 observando e acompanhando todos esses casos. OK!

2685

2686 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2687

2688 Obrigado. Próximo inscrito, por favor, o Dr. Mauricio, representando a Prefeitura de
2689 Recife.

2690

2691 **Maurício**

2692

2693 Bem, primeiramente, eu acho que são duas coisas que estão dentro desta proposta. Uma é a
2694 questão do princípio da participação popular e outro é o princípio da precaução. A gente
2695 sabe que muitas vezes Conselho e Órgãos Executivos estão à mercê de influências de
2696 políticas. Eu acho importante, e aí ouvindo o proponente Solon, a possibilidade de
2697 consultado o Conselho tirando a palavra Estadual do Meio Ambiente Competente e aí a
2698 gente priva pelas duas questões, pelo princípio de participação popular e o princípio da
2699 precaução. Então, com a licença posta pelo proponente para que pudesse haver um acordo,
2700 a proposta de consultado o Conselho tirando a palavra Estadual do Meio Ambiente.

2701

2702 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2703

2704 Muito obrigado. Pela ordem, por gentileza Francisco Soares e depois José Álvaro.

2705

2706 **Francisco Rodrigues Soares – Representante da ONGs da Região Nordeste**

2707

2708 O que nós queremos esclarecer é o seguinte. O maior problema de Meio ambiente e saúde
2709 pública neste país são os lixões, tudo que nós pudermos fazer até para simplificar a
2710 instalação deste é a melhor parte que nós vamos fazer como ambientalistas deste país.
2711 Existem hoje neste País, lixões que estão contaminando o subsolo, o lençol freático e a
2712 água de beber e mais as doenças causadas por vetores de moscas e mosquitos são os
2713 maiores responsáveis pela propagação, inclusive, da dengue, que é uma das doenças que
2714 estão afetando este país. Então, se nós tivermos que fazer, inclusive, EIA/RIMA para lixão,
2715 nós vamos acabar com os lixões deste país, porque os Prefeitos vão preferir fazer aterros
2716 sanitários, então vamos fazer o possível para que se estabeleçam regras e princípios de que
2717 as distâncias mínimas para localização deste aterro sanitário, o estudo de geosondagem para
2718 saber a altura e a profundidade dos lençóis freáticos nós vamos, acima de tudo, proteger os
2719 recursos hídricos, vamos proteger a saúde pública e vamos fazer de tudo e acabar com o
2720 pior problema, que é o cartão-postal deste país, são os lixões que nos temos que acabar.
2721 Vamos acabar com os lixões e vamos também propor que se abra a linha de financiamento
2722 para acabar com esses lixões neste país. É muito pouco dinheiro que é locado para acabar

2723 com os lixões deste país. Eu até acho que o SUS - Sistema Único de Saúde deve alocar
2724 recursos para acabar com os lixões, que são os responsáveis pelos maiores números de
2725 internações hospitalares.

2726

2727 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2728

2729 Muito obrigado, Dr. Francisco, dois minutos, Dr. José Álvaro.

2730

2731 **José Álvaro da Silva Carneiro – Representante das ONGs da Região Sul**

2732

2733 Eu acho que o plenário está pronto para votação e gostaria só de fazer um comentário. Eu
2734 reparei ali fora articulações do Ministério de Ciência e Tecnologia para esvaziamento do
2735 plenário e postergação dessas discussões, de tal forma que não venha para o plenário
2736 questão dos transgênicos, por mais que isso seja de direito, eu acho esquisito e sugiro que
2737 se for o caso, se faça a verificação do quorum desde já.

2738

2739 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2740

2741 Bem, eu acredito que no meio de uma votação não caberia uma verificação de quorum. Nós
2742 podemos fazer depois, se o Conselheiro existir no tema, terminada essa votação porque se
2743 não vamos ficar com uma votação prejudicada no meio do caminho. O senhor quer fazer
2744 uma questão de ordem? Por gentileza, Dr. Joels, representante do Ministério de Ciência e
2745 Tecnologia. Dois minutos.

2746

2747 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

2748

2749 Eu não entendi de maneira alguma a colocação do colega Conselheiro, uma vez que o
2750 Ministério da Ciência e Tecnologia não está participando ativamente dessa discussão por
2751 ser, inclusive, um assunto totalmente fora da sua pauta de interesse. Eu acho que essa
2752 colocação é absolutamente espúria, não tem o menor sentido. Eu acho que cabe aqui até
2753 uma retratação. Obrigado.

2754

2755 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2756

2757 Muito obrigado, Dr. Joels., Por gentileza, com a palavra, a Conselheira... Questão de
2758 ordem, representante do Ministério Público tem a palavra, por favor. Ao microfone, por
2759 gentileza.

2760

2761 **Eládio Luís da Silva Lecei – Representante do Instituto "O Direito por um Planeta
2762 Verde"**

2763

2764 A minha proposição é de que nós continuemos em votação, de repente se transformou em
2765 discussão que se vote. É isso.

2766

2767 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2768

2769 Eu estou seguindo a metodologia do CONAMA de que foram apresentadas as emendas e
2770 sempre se deu a possibilidade da discussão antes da votação, este é o nosso método de
2771 trabalho. Pois não, questão de ordem, **Dr. Langone**. Dra. Marijane está inscrita também,
2772 pois pediu a palavra.

2773

2774 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

2775

2776 A primeira proposição é de que nós sigamos a votação, mas que a dinâmica da votação seja
2777 a dinâmica usual que nós adotamos nos temas de APTS, ontem, que a Câmara Técnica
2778 apresenta o assunto, não se abre rodada geral, vai-se direto para o texto, uma defesa a favor
2779 e outra contra. Se alguém não se sentir esclarecido, faz duas defesas, uma a favor e outra
2780 contra e põe para votação. Não é essa a dinâmica que está sendo adotada, estou propondo
2781 uma modificação de dinâmica, porque a cada assunto controverso está se abrindo uma
2782 inscrição indefinida que, quando as pessoas quiserem falar, podem falar. Eu estou
2783 propondo, então, uma alteração específica para este ponto que seja adotada para os demais
2784 pontos. Aí fica a critério da mesa e eu quero requerer um esclarecimento, porque eu fiz
2785 uma proposta aqui á mesa e entendi que ela havia sido aprovada, a proposta e eu a chamei
2786 de proposta objetiva ao Ministro que era de que face a necessidade de instruir o tema de
2787 OGMs esse tema fosse o primeiro da tarde e eu gostaria de saber em que momento da
2788 ordem do dia está o tema de OGMs, porque eu entendi que a mesa tinha recebido e aceitado
2789 essa proposta de alteração da ordem da pauta, sendo OGMs o primeiro ponto a ser discutido
2790 à tarde e várias pessoas estão preocupadas com isso, eu acho que precisamos unificar o
2791 entendimento entre o plenário e a mesa, em que momento vai ser discutido o tema de
2792 OGMs, porque nós fizemos uma discussão sobre o ordenamento da pauta e a única
2793 proposta objetiva que se colocou aqui foi e eu entendi que havia uma aceitação da mesa e
2794 do plenário, que fosse o primeiro assunto a ser discutido no início do turno da tarde.

2795

2796 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2797

2798 Muito obrigado, Dr. Langone, os esclarecimentos solicitados são os seguintes. Primeiro, eu
2799 agradeço a sugestão e a cobrança e a mesa pretende encaminhar, se todos estão de acordo,
2800 encaminhamento de um ou ,no máximo, dois votos ou duas manifestações a favor e u, ou
2801 dois contra conforme a tradição que se coloca nesse CONAMA. A informação que a
2802 presidência da mesa tem é que o assunto OGMs foi colocado, sim ,e que ela está como
2803 Item 5.7 pauta. favor do esclarecimento do Dr. Langone eu já tenho a colocar e o item 5. 3
2804 já está objeto de pedido de vistas deve ser apenas apresentado e não será discutido. Temos,
2805 portanto, a discutir apenas o item 5.6 da pauta, já que o 5.4 e o 5.5 foram discutidos na
2806 reunião anterior. Então, esse esclarecimento é de que nós temos ainda, depois dessa
2807 discussão, a discussão do item 5.6 e o 5.7 que é sobre transgênicos. Pela ordem, Dr.^a
2808 Marijane Lisboa. Aliás, Dr. Langone, pela ordem o Sr. pediu que continuássemos com essa
2809 votação. Marijane, por gentileza, depois Dr. Langone.

2810

2811 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**

2812

2813 Sr. Presidente, infelizmente, eu acho que não foi isso que nós decidimos de manhã. Nós
2814 decidimos e a proposta que foi apresentada aqui com todas as argumentações de vários
2815 Conselheiros é da urgência de se discutir esse tema de transgênicos hoje, e a única proposta

2816 de colocação deste ponto na pauta foi feita pelo Conselheiro Langone e no meu
2817 entendimento, eu suponho, seria interessante consultar o plenário, mas eu tenho a
2818 impressão de que o entendimento do plenário era que este ponto era para ser discutido
2819 agora, no começo, por isso eu até me aproximei do Sr. no início da sessão, esperando que
2820 fosse de fato o primeiro ponto a ser discutido. Como nós temos aquela grande experiência
2821 de Conselho CONAMA às 05:00h da tarde, aqueles que não moram em Brasília, quer
2822 dizer, particularmente, ONGs de outros Estados, Secretários de Meio Ambiente de outros
2823 Estados têm que rumar para o aeroporto e pegar os seus aviões, nós também conhecemos
2824 aquele quadro dos Ministérios que ficam aqui para ganhar as votações. Então, nós pedimos
2825 intencionalmente, porque sabemos que isso pode acontecer e porque já tinha sido assim
2826 decidido anteriormente, que se inverta, porque foi essa a decisão, a decisão não foi vamos
2827 pôr no fim da pauta. A única proposta de colocação desta resolução foi feita pelo
2828 Conselheiro Langone e foi que seja no começo da tarde, às duas horas, e todas essas razões
2829 porque foi assim, porque assim nós evitamos manobras políticas que estão mais uma vez
2830 acontecendo aqui dentro desse CONAMA. Eu peço encarecidamente que o Sr. inverta a
2831 pauta ,após encerrada a votação desse ponto.
2832

2833 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2834

2835 Eu tenho a seguinte decisão, caso os Conselheiros sejam contrários, eu abrirei novamente a
2836 discussão. Vamos terminar a votação deste tema que está sendo votado e discutiremos essa
2837 questão de inversão de pauta ou não a seguir, senão vamos ficar embrulhando muitos
2838 assuntos. Então, a sugestão, se todos estão de acordo, é que nós não interrompamos esta
2839 discussão que está em votação e esta questão seja discutida logo a seguir terminada a
2840 votação do item que nós estamos no momento votando. Então, muito obrigado a todos.
2841 Seguimos, então, para votação dessa proposta feita pelo Dr. Solon de acrescentar ao
2842 parágrafo único do artigo quinto a frase ouvir do Conselho Estadual do Meio Ambiente
2843 competente. Quem estiver de acordo, por favor se manifeste apresentando o seu voto e
2844 mantendo-o apresentado. Ok, muito obrigado. Quem estiver contrário, por favor apresente
2845 os seus votos. Muito obrigado. Quem quiser consignar sua abstenção, por favor se
2846 manifeste. Três abstenções. Muito obrigado. Está rejeitada a matéria. Seguindo, Mário,
2847 próximo item, por favor. Agora, nós temos a proposta da Dr^a Maria Dalce no anexo.
2848 Primeira proposta é a modificação da redação de que está ali colocada. Dr^a Maria Dalce
2849 pede o uso da palavra. Por favor, no microfone. Eu não consigo ouvi-la. Tem possibilidade
2850 máxima de dois inscritos.
2851

2852 **Maria Dalce Ricas – Representante das ONGs da Região Sudeste**

2853

2854 Em função das considerações feitas pelo técnico da ABES ,retiro. É isso.
2855

2856 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2857

2858 A senhora está retirando a proposta. Então, está retirada a proposta. Está prejudicada, muito
2859 obrigado à Dr.^a Maria Dalce. Próximo, por gentileza. Também da Dr^a Maria Dalce, que é
2860 no caso de proximidade de aeroporto... Não, é acréscimo. É outro item. Distância mínima
2861 de dois quilômetros de cursos d'água, nascentes, brejos e lagos. Está em votação, quem for

2862 a favor... Com licença, o senhor quer fazer uso da palavra? Dr. Bertoldo, representante da
2863 ABES,

2864

2865 **Bertoldo da Silva Costa – Representante da ABES**

2866

2867 Eu só quero dizer o seguinte, que essa preocupação é mais com a cultura que nós temos...

2868

2869 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2870

2871 Sr. Bertoldo, nós não ouvimos.

2872

2873 **Bertoldo da Silva Costa – Representante da ABES**

2874

2875 Com essa preocupação da distância de 2 quilômetros, está muito relacionada com a cultura
2876 que nós temos dos lixões, não com a cultura do aterro sanitário. Na nossa **própria**
2877 **Legislação**, hoje, existem regulamentações de distâncias mínimas que definem. Nós não
2878 amarramos também, da mesma forma, nenhum parâmetro de distância. E sabendo que nós
2879 vamos implantar aterro sanitário e não lixões. e nós estivéssemos trabalhando com a
2880 hipótese de lixão, daí sim, eu estaria trabalhado com distâncias mínimas.

2881

2882 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2883

2884 O senhor está propondo então... encaminhando a não-aprovação desse item?

2885 **Bertoldo da Silva Costa – Representante da ABES**

2886

2887 É. Pela não-aprovação dessa proposta.

2888

2889 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2890

2891 Doutora Maria Dalce, encaminhando a favor, por gentileza.

2892

2893 **Maria Dalce Ricas – Representante das ONGs da Região Sudeste**

2894

2895 Eu quero lembrar aos autores dos risos irônicos, que a proposta é apenas na tentativa de
2896 contribuir, mas diante do esclarecimento da ABES, que já existe inclusive uma norma a
2897 respeito, eu também retiro. E queria lembrar de novo, aos risinhos irônicos: a proposta é
2898 apenas contribuir e não atrapalhar. (*Palmas*).

2899

2900 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2901

2902 Muito bem, doutora Maria Dalce, pela sua contribuição. Próximo item, por gentileza. Pode
2903 tirar. Retirado. Próximo item, doutora Maria Dalce propõe que a redação de “Os sistemas
2904 de drenagem de águas pluviais, extensivos às vias de acesso”. Certo? Ninguém... Desejando
2905 fazer uso da palavra, será colocado em votação. Quem for a favor desse acréscimo, por
2906 favor, se manifeste apresentando o seu voto. ...Cinco, seis, sete... (*Votação. Inaudível*).
2907 Muito obrigado. Quem for contrário, por favor, se manifeste apresentando seu voto.
2908 (*Votação. Inaudível*). Muito obrigado. Quem quiser consignar uma abstenção, por favor, se

2909 manifeste. (*Votação. Inaudível*). Ok! Obrigado. Está rejeitada a proposta. Próxima proposta,
2910 por favor. Doutora Silvia propõe a modificação da redação desse item: “A coleta da
2911 destinação final adequada para os percolados para a coleta de destinação final e tratamento
2912 adequado dos percolados”.O é suficientemente, claro! Quem for a favor, por favor, se
2913 manifeste mostrando os seus votos e permanecendo com eles à mostra. Um, dois, três,
2914 quatro, cinco, seis... (*Votação. Inaudível*). Muito obrigado. Quem for contrário, por favor,
2915 se manifeste. (*Votação. Inaudível*). Muito obrigado. Quem quiser consignar uma abstenção,
2916 por favor, se manifeste. Uma abstenção só. Está aprovada a proposta, portanto. Próximo,
2917 por gentileza. Aqui, a doutora Maria Silva propôs suprimir esse item. Quem for a favor da
2918 supressão desse item, por favor, se manifeste apresentando seu voto.

2919

2920 (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

2921

2922 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2923

2924 Um momentinho. Questão de Ordem. A senhora gostaria de ter um esclarecimento?

2925

2926 (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

2927

2928 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2929

2930 Então, Doutora Silvia, por gentileza; do Ministério Público.

2931

2932 **Sílvia Capelli – Representante dos Ministérios Públicos Estaduais**

2933

2934 O parágrafo único do artigo segundo, afasta as classificações do lixo que não seja
2935 domiciliar, excluindo o lixo patogênico dessa remessa ao aterro sanitário, portanto, há uma
2936 contradição em se aceitar resíduos de serviço de saúde, que em parte - não todo, mas em
2937 parte -pode conter elementos patogênicos. Há uma contradição com o parágrafo segundo.

2938

2939 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2940

2941 O doutor Rasera, por gentileza, pediu o uso da palavra? Não? Está querendo votar já.
2942 Certo! Ninguém mais quer fazer uso da palavra. Então, está esclarecido. Quem for a favor
2943 desta exclusão, conforme proposto pela doutora Sílvia, se manifeste, apresentando seu voto.
2944 (*votação. Inaudível*). Muito obrigado. Quem for contrário a essa exclusão, por favor, se
2945 manifeste, apresentando seu voto. (*votação. Inaudível*). Muito obrigado. Quem quiser
2946 consignar sua abstenção, por favor, se manifeste. (*Votação. Inaudível*). Seis, cinco
2947 abstenções. Muito obrigado. Está, portanto, aprovada a proposta. Mais alguma, por
2948 gentileza? Doutora Maria Dalce propõe a redação que está aí, colocada.

2949 (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

2950

2951 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2952

2953 Preparados? Podemos votar? Doutora Maria Dalce, uma defesa, por favor,.

2954

2955 **Maria Dalce Ricas – Representante das ONGs da Região Sudeste**

2956

2957 Gente, pode até parecer obviamente, mas infelizmente, a responsabilidade técnica neste
2958 país é uma farrá. Nós sabemos da omissão do CREA, enquanto órgão responsável.
2959 Raramente a gente consegue realmente punir, se é que alguém já foi punido até agora, por
2960 irresponsabilidade técnica. Nós tivemos um caso recente, agora, em Minas Gerais, com a
2961 Barragem de Rejeitos da Mineração Verde, que arrebentou, e que até hoje não se sabe
2962 exatamente de quem foi a responsabilidade. Então, a proposta é justamente quem dá esse
2963 tipo de parecer, quem faz esse tipo de projeto, que coloque lá, a sua responsabilidade
2964 técnica, tanto para dar as qualidades ao projeto, quanto eventualmente possa responder
2965 criminal e administrativamente por qualquer problema ambiental ou de saúde humana.

2966

2967 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2968

2969 Muito obrigado, doutora Maria Dalce. Estamos em condições de votar? Questão de Ordem.

2970

2971 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2972

2973 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2974

2975 Olha, eu acho que poderíamos votar em bloco? A doutora Maria Dalce aceita? Não. Não
2976 há concordância. Então, vamos votar um por um, por favor. Então, esse item, por gentileza.
2977 Primeiro item, em votação. Quem for a favor dessa primeira modificação no item
2978 começando pela palavra “métodos”, que se manifeste, apresentando seu voto, e mantendo o
2979 voto elevado, por gentileza. *(Votação. Inaudível)*. Muito obrigado. Dezesesseis votos. Quem
2980 for contrário a essa modificação, por favor, se manifeste, mostrando seu voto. *(Votação.*
2981 *Inaudível)*. Muito obrigado. Quem quiser consignar uma abstenção, por favor, se manifeste.
2982 Duas abstenções. Está, portanto, rejeitada essa proposta da doutora Maria Dalce . Próxima
2983 proposta: “Plano de operação acompanhado com anotação técnica do responsável”.
2984 Votação. Quem for a favor da proposta, por favor, se manifeste. *(Votação. Inaudível)*.
2985 Muito obrigado. Quem for contrário à proposta, por favor, se manifeste. *(Votação.*
2986 *Inaudível)*. Muito obrigado. Quem quiser consignar uma abstenção, por favor, se manifeste.
2987 *(Votação. Inaudível)*. Muito obrigado. Está rejeitada a proposta, portanto. Próximo item, por
2988 gentileza. Doutora Maria Dalce. “Plano de encerramento e uso futuro previsto para a área,
2989 com anotação técnica do responsável”. Eu acredito que essa está prejudicada pela mesma
2990 razão que a anterior. Certo, Dalce? Não havendo nenhuma resistência do plenário, nós
2991 consideramos essa então, prejudicada. Portanto, também não está aceita pela mesma razão.
2992 Pois não.

2993

2994 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2995

2996 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

2997

2998 É o que está colocado.. Se o senhor tiver o texto original nas mãos, o senhor vai verificar
2999 que é isso. Então, essa está prejudicada. Agora, próxima... Vamos votar por ela, porque ela
3000 tem diferenciação. “Apresentação do Projeto Executivo do sistema proposto, com anotação
3001 técnica do responsável, incluindo o sistema de drenagem de águas pluviais das vias de
3002 acesso”.

3003

3004 **Senhor**

3005

3006 Já foi votado.

3007

3008 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3009

3010 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3011

3012 Doutora Maria Dalce tem a palavra, por favor.

3013

3014 **Maria Dalce Ricas – Representante das ONGs da Região Sudeste**

3015

3016 Apesar da proposta do item anterior ter ido rejeitada... Que isso é uma extensão às vias de
3017 acesso, eu entendo... Eu gostaria de aproveitar... Naquele momento, eu não falei, mas eu
3018 gostaria de falar que é o seguinte: Quando eu fiz essa proposta, eu estou me atendendo a
3019 uma particularidade geográfica de Minas Gerais, onde as prefeituras municipais têm
3020 duzentos mil quilômetros de estradas que são responsáveis por carreamento de centenas de
3021 toneladas de sedimentos para os córregos e fundos de vale. Então, a idéia é que, pelo
3022 menos, nessas estradas que dão acesso aos locais de exposição final de lixo, é que as
3023 prefeituras sejam obrigadas a manter uma drenagem mínima, ao invés de ficar utilizando
3024 patrolamento, que apenas solta terra e manda essas terras através das chuvas para o leito
3025 dos córregos. Eu fico até curiosa de saber por que o voto contra, porque para mim é uma
3026 coisa tão óbvia. Eu gostaria até que alguém encaminhasse contra, para que eu pudesse
3027 entender o motivo de se opor a uma coisa que a gente convive lá, no dia a dia, e que me
3028 parece tão lógica.

3029

3030 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3031

3032 Muito obrigado. Doutor Jarbas quer fazer uso da palavra. Então, vamos votar e recusar
3033 novamente. Tem uma conselheira que quer que tu votes.

3034

3035 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3036

3037 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3038 Doutor Jarbas, o senhor quer fazer uso da palavra? Se não, votamos novamente. O senhor
3039 quer fazer uso da palavra? Não. Tem que fazer uso do microfone.

3040

3041 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3042

3043 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3044

3045 Por favor, tem a palavra. Doutora Maria Dalce, vai retirar a proposta. Então, está retirada a
3046 proposta.

3047

3048 **Maria Dalce Ricas – Representante das ONGs da Região Sudeste**

3049

3050 Eu vou retirar, porque eu estou muito preocupada com possíveis tentativas de que a gente
3051 não vote hoje, OGMs.

3052

3053 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3054

3055 Então, está retirada a proposta. Muito obrigado. O senhor tem a palavra. O está com a
3056 palavra. Se o senhor quer fazer uso dela, tem todo direito. A senhora retirou esta proposta,
3057 não as outras? As outras duas são suas também?

3058

3059 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3060

3061 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3062

3063 As outras duas ficaram. Doutor Jarbas, é mais fácil o senhor se dirigir ao microfone lá. Se o
3064 senhor fizer a gentileza, nós ganhamos tempo.

3065

3066

3067 **Jarbas Ribeiro de Assis Júnior - Representante da ANAMMA**

3068

3069 Não vai precisar mostrar mais, mas nós já tínhamos discutido esse assunto. O objetivo
3070 único e exclusivo nosso da entidade da ANAMMA, é o que já foi dito aqui, por uma
3071 própria ONG, que colocou aqui: tudo que for feito para facilitar a implantação de sistema
3072 de tratamento de lixo em qualquer cidade brasileira, é o que nós podemos fazer de melhor.
3073 Criar uma drenagem pluvial na área de acesso, só vai complicar essa questão. Não tem que
3074 entrar nessa resolução. Agora, eu vou dizer o seguinte: lamento a agressão feita pela
3075 senhora Maria Dalce. Eu não quis fazer o nome dela, da outra vez... Nós não estamos aqui
3076 atrasando nada, nada, que a senhora acabou de dizer aqui, agora. A tentativa que eu estou
3077 fazendo é de explicar que nós já tínhamos votado isso, e pelos motivos que eu já coloquei.
3078 Aqui, não é motivo nenhum de atrasar nada. E eu gostaria que a gente pudesse ter uma
3079 convivência saudável e ética com as não-governamentais. Eu espero, viu, dona Maria
3080 Dalce. Pela segunda vez, tive uma grande decepção com a postura da senhora.

3081

3082 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3083

3084 Muito obrigado, pela apresentação dos dois. Nós vamos entrar em votação agora, do item
3085 próximo, que é o acréscimo desse item proposto pela doutora Maria Dalce. Vou dar um
3086 tempo de leitura, a todos.

3087

3088 *(Leitura. Inaudível).*

3089

3090 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3091

3092 Correto o entendimento? Podemos votar? Quem for a favor do acréscimo deste item, por
3093 favor, se manifeste apresentando seu voto e mantendo-o em elevação. Um, dois, três,
3094 quatro, cinco, seis... *(Votação. Inaudível)*. Muito obrigado. Quem for contrário, por favor, se
3095 manifeste. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove... *(Votação. Inaudível)*. Muito
3096 obrigado. Quem quiser consignar uma abstenção, por favor, se manifeste. Uma, duas, três,

3097 quatro, cinco, seis, sete, oito, nove... (*Votação. Inaudível*). Está rejeitada a matéria.
3098 Obrigado. Último item de votação desse item: acréscimo do item “Projeto de Educação
3099 Ambiental e Divulgação do Empreendimento, sob Princípios de Coletiva Seletiva e
3100 Redução de Resíduos”. Quem for a favor do acréscimo desse item, por favor, se manifeste
3101 apresentando seu voto, e mantendo-o (*Votação. Inaudível*) Quem for contrário a esse
3102 acréscimo, por favor, se manifeste. ...Quatro, cinco, seis... (*Votação. Inaudível*). Obrigado.
3103 Quem quiser consignar uma abstenção... (*Votação. Inaudível*). *Ok!* O item está aprovado.
3104 Muito obrigado. Com isso, nós temos vencida essa matéria, e temos então, a discussão... O
3105 doutor Langone estava com a palavra. Eu não sei se ele quer fazer uso. A doutora Marijane
3106 tinha pedido, a respeito da possibilidade de inversão de pauta. A doutora Maria Dalce
3107 quer... Eu perguntei se ele queria; eu não sabia se queria. Certo? E eu não tenho registro,
3108 doutor Langone, de que tenha sido decidido pela inversão de pauta, com relação às OGMs,
3109 o senhor está afirmando de sim. Eu queria que o senhor apresentasse as suas
3110 argumentações, e depois nós consultaremos o plenário, que é soberano para essas questões.
3111 Por gentileza.

3112

3113 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

3114

3115 Eu não tenho registro, presidente, que tenha sido decidido por esse plenário, que esse
3116 assunto fosse o item 5.7. Mas, são testemunhas todos os membros do Conselho, da minha
3117 proposição aqui, que me pareceu aceita pelo plenário e pelo Ministro. O senhor deve
3118 lembrar que no encaminhamento do Ministro, nós fizemos um recurso, e ele **votou** a
3119 discussão da matéria, e nós, objetivamente, estamos propondo que o assunto seja tratado
3120 neste momento, na pauta do CONAMA. Então, se não há clareza entre o plenário e a
3121 presidência sobre a ordem, que nós voltemos a discutir o ordenamento da pauta. E estamos
3122 então, propondo, objetivamente, que esse sistema seja tratado como o próximo ponto da
3123 pauta.

3124

3125 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3126

3127 Muito obrigado, doutor Langone. Doutora Marijane gostaria de uso da palavra. Por favor.
3128 Questão de Ordem?

3129

3130 (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

3131

3132 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3133

3134 Questão de Ordem, ao microfone, por favor, doutora Giovanna. Um momentinho só,
3135 doutora Marijane, por gentileza.

3136

3137 **Giovanna Guiotti Testa – Representante da Presidência da República**

3138

3139 Eu só queria... Como eu não estou há muito aqui no Conselho; eu não conheço todas as
3140 pessoas, eu gostaria de quando as pessoas fossem se apresentar, elas dissessem que elas são
3141 delegadas de qual ONG, porque pelo que me consta, eu acho direito a voz e voto é só para
3142 Conselheiro. Eu não sei. Eu posso estar enganada, porque eu não tenho muita experiência, e
3143 alguns Conselheiros só têm voz, não têm voto... Então, eu gostaria de conhecer isso; que as

3144 pessoas na hora que fossem se apresentar... Porque já que foi invocado tão veementemente
3145 o Regimento Interno, hoje de manhã, com a inclusão na pauta de sobressalto desse tema
3146 que está sendo discutido, eu gostaria também, nesse momento, de invocar o Regimento
3147 sobre isso. Obrigada.

3148

3149 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3150

3151 Doutora Marijane, só um esclarecimento que eu vou prestar, e já lhe dou a palavra, em
3152 seguida. O que nós temos utilizado como método de trabalho, doutora Giovanna , é de
3153 apresentar a palavra apenas aos Conselheiros, caso o Conselheiro sugira que a palavra seja
3154 dada a um não Conselheiro, se não houver manifestação contrária... Usualmente, eu
3155 consultava o plenário, como o plenário sempre concedeu, a gente só faz essa formalidade.
3156 Passa a palavra para um não-Conselheiro. Certo? Agora, se o plenário quiser, ele pode
3157 autorizar ou não autorizar essa passagem de palavra certo? No caso, a doutora Marijane
3158 representa o Greenpeace, e ela está aqui por delegação do ISA, que não esteve presente.
3159 Certo?

3160

3161 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**

3162

3163 Eu não sabia que era a mim que a conselheira estava se referindo. Não. Porque a
3164 conselheira é nova, e realmente não sabe quais são os procedimentos, quer dizer, quando
3165 um Conselheiro passa a um outro, o seu mandato para votar ou palavra, entrega uma
3166 documentação, que foi entregue hoje de manhã, que foi assinada. Eu recebo voto. E todos
3167 aqui... Nunca nós... Que eu me lembre, na longa experiência com o CONAMA, nunca
3168 ninguém usou indevidamente o seu mandato. Eu estou insistindo aqui, reforçando a
3169 proposta do Conselheiro Langone, que nós entremos, coloquemos em pauta agora, a
3170 resolução sobre o licenciamento de transgênicos, já que nós consideramos que essa é a
3171 maneira de respeitar um órgão que se manifestou e se comportou de maneira absolutamente
3172 democrática, durante dois anos, constituindo um grupo de trabalho que foi aberto a todos
3173 aqueles que inclusive pensavam diferente, vários representantes do Ministério de Ciência e
3174 Tecnologia e Agricultura, que estão aqui presentes, e também da **Monsanto**, e de outras
3175 empresas, tiveram oportunidade de num grupo de trabalho - Nós gostaríamos até que os
3176 outros ministérios se comportassem da mesma maneira democrática e aberta que o
3177 Ministério do Meio Ambiente se comportou e tiveram oportunidade durante quase dois
3178 anos, de trazer todas as suas opiniões, tentar nos influenciar; nós também tentamos
3179 influenciá-los, e ao fim se chegou a um produto final, que apareceu bem em pauta, em
3180 dezembro do ano passado, que então, recebeu vistas ao processo, e que nesse momento,
3181 regimentalmente, deve entrar em pauta. E, como o Conselheiro Langone se manifestou, e
3182 acredito que muitos Conselheiros presentes estão preocupados... O adiamento, o
3183 postergamento para mais tarde, como eu já disse aqui anteriormente, significa o
3184 esvaziamento da sessão e, portanto, impedimento que este Conselho manifeste claramente
3185 a sua posição com relação às prerrogativas, porque o que está em jogo aqui, basicamente é:
3186 o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, o CONAMA as ONGs ambientalistas, devem
3187 se preocupar com a questão do Meio ambiente com relação aos transgênicos ou devem
3188 deixar para a CTNBio, que é uma comissão que está sob a égide do Ministério da Ciência e
3189 Tecnologia. Essa manifestação política precisa ser feita hoje. E eu peço ao presidente e a
3190 este Conselho que se manifeste para colocar em pauta, agora, esse ponto. (*Palmas*).

3191
3192 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
3193
3194 Obrigada doutora Marijane. Pela ordem, doutora Maria Dalce. Depois o Miguel Scarcelo
3195
3196 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
3197
3198 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
3199
3200 Maria Dalce passou a palavra. Então, Miguel Scarcelo.
3201
3202 **Miguel Scarcelo – Representante das ONGs da Região Norte**
3203
3204 Olha, o que o Ministro falou no último momento, durante a reunião pela manhã, é que
3205 começaríamos à tarde, discutindo esse assunto. Então, eu acho que houve um equívoco de
3206 ter iniciado com aquela outra proposta de resolução. Então, vamos retomar a palavra do
3207 Ministro. Vamos começar agora, com a discussão do transgênico, e um abraço!
3208 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
3209
3210 Muito obrigado. Doutor Clóvis, da Casa Civil, está pedindo a palavra. Por gentileza.
3211
3212 **Clóvis Ubirajara Lacorte – Representante da Presidência da República**
3213
3214 Senhor presidente, senhores Conselheiros...
3215
3216 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
3217
3218 O senhor tem que falar mais próximo do microfone, virando-o para sua boca, por favor,
3219 senão a gente não ouve. Isso!
3220
3221 **Clóvis Ubirajara Lacorte – Representante da Presidência da República**
3222
3223 Pela manhã, quando examinamos a agenda, o item quatro: “Apresentação das matérias com
3224 pedido em regime de urgência, pedidos de inversão de pauta e encaminhamento de
3225 emendas às matérias da ordem do dia”. Nesse momento, não ficou definido que a inclusão
3226 da matéria de OGMS, seria no início da tarde. Ficou decidido pelo plenário, sim, que ela
3227 seria incluída nesta assembléia de hoje, mas não início da tarde, da forma como foi
3228 colocada e, sim, como está, como consta da atual pauta, no final do dia. Esse é o meu
3229 entendimento. Obrigado.
3230
3231 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
3232
3233 Muito obrigado. Doutor Francisco Soares tem a palavra. Por gentileza. Francisco Soares.
3234 Maria Dalce, em seguida.
3235
3236 **Francisco Rodrigues Soares – Representante da ONGs da Região Nordeste**
3237

3238 Francisco Rodrigues Soares, representante das ONGs do Nordeste. Pois bem, como foi
3239 colocado no início, a matéria que é retirada... Pedido de vista, ela é prioridade de pauta na
3240 primeira reunião, como primeiro assunto a ser discutido. Verificado a falha, foi aprovado
3241 que a matéria entraria em pauta. Diante da importância da matéria, ela também não pode ser
3242 discutida no final do período da sessão plenária. Então, diante de tudo isso, o que nós
3243 devemos hoje fazer, nós ambientalistas e representantes de órgãos ambientais dos estados, é
3244 lutar pela defesa do licenciamento ambiental, que não saia da esfera do meio ambiente, que
3245 é o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente e os órgãos estaduais licenciadores. Então, o
3246 que está em jogo é exatamente a capacidade do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio
3247 Ambiente, que é o órgão responsável pelo licenciamento de qualquer atividade que possa
3248 influenciar na vida humana, como na questão do meio ambiente. Então, é isso que nós
3249 queremos. Que hoje se defenda a independência deste Conselho como órgão balizador da
3250 política ambiental deste País. Os Organismos Geneticamente Modificados, os transgênicos,
3251 esses, sim, têm que ser licenciados pelo órgão que seria federal; o IBAMA e os órgãos
3252 competentes. Se nós deixarmos, é o fim da política ambiental do País. Vamos defender a
3253 independência e o direito do órgão ambiental ser o responsável pelo licenciamento, sem
3254 com isso, querer desconhecer a capacidade de um órgão técnico que possa assessorar com
3255 CNT Bio e o Ministro da Ciência e Tecnologia. Mas, licenciamento ambiental é uma
3256 questão da política ambiental, que cabe ao SINAMA e ao IBAMA. É isso que eu ratifico. E
3257 a matéria tem que ter prioridade de pauta, para ser discutida por este plenário.

3258

3259 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3260

3261 Muito obrigado, doutor Francisco Soares. Pela ordem de inscrição, doutor Márcio Mazzaro,
3262 do Ministério da Ciência e Tecnologia. Tem a palavra, por favor. Questão de Ordem, a
3263 doutora Maria Dalce tem a palavra. Por favor. Doutor Márcio, o senhor aguarda um
3264 instante, por gentileza.

3265

3266 **Maria Dalce Ricas – Representante das ONGs da Região Sudeste**

3267

3268 Senhor presidente, se a questão aqui é entrar em pauta, então vamos votar.

3269

3270 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3271

3272 Tem pessoas pedindo a palavra.

3273

3274 **Maria Dalce Ricas – Representante das ONGs da Região Sudeste**

3275

3276 Porque nós não estamos discutindo se entra na pauta...

3277

3278 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3279

3280 Tem pessoas pedindo a palavra. Nós vamos a desentendimento entre o entendimento dos
3281 Conselheiros.

3282

3283 **Maria Dalce Ricas – Representante das ONGs da Região Sudeste**

3284

3285 Então, o que vocês acham, a gente podia colocar um limite, porque eu estou vendo...

3286

3287 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3288

3289 Doutora Maria Dalce, eu agradeço a sua sugestão. A Questão de Ordem está prejudicada.
3290 Nós vamos ouvir o doutor Mazzaro, e vamos decidir a respeito da matéria a seguir. Por
3291 gentileza.

3292

3293 **Márcio Antônio Mazzaro – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

3294

3295 Senhor presidente, uma coisa tem que ser deixada clara aqui para o Conselho :De nenhuma
3296 forma se tenta tirar a competência do CONAMA ou do SISNAMA, de forma alguma.. A
3297 questão do licenciamento é preservada de todas as formas, como competência do
3298 CONAMA. Única e simplesmente, o que a gente invoca pela Legislação vigente, é que a
3299 identificação do OGM, como potencialmente degradador do meio ambiente, é a
3300 competência legal da CNT Bio. Portanto, eu creio que a paixão ideológica não deve
3301 prevalecer aqui neste Conselho , deve haver a razão; a ciência deve prevalecer, respeitando
3302 o meio ambiente. Então, eu apelo para a sensibilizar e uma discussão, e que o assunto seja
3303 incluído na pauta, como foi decidido na parte da manhã, ou seja, esgota-se a pauta, e logo
3304 em seguida a gente discute a questão do OGM.

3305

3306 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3307

3308 Nós temos um desentendimento. Não tem mais nenhum inscrito. O doutor Miguel Scarcelo
3309 já se manifestou. E eu coloco a seguinte situação, em relação ao Conselho : o meu
3310 entendimento também era de que esse assunto tinha que Ter sido decidido para ser
3311 colocado no final da pauta. Não sendo esse o entendimento dos Conselheiros...

3312

3313 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3314

3315 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3316

3317 Uma Questão de Ordem, por gentileza. Questão de Ordem, por favor, doutor Miguel
3318 Scarcelo. Então, eu pretendo colocar em votação, se nós mantermos na pauta... Questões
3319 omissas... Teoricamente, a pauta está definida pelo entendimento de alguns; de uma forma
3320 por uns, e de outra forma, por outros.Nós vamos votar a respeito disso. Aquela prevalente
3321 será a assumida pela mesa.Então, nós vamos colocar em votação, se nós mantemos a ordem
3322 de OGMS como próximo assunto ou como último assunto da ordem do dia. Esta é a
3323 posição da mesa. Se ninguém tem mais nenhuma discussão, então, eu pretendo colocar em
3324 votação. Aqueles que forem a favor de que OGM seja o assunto tratado de imediato que,
3325 por favor, manifestem-se mostrando seus votos e mantendo-os elevados para efeito de
3326 votação. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove... *(Votação. Inaudível)*. Muito
3327 obrigado. Quem for contrário a que OGM seja o próximo assunto a ser discutido, por favor,
3328 se manifeste, apresentando seu voto e mantendo-o elevado para efeito de contagem. Um,
3329 dois, três, quatro, cinco, seis, sete... *(Votação. Inaudível)*. Quem quiser consignar sua
3330 abstenção, por favor, se manifeste. Uma, duas abstenções.Então, está prejudicada a

3331 proposta de que o OGM seja discutido a posterior. Será discutido imediatamente. Nós
3332 vamos passar... De imediato, eu gostaria de pedir para o senhor...
3333 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
3334
3335 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
3336
3337 Questão de Ordem. Doutor Joels, por gentileza, tenha a palavra... Não. Questão de Ordem,
3338 ao microfone, por gentileza.
3339
3340 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
3341
3342 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
3343
3344 Você tem a votação anotada aí?
3345
3346 **Senhora**
3347
3348 Vinte e oito, dezesseis...
3349
3350 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
3351
3352 Vinte e oito, dezesseis e dois. *Ok!* Então, por gentileza.
3353
3354 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
3355
3356 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
3357
3358 Doutor Antônio Carlos, o senhor poderia introduzir essa matéria, na ausência do relator,
3359 doutor Benjamim Sicsú? Doutor Joels, o senhor está se propondo a fazer a apresentação?
3360
3361 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
3362
3363 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
3364
3365 Então, ao microfone, por gentileza.
3366
3367 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**
3368
3369 Eu gostaria de pedir verificação de quorum para deliberar sobre a matéria.
3370
3371 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
3372
3373 Bem, então faremos uma chamada nominal, se for este o caso. Certo? Doutora Marijane,
3374 por gentileza, quer fazer uso da palavra?
3375
3376 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
3377

3378 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3379

3380 Sobre a questão do quorum..Só um esclarecimento, doutora Marijane...

3381

3382 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**

3383

3384 Eu não sou uma conhecedora do regimento, mas eu não achei nenhum artigo que fale de
3385 verificação do quorum, como condição para que o CONAMA continue. Todas as votações
3386 têm que ser decididas por maioria simples. Se alguém conhecer melhor o Regimento,
3387 conhecer essa cláusula, é interessante.

3388

3389 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3390

3391 Nós temos, para informar ao doutor Joels, vinte e oito votos a favor da discussão de OGMS
3392 imediata, dezesseis contrários e duas abstenções, o que perfazem um total de quarenta e seis
3393 votos. Essa é uma informação.Nós podemos fazer uma contagem nominal, se for o caso.
3394 Doutora Marijane questiona se é o caso de se discutir ou não essa questão de quorum e o
3395 doutor Finotti pede a palavra com relação a esse assunto, e depois eu gostaria de ouvir o
3396 doutor Vicente a respeito dessa questão também.

3397

3398 **Paulo Finotti – Representante das OGNs da Região Sudeste**

3399

3400 Senhor presidente e senhores Conselheiros, infelizmente, ao que se saiba, o quorum é de
3401 metade mais um, para o início das atividades; não se refere o Regimento Interno, a respeito
3402 do processo de continuidade das atividades, tampouco da discussão e votação sobre as
3403 propostas. Infelizmente, repito eu.

3404

3405 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3406

3407 Doutor Tibério, da CNA pede a palavra. Por gentileza.

3408

3409 **Tibério Leonardo Guitton – Representante da CNA**

3410

3411 Como a próxima intervenção é do doutor Vicente, eu vou aproveitar a oportunidade para
3412 fazer uma pergunta: eu entendo que, de fato, o Regimento não estabelece como as decisões
3413 serão tomadas a respeito da quantidade de Conselheiros presentes. De fato, há uma
3414 referência ao início da sessão, com a maioria simples. Mas isso não pode ser adotado para o
3415 dia inteiro, porque a reunião tem um prazo para encerrar; há Conselheiros que precisam
3416 retornar, e eu nunca recebi a delegação de quem quer que seja, para votar por ela, quer
3417 dizer, nós não temos aqui, acordos de liderança. Então, como o Regimento não trata disso,
3418 eu entendo que o quorum, maioria simples, é necessário para a votação das matérias
3419 também.E outra coisa, o Regimento, é o Regimento do Conselho Nacional de Meio
3420 Ambiente, que é um órgão integrante da estrutura do Ministério do Meio Ambiente. Ele é
3421 um órgão administrativo, não é um órgão legislativo. Nós entendemos que o consenso deve
3422 ser perseguido, mas se isso não for, não pode uma votação com meia dúzia de membros -
3423 não é o caso, ainda bem! – mas, nós poderíamos chegar a esse ponto, e seria inaceitável

3424 deliberações com essa quantidade insuficiente, para uma matéria de tamanha importância.
3425 Obrigado.

3426

3427 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3428

3429 Muito obrigado. Doutor Vicente, o senhor poderia nos dar o seu esclarecimento jurídico a
3430 essa questão, por gentileza?

3431

3432 **Vicente Gomes da Silva– Procurador Geral do IBAMA**

3433

3434 Começou a complicar *heim*, rapaz? Esse negócio...Mas, a doutora Celeste – vejo ali – a
3435 doutora Celeste que é especialista em Regimento Interno. A doutora Celeste pode me
3436 ajudar nessa questão.

3437 Veja bem, naturalmente que o nosso Regimento do CONAMA não fala, depois de você.
3438 Iniciada a sessão, sobre a questão de deliberação, do ponto de vista de verificação de
3439 quorum, fala sim, pelo artigo dez, que a deliberação será por maioria simples. Então, veja: a
3440 praxe dos regimentos que têm essa formatação de deliberação em plenário, é de que
3441 verificação de quorum, via de regra, se dá no início da sessão, e depois passa-se a deliberar
3442 com aquele quorum que você tiver presente. É óbvio que em matérias que são
3443 controvertidas, as partes utilizam todos os recursos possíveis que existem; e o Regimento,
3444 via de regra, é um dos instrumentos. A gente vê isso, assiste a isso no Congresso Nacional,
3445 freqüentemente. Mas, no nosso... No Regimento Interno do CONAMA, ele apenas fala da
3446 maioria simples; o artigo dez. Enfim. Agora, eu acho que o que é mais importante é a
3447 própria soberania deste plenário, quer dizer, eu acho que, pelo menos, aparentemente, pelo
3448 que vejo aqui, de verificação de quorum, me parece que poderia até conferir, se for o caso,
3449 aparentemente tem realmente a maioria simples aqui no plenário. Então, acabou de votar
3450 que a proposta de inversão de pauta que, inclusive, dá uma sinalização de quantos presentes
3451 têm aqui. E ...

3452

3453 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3454

3455 Infelizmente, Vicente, não é fato. São noventa e nove membros votantes, segundo me
3456 informa a doutora... Noventa e oito. Portanto, o quorum seria cinquenta membros. E nós
3457 temos quarenta e seis

3458

3459 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3460

3461 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3462

3463 Quantos membros presentes, hoje? Temos quarenta e seis que votaram. Certo?

3464

3465 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3466

3467 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3468

3469 Podemos fazer a contagem depois, individual.

3470

3471 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3472

3473 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3474

3475 De qualquer forma...

3476

3477 **Vicente Gomes da Silva– Procurador Geral do IBAMA**

3478

3479 Independentemente dessa questão, eu acho que ela se resolve realmente com esse
3480 encaminhamento, mas eu queria lembrar o seguinte: há pouco eu falei com o Ministro, e
3481 quando me abstive nessa votação da inversão de pauta, foi justamente porque, de fato, eu
3482 entendi que ficou deliberado de manhã, pelo plenário e também pelo encaminhamento do
3483 senhor Ministro, foi de que esgotada a pauta, passaria a discussão realmente dessa matéria.
3484 Enfim, mas como resolveu inverter a pauta, eu me abstive, mas eu falei agora há pouco
3485 com o Ministro, e ele disse o seguinte: "Olha, essa matéria, além de ser extensa, é
3486 complexa, e tem várias propostas de emendas, quer dizer, vai se discutir e vai se burilando
3487 e trabalhando o texto, e caso chegue à conclusão de que possivelmente finalizá-lo, o que se
3488 poderia é marcar uma outra reunião extraordinária, no menor tempo possível, para dar
3489 continuidade ou para discutir a finalização disso". Quer dizer, na realidade, o que ele está
3490 propondo é que haja realmente um avanço, que se trabalhe e vá se aperfeiçoando o texto,
3491 partindo do princípio de que hoje ficaria muito apertado para uma conclusão final dessa
3492 proposta, e se marcaria uma extraordinária ou uma continuidade desta, como o Paulo
3493 Finotti propôs há pouco, para a gente fazer realmente o fechamento do texto. Essa seria a
3494 idéia. A doutora Celeste quer...

3495

3496 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3497

3498 Muito obrigado, doutor Vicente. A doutora Celeste quer fazer uso da palavra? Foi citada
3499 para fazer isso? Gostaria? Então, por favor, tenha bondade! A doutora Celeste representa
3500 também a Casa Civil, nesta reunião. Secretaria Geral da Presidência da República.

3501

3502 **Maria Celeste Guimarães - Representante da Presidência da República**

3503

3504 Era só para ponderar, Vicente: decisões, inclusive, de tribunais quanto à matéria de
3505 Regimento Interno...

3506

3507 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3508

3509 Mais perto do microfone, por favor, doutora Celeste.

3510

3511 **Maria Celeste Guimarães - Representante da Presidência da República**

3512

3513 ...De órgãos deliberativos, inclusive, como o CONAMA, definem que quando o regimento
3514 é omissivo no caso de votação, vale o quorum de início, quer dizer, o quorum que tiver
3515 definido é o que vale a qualquer momento, se houver alguma discussão. O que eu acho que
3516 está em jogo nesse assunto, é o seguinte: o CONAMA é um órgão deliberativo de extrema
3517 importância, e que as decisões valem, inclusive, como... Elas têm peso de lei. Então,

3518 qualquer decisão que for tomada, eu acho que tem que ser tomado o cuidado com quorum,
3519 com como vai ser feito, porque ela vai ter peso de lei. E uma contestação numa decisão do
3520 CONAMA, eu acho que a gente tem que levar em conta esses assuntos, esses pontos. O que
3521 a gente poderia fazer, é ligar para as pessoas, vê se ficam ou então, prorrogar a sessão para
3522 um outro dia; amanhã, na segunda-feira, algum outro dia, ou então hoje até altas horas, mas
3523 com quorum.

3524

3525 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3526

3527 Doutora Celeste, há três entendimentos que eu gostaria de esclarecer: a muitos
3528 Conselheiros novos - a senhora não é o caso, pois já participou de outras reuniões -, mas
3529 basicamente é o seguinte: o CONAMA, de fato, como colocou o doutor Finotti, tem, em
3530 várias ocasiões, deliberado sem que haja o quorum da metade mais um, dos seus membros
3531 presentes. Isso não é desconhecido de todos, mas nunca houve um pedido formal de
3532 verificação de quorum. Na verdade, houve a manifestação da intenção retirada. Nós
3533 estamos numa situação diferenciada para mim que, aliás, como o doutor Paulo não está aqui
3534 presente, sou o único Conselheiro que participa há vinte anos deste CONAMA; desde a
3535 primeira reunião, eu estou vendo uma situação inusitada. Certo?. Nessas condições, o que
3536 acontece é o seguinte: nós temos três situações e, entre elas, a situação de salvaguardar a
3537 decisão do CONAMA. Não foi dito pela doutora Celeste, mas está embutido na sua fala
3538 que se nós tomarmos uma deliberação sem quorum - que eu gostaria de verificar, em
3539 particular se temos ou não; não fizemos isso ainda em pente fino; se tivermos,
3540 continuaremos, se não tivermos, temos duas possibilidades: continuar a discutir a questão
3541 dos OGMS, certo? Sabendo que essa decisão poderá ser contestada judicialmente – foi o
3542 que a doutora Celeste colocou - ou marcar uma reunião extraordinária, ou continuar a
3543 discutir, e se chegarmos a uma conclusão – corremos esse risco – e se não chegarmos a uma
3544 conclusão, marcamos uma reunião extraordinária. Eu estou mencionando reunião
3545 extraordinária, doutora Celeste, já que hoje de manhã, o doutor Finotti já fez a proposta de
3546 uma reunião em aberto, e houve uma tendência maior por uma reunião extraordinária, que é
3547 a que o Presidente do CONAMA está também propondo, que é o senhor Ministro José
3548 Carlos Carvalho. O doutor José Alves pede a palavra? Então, tem a palavra. Por favor.
3549 Depois, eu gostaria de fazer uma verificação de quorum antes de continuar, por gentileza.

3550

3551 **José Alves**

3552

3553 Acredito que agora, independente de motivo de deliberação, a verificação de quorum é
3554 necessária, porque foi questionado aqui, pelo Ministério de Ciência e tecnologia, o quorum.
3555 Então, acho que a gente tem que checar o quorum para poder deliberar qualquer tipo de
3556 coisa, e não apenas a questão dos transgênicos.

3557

3558 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3559

3560 Muito obrigado. Então, sem mais delongas, já que questão de tempo também já foi cobrada
3561 da mesa, eu pretendo fazer uma chamada... E se alguém estiver lá fora, por
3562 gentileza...Verifique lá, por favor, para chamar, por favor. Certo? Verifiquem quem está lá
3563 fora. Ademar de Miranda Torres, representante do Ministério da Justiça, ou seu suplente,
3564 Carlos Hugo Suarez. Está presente.

- 3565 - Adriana Ramos.
3566 - Mario Mantovani ou seu representante, que está aqui.
3567 - Alexandrina Moura. Presente.
3568 - Almir Augusto Chaves, Ministério do Trabalho. Não está presente.
3569 - Álvaro de Souza Neto, Ministério de Comunicações. Presente.
3570 - André Corrêa da Silva, Governo do Estado do Rio de Janeiro ou Axel Grael, seu
3571 substituto. Não está presente.
3572 - Antônio Alves de Almeida ou Luiz Dutra. Não está presente; representante da
3573 Confederação Nacional dos Trabalhadores. Ah! Está presente. Muito obrigado.
3574 - Antônio Herman Benjamim ou Eládio Luiz da Silva. Eládio, presente. Obrigado.
3575 - Antônio Luiz Barbosa ou Eline Alves de Moraes, Governo do Distrito Federal.
3576 Ausente.
3577 - Antônio Marsiglia Neto ou Bertoldo Silva Costa. Presente. ABES.
3578 - Antônio Sérgio Filocreão ou Antônio Carlos Farias, Governo do Estado do Amapá.
3579 Presente. Obrigado.
3580 - Ariel Garces Pares ou Carlos Viriato Sousa Lima, Ministério do Planejamento.
3581 Ausente.
3582 - Assuero Doca Veronez ou Tibério, CNA. Presente.
3583 - Benjamim Sicsú ou Antônio Carlos Mendes, Ministério do Desenvolvimento,
3584 Indústria e Comércio Exterior.

3585

3586 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3587

3588 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3589

3590 Não. Queríamos vê-lo aqui dentro do plenário.

3591

3592 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3593

3594 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3595

3596 Está bem! Está aqui presente? Então, tudo bem!

- 3597 - Comandante Marcos Lourenço de Almeida ou Comandante Renato Batista, do
3598 Comando da Marinha do Brasil. Presente. Muito obrigado.
3599 - Carlos de Deus ou Jairon Nascimento, Governo do Estado do Acre. Ausente.
3600 - Carlos de Moura Delfhim ou Isolda dos Anjos Honnen, Ministério da Cultura. O
3601 Carlos Delfhim estava aí. Saiu? Ausente.
3602 - Coronel Engenheiro Luiz Mensório. Presente. Ministério da Defesa. Muito
3603 obrigado.
3604 - Coronel de Infantaria Dorgival Franco, Comando do Exército Brasileiro ou seu
3605 suplente, Coronel Sebastião Silvestre. Presente. Muito obrigado.
3606 - Coronel **Clodomir** Ramos Marcondes ou Major Alexandre de Oliveira Corrêa,
3607 dos Comandos Militares do Corpo de Bombeiro. Muito obrigado. Presente.
3608 - Célio França.

3609

3610 **Senhor**

3611

3612 Acabou de sair.

3613

3614 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3615

3616 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3617

3618 Então, saiu?

3619

3620 **Senhor**

3621

3622 Saiu.

3623

3624 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3625

3626 Então, coloca uma interrogação. Que volte. Tem que estar presente aqui. Certo? Quando ele chegar, nós consideraremos sua presença. Deixa uma interrogação, por favor.

3627

3628 - Celso Castilho de Souza ou Ivon Borges Martins, Governo do Estado de Minas Gerais. Não está presente.

3629

3630 - Cláudio Langone. Está aqui presente. Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

3631

3632 - Clóvis Ubirajara Lacorte ou Ivanildo Fransoli, Casa Civil da Presidência da República. O Clóvis está aqui?

3633

3634

3635 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3636

3637 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3638

3639 Então, deixa uma interrogação.

3640 - Coronel Aviador Olimar Vieira de Oliveira, Aeronáutica. Presente. Muito obrigado.

3641

3642 - Deputada Fabíola Alencar, do Governo do Estado do Ceará ou seu suplente, Enílida Braid. Presente. Muito obrigado.

3643

3644 - Deputado Luciano Pizzatto ou Deputado Fernando Gabeira, da Comissão de Defesa do Consumidor. Não estão presentes.

3645

3646 - Diniz de Oliveira Imbroisi ou Márcio Leão Coelho, do Ministério da Fazenda. Não está presente.

3647

3648 - Domingos Sávio Pinto ou Marialva Lyra da Silva, do Governo do Estado do Espírito Santo. Ausente.

3649

3650 - Edgar Antônio Teixeira ou André Luiz Ferro, do Conselho Nacional dos Transportes-CNT. Ausente.

3651

3652 - Edmundo Ramos Filho, do Governo Municipal da Região Nordeste. Não está presente. Ausente.

3653

3654 - Eliana Nicolini ou Luiz... Eliana, presente. Muito obrigado. Gabinete da Segurança Institucional.

3655

3656 - Edmundo Ramos...

3657

3658 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3659

3660 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3661

3662 Está formalizado como suplente? Nós não temos...

3663 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3664

3665 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3666

3667 Foi encaminhado pelo menos? Então, consideramos presente. Presente.

3668 - Emanuel Aresti ou José Alberto de Silva Colares, Governo do Estado do Pará.
3669 Ausente.

3670 - Ernane Galvêas ou Leopoldo Garcia, Confederação Nacional do Comércio.
3671 Leopoldo Brandão. Ausente.

3672 - Escrawen Sompre ou Paulo Celso de Oliveira, da Comunidade Indígena.
3673 Presente. Obrigado.

3674 - Eugênio Antinoro ou Joaquim Quirino Júnior; João Quirino Júnior, da
3675 Associação Brasileira de Agências de Viagens. Ausente.

3676 - Fidélis Júnior Paixão, Entidades Ambientalista da Região Norte. Ausente.

3677 - Francisco Sarmento, Governo do Estado da Paraíba ou seu suplente, Erasmo
3678 Lucena. Ausente.

3679 - Francisco Soares, representação de todo o Nordeste. Presente. Obrigado.

3680 - Frans Vargas, Ministério do Esporte e Turismo. Presente. Obrigado.

3681 - Frederico Muller, Governo do Estado do Mato Grosso ou seu suplente, Dailor
3682 Romio. Ausente.

3683 - Geraldo Magela de Souza. Presente. Obrigado. Governo do Estado do Rio
3684 Grande do Norte.

3685 - Gerson de Almeida ou Jarbas Ribeiro de Assis. Os dois. Gerson, muito
3686 obrigado. Presente.

3687 - Guilherme Franco Neto, Ministério da Saúde ou Maria Lúcia Carneiro.
3688 Ausente.

3689 - Hamilton Nobre Casara ou Vicente. Presente. Representando o IBAMA,
3690 Vicente Gomes da Silva.

3691 - Henrique Brandão Cavalcanti ou Maria Tereza Jorge Pádua, FUNATURA.
3692 Não está anotado que ele esteve. Ausente.

3693 - Henrique Villa, Ministério da Integração Nacional, ou sua suplente, Wanda
3694 Dias Fonseca. Ausente.

3695 - Horácio Schneider, Comunidade Científica. Presente. Obrigado.

3696 - Ieda Maria Rizzo, Ministério dos Transportes ou suplente, Luiz Guilherme
3697 Vercillo. Presente. Muito obrigado.

3698 - Jairo Costa ou Almirante Ibsen Câmara, FBCN. Ausente.

3699 - Jane Carol Azevedo, Secretaria de Estado de Comunicação do Governo.
3700 Presente. Muito obrigado.

3701 - Jerson Kelman ou seu suplente, Jair Sarmento, da ANA. Ausente.

3702 - João Macagnan. Presente. Governo do Estado de Santa Catarina.

3703 - José Alberto Santos, Confederação Nacional da Indústria.

3704

3705 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3706

3707 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3708

3709 Então, está ausente.

3710 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3711

3712 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3713

3714 Tem que estar aqui dentro.

3715 - Ou Carlos Regazzi, da ABIQUIM. Ausente.

3716 - José Álvaro Carneiro. Presente. Obrigado.

3717 - José Andreguetto ou Mário Rasera, do Governo do Estado do Paraná. Presente. Obrigado.

3718 - José Goldemberg ou Paulo Ferreira, Governo do Estado de São Paulo. Ausente.

3719 - José Pedro Costa, Ministério do Meio Ambiente. Presente.

3720 - José Ribamar Oliveira ou Luiz Flávio Carvalho, Governo do Estado de Rondônia. Ausente.

3721 - José Ricardo Franco, Entidade Municipalista de Âmbito Nacional ou Francisco Plínio Valério. Ausente.

3722 - Kathia Maria Monteiro, Entidades Ambientalistas da Região Sul ou Tomaz Vieira. Presente. Obrigado.

3723 - Leila Araújo, Governo Municipal da Região Norte. Presente. Obrigado.

3724 - Lívio Carvalho ou Isac Braz da Cunha, do Estado do Tocantins. Ausente.

3725 - Lucila Viana ou Carlos Alberto Xavier, do Ministério da Educação. Ausente.

3726 - Luiz Antonio Carreira ou Fausto Azevedo, da Bahia. Presente, Fausto. Obrigado.

3727 - Luiz Carlos Joels, Ministério da Ciência e Tecnologia. Presente. Obrigado.

3728 - Luis Fernando Krieger, Governo Municipal da região Sul. Presente. Suplente? Seu nome?

3729

3730 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3731

3732 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3733

3734 - José Constantino Sommer. Muito obrigado.

3735 - Márcio Portocarreiro, Governo do Estado do Mato Grosso do Sul ou Nereu Fontes. Ausente.

3736 - Márcio Vaz dos Santos... Estava aqui o Márcio. Está ali. Obrigado. Governo do Estado do Maranhão, presente.

3737 - Maria Celeste Guimarães, representando a Secretaria Geral da Presidência da República. Presente. Muito obrigado.

3738 - Maria da Graça Amorim, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura-CONTAG, ou suplente, Luis Faleiro. Ausente.

3739 - Maria Dalce Ricas. Presente.

3740 - Marília Marreco Cerqueira. Presente.

3741 - Maurício Galinkin, das Entidades Ambientalistas da Região Centro-Oeste. Presente. Obrigado.

3742

3743 - Miguel Scarcelo, Entidades Ambientalista da Região Norte. Presente. Obrigado.

3753 - Ministro Everton Vargas, Relações Exteriores, ou Fábio Pitaluga. Tinha uma
3754 representante do Ministério das Relações Exteriores, de manhã. Ela não está?

3755

3756 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3757

3758 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3759

3760 Sim, mas tem que estar presente aqui. Você já avisou que nós estamos fazendo chamada?

3761

3762 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3763

3764 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3765

3766 Então, está ausente.

3767 - Nadja Araújo, Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da
3768 República. Presente. Muito obrigado.

3769 - Nelson Barboza Leite, da SBS, ou suplente, Marcílio Caron Neto. Ausente.

3770 - Paulo de Tarso Silva, Governo do Estado do Piauí – estava de manhã - ou Sérgio
3771 Alexandre Pinheiro. Ausente.

3772 - Paulo Finotti, Entidades Ambientalistas da Região Sudeste. Presente. Muito
3773 obrigado.

3774 - Paulo Nogueira Neto - teve que se ausentar, estava fazendo uma palestra.
3775 Tem o seu suplente, que é o Heloiso... Está aqui... Bueno. Presente.

3776 - Paulo Souza Neto, Governo do Estado de Goiás, ou suplente, Pedro da Costa
3777 Novaes. Ausente.

3778 - Pedro Ramos de Souza, Populações Tradicionais. Presente. Muito obrigado.

3779 - Rafael Liberal Santana, Ministério da Previdência e Assistência Social, ou
3780 suplente, Luciano Bissi. Presente. Obrigado.

3781 - Reynaldo Nunes de Moraes, Governo do Estado de Sergipe. Presente.
3782 Obrigado.

3783 - Rinaldo Junqueira, Ministério da Agricultura e Abastecimento. Presente.
3784 Obrigado.

3785 - Roberto Alves Monteiro, membro honorário. Presente. Obrigado.

3786 - Rudolf Bühler, Instituto Brasileiro de Siderurgia, ou suplente, Maria
3787 Cristina Yuan. Estava de manhã; não está. Ausente.

3788 - Sandra Menezes, Governo do Estado de Alagoas, ou suplente, Servio Túllio
3789 Vasconcelos. Ausente.

3790 - Sérgio Pillon Guerra, Governo do Estado de Roraima, ou Antônio
3791 Evangelista Sobrinho. Ausente.

3792 - Sérgio Seiko Yonamine, Governo Municipal - Região Centro-Oeste.
3793 Ausente.

3794 - Sílvia Cappelli, Ministérios Públicos Estaduais. Presente.

3795 - Solon Mauro Sales Entidades Ambientalistas da Região Nordeste. Presente.
3796 Obrigado.

3797 - Stela Goldstein, Governo Municipal - Região Sudeste. Estava presente; não
3798 está mais. Ausente.

- 3799 - Vicente Queiroz, Governo do Estado do Amazonas, ou sua representante,
3800 Marina que está aqui, oficializada. Presente. Obrigado.
3801 - Virgílio Moreira Filho, Confederação Nacional da Indústria, ou suplente,
3802 Roosevelt da Silva. Ausente.
3803 - Welson Gasparini, Entidade Ambientalista de Âmbito Nacional ou Ruy
3804 Born. Ausente.

3805 Cinquenta e quatro. Temos dois a conferir ainda, que ficaram em dúvida. Quem são? Célio
3806 França e Clóvis Ubirajara Lacorte ou Ivanildo... Ou Ivon Borges Martins. Ausentes. Então,
3807 temos cinquenta e quatro presentes. Temos quorum, e vamos dar então, continuidade -
3808 (*Palmas*) - ao desenvolvimento da reunião.

3809

3810 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3811

3812 Eu não tenho essa condição. Se como Ministério... Se a representante do Ministério Público
3813 me permitir fechar a porta, eu fecharia. Bem, então, vamos dar início...

3814

3815 (*Interferência fora do microfone. Inaudível*).

3816

3817 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3818

3819 Bráulio, você faz o encaminhamento da matéria?

3820 Doutor Paulo Finotti, poderia fazer o encaminhamento da matéria?

3821

3822 (*Interferência fora do microfone. Inaudível*).

3823

3824 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3825

3826 Transgênicos.

3827

3828 (*Interferência fora do microfone. Inaudível*).

3829

3830 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3831

3832 Sim, mas eu falei com a doutora Sílvia. Doutor Finotti, por gentileza, o encaminhamento da
3833 matéria. Depois eu dou a palavra a você...

3834

3835 **Paulo Finotti – Representante das OGNs da Região Sudeste**

3836

3837 Muito obrigado, senhor presidente. Será que os de fora vão entrar? Ou isso virou pistão de
3838 gafeira: quem está fora, não entra; quem está dentro, não sai? Senhoras e senhores, me
3839 compete neste momento, uma dura e árdua tarefa, além do ano e meio mais um pouco, com
3840 quatorze reuniões do grupo de trabalho que coordenei. No entanto, antes de fazer o
3841 encaminhamento, eu vou fazer um apelo e, quem sabe, alguma coisa que consiga consenso
3842 nas nossas atividades. Apesar de eu, pelo menos, ter conhecimento, agora não tanto,
3843 porque muitas resoluções passaram depois desta proposta da redação desse nosso trabalho,
3844 eu, particularmente, e vou falar isso com uma grande sinceridade que sempre me fez fazer
3845 comentários neste plenário, não me sinto em condições nem emocionais, nem do

3846 conhecimento completo para deliberar. Assim sendo, hoje, pela manhã, eu apresentei uma
3847 proposta de que nós ficássemos num processo chamado Assembléia Permanente ou
3848 Reunião Permanente. Por quê? Nós podemos, como fazemos sempre em todas as propostas
3849 apresentados, deliberarmos sobre aquela que foi apresentada pela Câmara Técnica de
3850 Controle Ambiental, após ter passado pelo grupo de trabalho, durante quatorze reuniões,
3851 com uma defesa, até podemos dizer, a favor e outra, contra. E a partir do momento em que
3852 houvesse a deliberação, e eu, particularmente, proponho para que seja aprovada a proposta
3853 apresentada pela Câmara, que é aquela que nós temos parte dela, colocada à tela, este
3854 Conselho entrasse em reunião permanente para que os destaques fossem discutidos como o
3855 são normalmente, após tal aprovação. Isso seria politicamente, uma posição coerente com a
3856 dignidade deste Conselho, ao mesmo tempo, não haveria aquela influência emocional em
3857 que todos nós estamos envolvidos neste momento. E esta proposta, através desses destaques
3858 que seriam apresentados na continuidade desta reunião, em data a ser marcada em consenso
3859 por este plenário, ela teria condição até de ser totalmente reformulada, se fosse o caso. No
3860 entanto, de uma maneira racional, lógica e, ao mesmo tempo, favorecendo a política
3861 ambiental deste País. Então, senhor presidente e senhores Conselheiros, antes de dar o
3862 encaminhamento normal a este tipo de atividade, eu solicitaria e até gostaria de fazer um
3863 apelo a este raciocínio. Isso não é coisa nova dentro de qualquer plenário. Isso é usual em
3864 situações como a que nós estamos tendo hoje, e desta forma, de acordo com o que o
3865 plenário deliberasse, nós daríamos prosseguimento.

3866

3867 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3868

3869 O doutor Langone apresentou uma Questão de Ordem. Está presente? Ele havia pedido...
3870 Por favor, doutor Langone.

3871

3872 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

3873

3874 Ela perde um pouco atualidade. Eu só gostaria de registrar aqui o seguinte: é a primeira vez
3875 que nós fazemos esse tipo de verificação de quorum, e depois nós discutiríamos como
3876 iríamos aplicar isso, mas, objetivamente, a Presidência e a Secretaria Executiva precisam
3877 ter uma opinião, uma posição, porque regra regimental não se discute, se... E casos omissos
3878 têm que ser resolvidos ou pelo plenário ou pela Presidência, sobre como nós aplicamos essa
3879 questão do quorum. Isso ficou superado, mas eu estou sugerindo à Presidência, que esse
3880 assunto seja tratado e haja um posicionamento sobre isso, porque, senão nós geramos uma
3881 jurisprudência aqui. Ou nós trabalhamos como trabalhamos até hoje, em que se considerou
3882 o quorum de instalação, ou nós mudaremos a regra, e talvez tenhamos que alterar o
3883 regimento, definindo que na hora da votação também tem que contar o quorum da
3884 instalação, que era uma outra interpretação, que foi apresentada aqui. Como nós temos
3885 quorum, isso fica resolvido para esta reunião, mas para as próximas, é importante termos
3886 clareza disso.

3887

3888 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3889

3890 Doutor Langone, agradecendo a vossa sugestão... O doutor José Carlos já havia anunciado.
3891 Eu repito àqueles que não atentaram a esse fato, que nós temos a proposta de que haverá
3892 uma reunião específica para discutir a respeito da questão... Uma reunião extraordinária

3893 para discutir a respeito do Regimento. Então, este assunto, sendo regimental, o ideal dos
3894 ideais é que não fique para interpretação da Presidência, que é uma situação muito
3895 incômoda, mas que seja contribuição dos Conselheiros para que conste do Regimento
3896 Interno com toda clareza.

3897 Eu acho que nós não estamos **tregiversando**, e não vamos entrar nessa discussão agora, eu
3898 estou apenas remetendo isso para que não fique uma questão de discussão. Então, outra
3899 Questão de Ordem. Por gentileza, doutor... Pois não!Doutor Rinaldo pediu Questão de
3900 Ordem também, eu não sabia que era Questão de Ordem, eu pensei que fosse palavra. O
3901 doutor José Álvaro tem a palavra, em primeiro lugar, e depois, o doutor Rinaldo, uma
3902 Questão de Ordem também.

3903

3904 **José Álvaro da Silva Carneiro – Representante das ONGs da Região Sul**

3905

3906 A sugestão do Conselheiro Finotti, que me parece inteligente e que atende a alguns anseios
3907 aqui do plenário, eu queria saber se é regimentalmente possível.

3908

3909 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3910

3911 Nós teríamos três hipóteses, no meu entendimento. Vocês me corrijam se houver outras, o
3912 plenário é soberano: para manter uma reunião aberta - a doutora Celeste também se
3913 manifestou a respeito desse caso... O assunto, sem dúvida nenhuma, é longo, difícil e árduo
3914 e, inclusive, o próprio Ministério do Meio Ambiente tem lutado em posição firme sobre
3915 este assunto. O doutor Bráulio está aqui, e gostará de, no momento oportuno, fazer
3916 apresentar a sua opinião a respeito desta questão, já que nós tivemos apenas algumas
3917 respostas dos pedidos de vistas, como foi já informado para os senhores, na parte da manhã.
3918 Mas, existe a hipótese de nós terminarmos o assunto nesta reunião, se não terminar, então
3919 aparece a hipótese do doutor Finotti, de uma reunião postergada permanecer em aberto,
3920 seria a primeira vez que isto correria. Não me consta que o Regimento mencione isso, mas
3921 não me consta que seja contrário. Certo? Eu já perguntei isso aqui, à doutora Eleonora. A
3922 outra hipótese seria de encerrar a reunião e recomeçá-la numa reunião extraordinária, que
3923 foi o que inicialmente alguns manifestaram. Mas, o plenário será soberano sobre qualquer
3924 uma das três hipóteses que nós temos. Questão de Ordem. Em primeiro o doutor Rinaldo,
3925 por gentileza, representante do Ministério da Agricultura. Por favor.

3926

3927 **Rinaldo Junqueira de Barros – Representante do Ministério da Agricultura e do**
3928 **Abastecimento**

3929

3930 Boa tarde a todos. Rinaldo Junqueira, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária
3931 e Abastecimento. Eu trabalhei nesse tempo, doutor Finotti, com o senhor, e tivemos sempre
3932 a preocupação de buscar o consenso, buscar contribuir e criar uma oportunidade
3933 extremamente importante. Mas, eu gostaria de trazer à mesa uma preocupação - essa é a
3934 Questão de Ordem – de que vários Conselheiros – eu, inclusive - pedimos vistas do
3935 processo. E se acatada a proposta do doutor Finotti, nós todos que fizemos um esforço
3936 enorme para avaliar e para trazer uma avaliação para ser submetida a este Conselho ,
3937 perderíamos essa oportunidade. Então, eu, mais vez, peço à mesa que seja observado o
3938 direito regimental de que todas as pessoas que pediram vistas - que foi o nosso caso -

3939 tivéssemos a oportunidade, no momento em que a mesa assim o deliberar, de apresentar os
3940 nossos motivos.

3941

3942 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3943

3944 A mesa pretende se manter nessa metodologia, só que eu estou atendendo a nossa
3945 prevalência de questões de ordem, que me parece ser o caso do doutor Tibério, que pediu
3946 uma Questão de Ordem. Não? Não era Questão de Ordem, é apenas uso da palavra.

3947 Então, até a doutora Eleonora, me informe dos pedidos de vistas... Os dois informes que
3948 nós temos, um é da Agricultura e outro, Ministério do Desenvolvimento Indústria e
3949 Comércio... Ministério da Ciência e Tecnologia. Então, eu vou dar a palavra, doutor
3950 Rinaldo, ao senhor, como representante do Ministério da Agricultura. Doutor Rinaldo
3951 Junqueira, para que apresente a sua visão. O texto já foi distribuído a todos, doutora
3952 Eleonora? Todos já têm o texto? O texto está disponibilizado ali na entrada para quem não
3953 o tem. É isso? Quem não tem o texto? Poucos, graças a Deus.

3954

3955 **Rinaldo Junqueira de Barros – Representante do Ministério da Agricultura e do**
3956 **Abastecimento**

3957

3958 Eu gostaria que o senhor fizesse... Senhor presidente, o Ministério da Agricultura
3959 apresentou um substitutivo.

3960 Eu pergunto se todos têm cópias do substitutivo do Ministério da Agricultura?

3961

3962 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3963

3964 Exatamente isso que foi distribuído. O senhor deve ter recebido também, doutor Reinaldo.

3965

3966 **Rinaldo Junqueira de Barros – Representante do Ministério da Agricultura e do**
3967 **Abastecimento**

3968

3969 Claro!

3970

3971 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

3972

3973 Todos receberam, exceto meia dúzia de pessoas. Nós estamos tentando resolver... Que, por
3974 favor, neste momento se sentem perto de outros que tenham o texto, para acompanhar, até
3975 que a gente possa suprir essa falha de falta de texto.

3976 Continua com a palavra, doutor Reinaldo.

3977

3978 **Rinaldo Junqueira de Barros – Representante do Ministério da Agricultura e do**
3979 **Abastecimento**

3980

3981 Senhor presidente, senhores Conselheiros, eu gostaria de, rapidamente, colocar para os
3982 senhores a contribuição que o Ministério da Agricultura faz.

3983 E, antes, eu gostaria de dizer o seguinte: que esse dia: 21 de março de 2002, é um dia
3984 memorável para este Conselho . O nosso presidente, na parte da manhã, deu uma prova
3985 cabal de humildade e de democracia, e mostrou que nós todos, Conselheiros, já temos a

3986 maturidade de saber ouvir, saber respeitar a opinião dos outros, mas acatar o que diz a
3987 nossa consciência. Não basta, simplesmente, ser donos da verdade. E nós assistimos,
3988 diariamente, mensagens pela Internet e mil pressões de toda quanto é espécie, para criar um
3989 sofisma de que uma medida acertada deste Conselho , estava gerando problemas de saúde,
3990 mas este Conselho foi soberano e foi inteligente, e não aceitou essas provocações. Vi
3991 também, nesta tarde, avaliações subjetivas sobre posturas de pessoas serem claramente
3992 rechaçadas. A visão da descentralização é uma visão prudente, e que tem sido apoiada, e
3993 que não tem sido levada por suposições fantasiosas. Nós, brasileiros, não nós do Governo,
3994 mas nós do Estado Brasileiro, temos orgulho de algumas legislações. Uma delas é a que nós
3995 lutamos aqui, no dia a dia, que é a Legislação do Meio Ambiente. Mas, o Brasil também
3996 tem uma legislação extremamente importante, que é da biosegurança. Da mesma forma que
3997 do CONAMA, os membros da CTNBio, parece que algumas pessoas donas da verdade... E
3998 como Finotti colocou: pessoas com rosto de anjo e corpo de serpente, como dizia Dante,
3999 querem dizer, fazerem pré- julgamento de qualquer pessoa. E da mesma forma que os
4000 conselhos municipais foram colocados sobre a qualidade da sua postura, nós estamos e
4001 poderemos estar correndo risco de avaliar pessoas membros da Sociedade Civil que, de
4002 uma forma como a nossa, gratuita, defende os interesses da biosegurança do Brasil. Então,
4003 eu tenho certeza de que nós todos, não vamos julgar as coisas de uma forma emocional, ou
4004 pior ainda, de uma forma subjetiva. A nossa proposta, basicamente, propõe ao CONAMA,
4005 que ele seja mais forte do que as coisas, como provou ser hoje, em que nós adotamos uma
4006 medida séria em relação à questão dos pneus; de uma forma tranqüila, de uma forma
4007 soberana, de uma forma inteligente, e, acima de tudo, de uma forma respeitosa. Não
4008 simplesmente **julgamos jogar aceitar provocações**. Em relação à nossa proposta, eu
4009 gostaria de dizer o seguinte: ao estarmos, hoje aqui, discutindo esse tema, felizmente nós
4010 estamos admitindo o uso da biotecnologia neste País. Isso é muito positivo. Eu vejo essa
4011 discussão, essa regulamentação como mais um avanço. E é a nossa proposta. Porque, hoje,
4012 o Brasil, além de ter o maior respeito, o maior patrimônio de biodiversidade do mundo, é
4013 também uma Nação que é respeitada pelo seu potencial agrícola, pela sua sustentabilidade.
4014 A cada ano, nós temos produzido mais, na mesma área. Por isso, estamos ajudando a
4015 preservar. A cada ano, nós temos contribuído de uma forma positiva para o
4016 desenvolvimento do País. Mas, senhores Conselheiros, a cada ano, estamos importando
4017 mais agro-químicos. E precisamos efetivamente, achar alternativas de forma sustentável a
4018 reduzir esse uso que os ruralistas chamam de agro-químicos, mas os ecologistas chamam de
4019 agro-tóxicos, pelos efeitos que fazem ao solo e à água. Então, a nossa proposta,
4020 basicamente, tem essa visão de que a gente pudesse, de uma forma harmônica, defendendo
4021 as suas competências, considerar as contribuições que a lei da biosegurança dá para todos
4022 nós, cidadãos. Porque a questão da biotecnologia é muito mais ampla do que a questão do
4023 meio ambiente. E eu tenho convicção de que este CONAMA, como deu hoje de manhã,
4024 poderá dar mais uma demonstração de grandeza, colaborando com as exigências da
4025 biosegurança e com as do meio ambiente. Eu gostaria de destacar - e todos os senhores
4026 sabem disso, mas é importante dizer que é óbvio - o Ministério do Meio Ambiente tem
4027 representantes na CTNBio. A legislação pertinente define que cabe ao órgão da agricultura,
4028 da saúde e do meio ambiente, até solicitar pareceres novos da CTNBio. Então, uma das
4029 propostas que a gente incluiu foi exatamente isso. Por ser um assunto relacionado à área,
4030 nós estamos propondo uma obrigação para o representante do Ministério do Meio
4031 Ambiente, para que ele use essa faculdade legal questionando o parecer da CTNBio. E
4032 destacamos também, no nosso artigo quinto, que é exclusividade da área do meio ambiente,

4033 conforme define a Legislação, “qualquer exigência sobre ambientes naturais, na
4034 bioredmediação, floresta, pesca e áreas afins”. Então, basicamente, a nossa proposta,
4035 apesar de ser uma proposta substitutiva, ela tem, de uma forma geral, essa intenção de
4036 harmonizar as duas legislações, e que a gente possa, de uma forma contributiva, adotar os
4037 procedimentos de resguardo ao meio ambiente e, acima de tudo, adotar a biotecnologia,
4038 mas usando também as recomendações da lei de biosegurança. Muito obrigado.
4039

4040 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4041
4042 Muito obrigado, doutor Rinaldo. Questão de Ordem. Doutor Finotti, por gentileza. Eu tenho
4043 alguns inscritos aqui, só estou atendendo questões de ordem. Depois, eu tenho os inscritos
4044 que são os que fizeram os pedidos de vistas, O Ministério do Meio Ambiente, e depois eu
4045 vou dar a palavra a todos os Conselheiros que desejarem. O senhor é o primeiro inscrito,
4046 doutor Finotti.
4047

4048 **Paulo Finotti – Representante das OGNs da Região Sudeste**

4049
4050 Senhor presidente, eu fiz uma proposta à mesa, e eu gostaria que antes de ser cedida a
4051 palavra aos demais membros, que ela fosse deliberada, porque é um assunto extremamente
4052 relevante e preocupante.
4053

4054 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4055
4056 O Senhor está mencionando... Um momento, doutor Roberto. Eu estou tratando da Questão
4057 de Ordem do doutor Finotti. O senhor está solicitando que a mesa decida sobre a
4058 possibilidade de não esgotar o assunto, e a reunião permanecer aberta?
4059

4060 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

4061
4062 Exatamente. Nós faremos o que fazemos sempre, não vamos modificar nada. Aprova-se em
4063 bloco, um trabalho elaborado a muitas custas, por técnicos, cientista, ambientalista, etc., e
4064 deixa-se... O importante... Eu acho que o importante, politicamente, desse tipo de atitude, é
4065 manter este plenário em assembléia permanente, marcando-se uma reunião; isso é uma
4066 questão que nós iríamos fazer de qualquer forma, como extraordinária, mas marcando-se
4067 uma continuidade desta reunião, em data a ser deliberada também, para a análise e
4068 discussão e deliberação sobre todos os destaques, emendas e **queijandos**, que podem até
4069 alterar totalmente a redação dessa proposta, mas, politicamente, esse tipo de atitude
4070 funciona, na medida em que isso vai se repercutir muito mais, do que se dizer que foi
4071 aprovado um texto, com meia dúzia de Conselheiros, falando sobre coisas do País inteiro.
4072

4073 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4074
4075 Senhores, nós estamos discutindo então, essa proposta pelo doutor Finotti, antes de
4076 apresentar qualquer nova Questão de Ordem. Certo? Se for sobre esse assunto, eu darei a
4077 palavra. Eu queria só esclarecer que o doutor Finotti, primeiro falou em extensão da
4078 reunião. Eu já mencionei que a mesa acata, se for esse o desejo dos Conselheiros. Nós
4079 podemos votar isso agora para que ao doutor Finotti fique mais claro. - Um momentinho,

4080 por favor. Eu vou lhe dar a palavra, a seguir. Por favor. - Ao mesmo tempo, nós não temos
4081 no nosso Regimento, a figura de uma assembléia permanente. Então, seria uma reunião
4082 continuada sobre essa questão. Eu tenho o doutor Roberto, e depois de doutor Vicente, o
4083 representante do Ministério da Justiça. Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra?
4084 Pois não. Anote, por favor, doutor Joels, doutor Tibério, e doutor Rasesa. Então, pela
4085 ordem, doutor Roberto também... Doutor Márcio.

4086

4087 **Roberto Alves Monteiro – Membro Honorário**

4088

4089 Presidente, senhores Conselheiros, eu venho a este púlpito aqui, lamentavelmente, para
4090 dizer de um constrangimento, constrangimento técnico basicamente, uma vez que eu sou
4091 um Conselheiro formalmente neófito neste plenário, embora eu o acompanhe - como o
4092 senhor – dessa sua criação. Mas, efetivamente, essa matéria não foi das mais afeitas, no
4093 meu acompanhamento. Agora, formalmente, eu tenho por obrigação, acompanhá-lo. Como
4094 eu, diversos outros Conselheiros tomaram posse na última reunião; última Reunião
4095 Extraordinária, e ontem também houve, parece, que três ou quatro Conselheiros tomaram
4096 posse. Quero crer que tanto quanto eu, só tomaram conhecimento desse texto, hoje, agora à
4097 tarde. Então, eu me sinto extremamente constrangido tecnicamente, de estabelecer qualquer
4098 discussão técnica, qualquer avaliação que me dê base para uma votação sobre essa matéria.
4099 Então, eu comungo com a opinião do doutor Finotti, que se dê ou uma votação - como foi
4100 dito - do texto geral, e todos esses destaques se dê tempo para que esses Conselheiros, que
4101 eu estou falando, sem delegação deles, possam ter acesso a esses destaques e possam, nos
4102 exame deles, formar opinião para dentro de uma semana ou dentro de dez dias, poder, aí
4103 sim, efetivamente, votar esses destaques. Eu peço essa compreensão.

4104

4105 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4106

4107 Obrigado, doutor Roberto. Pela ordem, eu vou pedir ao representante do Ministério da
4108 Justiça que faça uso da palavra. Depois, a seguir, o doutor Vicente. Doutor Ademar tem a
4109 palavra. Por gentileza.

4110

4111 **Ademar de Miranda Torres – Representante do Ministério da Justiça**

4112

4113 Boa tarde, senhores. É a primeira vez que eu venho falar, na verdade, sobre um assunto. Na
4114 outra vez, eu me pontuei aqui, discordando de uma posição que foi colocada, da Câmara
4115 Técnica de Assuntos Jurídicos.

4116 Mas, sobre a questão do doutor Finotti, eu acho que eu tenho... O Ministério da Justiça não
4117 se sente confortável em aprovar um texto, para depois ser discutido numa reunião aberta ou
4118 numa assembléia permanente, para chegar-se a um texto final. Posição do ponto de vista...
4119 a mais racional, a mais técnica no nosso ponto de vista é que se faça uma reunião
4120 extraordinária, que se marque uma reunião extraordinária, o mais rápido possível. Eu acho
4121 que é leviano, da nossa parte, fazer qualquer manifestação política, já que está se
4122 desejando... Uma manifestação política sem um debate muito claro sobre essa questão.
4123 Acredito que o próprio Governo, como um todo, tem uma posição muito firme sobre essa
4124 questão, e que não vai abrir mão de uma questão calorosa. Tem que ser discutida com
4125 calma. Então, eu faço uma proposta de que se marque uma reunião extraordinária

4126 especialmente para esse tema, o mais rápido possível, tendo em vista que setores deste
4127 Conselho gostariam de, rapidamente, que o CONAMA se posicionasse sobre isso.

4128

4129 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4130

4131 Muito obrigado. Eu vou sempre pedir que as pessoas se manifestem.. Eu vou seguir a
4132 ordem, doutor Finotti. O senhor fala ao final da inscrição. O senhor já usou a palavra duas
4133 vezes, sobre o mesmo tema. Doutor Vicente, por gentileza.

4134

4135 **Vicente Gomes da Silva – Procurador Geral do IBAMA**

4136

4137 Olha, aqui, na prática, quer dizer, uma assembléia permanente ou uma continuidade desta,
4138 digamos, ou uma extraordinária, quer dizer, na prática, nós chegaríamos à conclusão de
4139 quê, doutor Finotti? Nós teríamos que... Quer dizer, retornariam às suas casas e teríamos
4140 que retornar a este plenário. Então, veja, na prática, não faz muita diferença nós chamarmos
4141 de permanente, a não ser num sentido político para efeito externo. Do ponto de vista
4142 prático, do ponto de vista de encaminhamento de matéria, uma extraordinária ou uma
4143 permanente ou uma, digamos assim, em estado permanente, digamos assim, é praticamente
4144 a mesma coisa. Então, eu vejo o seguinte: o que está posto em discussão, é efetivamente se
4145 se vota alguma coisa hoje ou não. Essa é a questão, quer dizer, vota-se um texto básico e
4146 depois se discute, digamos, numa extraordinária? Porque eu não vejo problema que se de
4147 extraordinária, que seja daqui a dez dias, quinze dias, oito dias, uma semana, quer dizer, aí
4148 é uma questão operacional.O que está posto, na verdade, não é se ela é permanente ou se
4149 ela vai ser extraordinária, o que está posto é: se vota algum Texto Básico hoje, e deixa as
4150 questões e emendas para o próximo dia, quer dizer... E também não vejo que haja grandes
4151 problemas do ponto de vista regimental ou mesmo na prática, de que se tenha, digamos,
4152 uma sinalização de alguma coisa hoje, e depois se conclua esse texto. Então, na verdade, eu
4153 acho que o ideal era... Seria até pelo fato de que muitos Conselheiros não tinham o texto e
4154 não têm o conhecimento complemento - como disse o representante do Ministério da
4155 Justiça - dessas questões que são complexas.Eu acho que o ideal seria, efetivamente, ganhar
4156 tempo discutindo as questões, e marcar uma extraordinária o mais rápido possível, o dia
4157 todo, para que realmente, aí sim, votar o texto integralmente.

4158

4159 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4160

4161 Muito obrigado, doutor Vicente. Para acalmar as pessoas que estão mais ansiosas por falar,
4162 eu tenho inscritas as seguintes pessoas – se faltar alguém, depois os senhores verifiquem,
4163 por favor -: doutor Rasesa, que o próximo; que eu acho; que é o representante do Governo
4164 Estado do Paraná; doutor Tibério; doutor Joels; doutor Márcio Mazzaro; Doutora Marijane
4165 Lisboa; Dr. Miguel Scarcelo; e Dr. Álvaro, do Ministério das Comunicações. Agora, é o
4166 doutor Langone. E Dr. Finotti vai ficar por último, já que você entrevistou várias vezes.

4167

4168 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4169

4170 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4171

4172 Sim. Mas, acontece que o senhor já se manifestou duas vezes. E eu estou tentando que os
4173 outros possam ter uso da palavra também. Doutor Rasera...

4174

4175 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4176

4177 **Mário Sérgio Rasera – Representante do Estado do Paraná**

4178

4179 Bom, só um engano, hoje, nós deliberamos hoje pela manhã, que esse tema estaria na pauta
4180 de hoje. Em virtude, lógico, que não é o ideal que nós queremos, essa é uma situação até
4181 mais difícil, mas eu entendo que como uma deliberação à votação pela parte da manhã de
4182 que o assunto à tarde iria ser discutido e a forma de encaminhamento, a nossa sugestão é
4183 que se vote o texto principal e os destaques, nós discutiríamos numa reunião extraordinária
4184 ou continuidade desta, como foi feita a proposta do companheiro Paulo Finotti. Eu acho que
4185 é a forma mais racional de nós conduzirmos esse conflito em que estamos, em virtude de
4186 até que nós deliberamos hoje pela manhã. Eu acho que nós seríamos grandes, se
4187 votássemos na íntegra, e os destaques ficassem para a próxima reunião, como continuidade
4188 desta.

4189

4190 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4191

4192 Muito obrigado, doutor Rasera. Pela ordem de inscrição, o doutor Tibério, da Confederação
4193 Nacional da Agricultura, tem a palavra.

4194

4195 **Tibério Leonardo Guitton – Representante da CNA**

4196

4197 Senhor presidente, primeiro para manifestar a nossa discordância pela votação integral da
4198 matéria e depois, a apreciação destaque a destaque. A Confederação Nacional da
4199 Agricultura, tendo em vista a importância que o assunto tem para todo o setor rural
4200 brasileiro, não se sente confortável em votar pelo texto integral, sem saber o resultado que
4201 essa resolução vai ter no conjunto dos seus artigos, o resultado que haverá da sua
4202 interpretação sistemática, como dizem os juristas. Então, não é possível a gente concordar
4203 com esse encaminhamento. Em segundo lugar, eu gostaria de fazer uma proposição para a
4204 mesa, para suspender de fato, a discussão desse assunto, porque se nós não temos um
4205 regimento que trata disso de maneira clara, nós temos um regimento moral, pelo menos é o
4206 que consta do documento que foi distribuído. Ele diz, no parágrafo primeiro do artigo treze,
4207 o seguinte: "O processo deliberativo da sessão plenária deverá ser suspenso se: a qualquer
4208 tempo, não se verificar de presença de no mínimo metade mais um do total dos membros
4209 do Conselho". E diz o parágrafo segundo: "As deliberações somente serão válidas, se
4210 aprovadas pela maioria simples dos membros presentes no plenário, cabendo ao presidente
4211 da sessão, além do voto pessoal, o de qualidade." Esse é o regimento que foi aprovado por
4212 este plenário. Eu não sei se está em vigor. Eu chamo isso de regimento moral, e nós
4213 devemos observar a disposição que está aqui contida. Eu entendo que se nós continuarmos
4214 essa votação, muita gente vai embora, e vamos acabar terminando a discussão da matéria,
4215 com meia dúzia de pessoas, o que não é legítimo para uma decisão dessa ordem. Obrigado.

4216

4217 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4218

4219 Doutor Tibério, eu agradeço a sua ponderação. Sua manifestação já está completamente
4220 entendida, mas nós acabamos de deliberar pela continuidade e deliberação por sua matéria.
4221 Eu não posso reverter essa decisão que foi tomada. Eu continuo, então, pela ordem dos
4222 inscritos, o doutor Joels, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Não? Abre mão da palavra
4223 temos então o Doutor Márcio Mazzaro, por gentileza, Ministério da Ciência e Tecnologia,
4224 também.

4225

4226 **Márcio Antônio Mazzaro – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

4227

4228 Senhor presidente, endossando, inclusive, a proposição formulada pelo doutor Roberto, de
4229 que os novos Conselheiros, inclusive, que vieram a tomar posse agora, ou na última reunião
4230 que, efetivamente, não conheceram essas propostas e a proposta original e também
4231 invocado o artigo doze do Regimento Interno, que estabelece um prazo de quinze dias para
4232 que todos os Conselheiros tenham conhecimento da matéria a ser deliberada, o assunto,
4233 infelizmente, não pode ser levado à discussão hoje. E, para acrescentar, eu gostaria de dizer
4234 que as propostas contidas no que se estão chamando de *Substitutivos*, na verdade, não são
4235 substitutivos, não são destaques, desculpe, são substitutivos. Portanto, não dá para você
4236 discutir a resolução, e depois discutir os destaques, porque não são destaques, são
4237 substitutivos. Eu invoco, então, excelência... senhor presidente, o artigo doze do Regimento
4238 Interno.

4239

4240 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4241

4242 Muito obrigado, doutor Márcio Mazzaro. Doutora Marijane Lisboa, a próxima inscrita. Por
4243 favor.

4244

4245 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**

4246

4247 Eu estou impressionada com a preocupação de membros que não são desta Casa
4248 frequentemente, em respeitar esse regimento, mas como o doutor Eládio, hoje de manhã, já
4249 esclareceu, esse assunto entrou em pauta e nunca saiu. Quando o assunto entra em pauta é
4250 pedido vistas. Ele nunca mais saiu, portanto, não se aplica o caso Conselheiro, de quinze
4251 dias. Aliás, quer dizer, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério de Agricultura
4252 não estão a par do assunto, tanto que fizeram um parecer. Não podem alegar que eles
4253 desconhecem a matéria sobre a qual eles mesmos apresentaram um parecer. A matéria
4254 continua em pauta, e eu estou aqui para apoiar a proposta de que nós votemos agora, em
4255 bloco, a resolução que saiu da Câmara Técnica depois de dois anos de trabalho. Eu quero
4256 dizer aqui, que eu pessoalmente, como Greenpeace, e acho que como representante das
4257 entidades ambientalistas, não endossamos inteiramente essa medida. Tem coisas nessa
4258 medida, que gostaríamos de mudar. Tem emendas que nós trouxemos, mas a razão pela
4259 qual nós propomos que agora se vote essa resolução como ela está, é que isso tem um preço
4260 político e simbólico que, aliás, este Conselho compreendeu perfeitamente hoje de manhã,
4261 ao aprovar por sessenta contra seis, que essa matéria entrasse em pauta hoje, às duas da
4262 tarde. Esse é o esforço de dois anos de trabalho de um grupo de trabalho constituído por
4263 este Conselho, que considerou que era de sua função, de sua atribuição, discutir as
4264 condições de licenciamento ambiental de transgênicos. Eu tenho a honra de dizer que foi há

4265 dois anos atrás, que eu vim a este Conselho, e apresentei a um dos nossos colegas, essa
4266 idéia, que foi aqui, aprovada, na época.
4267 Portanto, votar hoje, essa resolução que é fruto desse trabalho e representa, com diferença -
4268 eu acabei de explicar – alguns dos aspectos que nós gostaríamos de dar, mas que representa
4269 esse esforço coletivo de todos aqueles membros do grupo de trabalho. É um ato político, e
4270 nós não podemos abrir mão, porque nós estamos assistindo, durante o dia inteiro, a diversas
4271 manobras no sentido de adiar justamente esse ato político. É o ato político que o Congresso
4272 precisa ouvir, que a Justiça precisa ouvir, e que, certamente, o povo brasileiro está
4273 esperando de nós. Que não digamos que o meio ambiente é um assunto nosso.

4274

4275 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4276

4277 Muito obrigado, doutora Marijane. Pela ordem, Miguel Scarcelo, por gentileza;
4278 representando as ONGs da Região Norte.

4279

4280 **Miguel Scarcelo – Representante das ONGs da Região Norte**

4281

4282 Eu quero endossar tudo que a doutora Marijane acabou de colocar, e deixar registrado que
4283 eu lamento muito que tenha acontecido hoje, uma condução bastante confusa, que eu acho
4284 que a gente poderia dizer até que foi um pouco manobrada, no sentido de esvaziar essa
4285 discussão, de impedir que isso entrasse. Eu conheço o senhor. Não estou aqui
4286 desmerecendo o senhor José Pedro, pessoalmente. Lamento, porque é uma questão que nós
4287 tínhamos saído daqui ao meio dia, deliberado, que a partir do almoço nós iríamos discutir.

4288 Eu gostaria, depois, até de ouvir a gravação do senhor Ministro. E mesmo tendo falado isso,
4289 várias vezes, não adianta. Então, eu acho que existe uma conjuntura política em torno dessa
4290 questão, bastante delicada. E eu acho que o Ministério não soube conduzir isso da maneira
4291 mais correta. Eu acho que perdemos um tempo danado. Nós estamos enrolando nisso aqui,
4292 há três horas. Se tivéssemos entrado em pauta logo, às quatro horas, não estaríamos
4293 perdendo tanto tempo, e **sem** pessoas para saber se tem quorum. Sabe, é uma situação
4294 bastante desagradável, conviver com isso. E eu quero manifestar que o encaminhamento...
4295 Quero propor que o encaminhamento seja esse: que vote a proposta na íntegra, e como é
4296 feito habitualmente, depois trabalhamos com os destaques ou com os substitutivos.

4297

4298 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4299

4300 Muito obrigado. Pela ordem, o doutor Álvaro do Ministério das Comunicações. Francisco só
4301 o seguinte: eu não lhe dei a palavra. Eu dei a palavra ao Ministro das Comunicações, doutor
4302 Álvaro. Ele apenas apontou o senhor para que eu o pusesse na lista. O senhor disse que não
4303 era Questão de Ordem. É a Questão de Ordem do doutor Finotti. Nós estamos discutindo.
4304 Pois não.

4305

4306 **Álvaro A. de Souza Neto – Representante do Ministério das Comunicações**

4307

4308 Senhor presidente, senhores Conselheiros...

4309

4310 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4311

4312 Se o senhor pudesse ligar o microfone para a sua melhor compreensão.

4313

4314 **Álvaro A. de Souza Neto – Representante do Ministério das Comunicações**

4315

4316 Álvaro Augusto, do Ministério das Comunicações. Dada a complexidade do tema e também
4317 ao conflito existente, eu não vejo por que a gente não adotar a mesma posição com relação
4318 à reunião de **APPS**. Quando não existia o consenso, foi marcada uma reunião
4319 extraordinária para que se decidisse, e foi decidido ontem, neste plenário. Eu não vejo por
4320 que adotar a mesma atitude. Muito obrigado.

4321

4322 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4323

4324 Muito obrigado. Próximo inscrito. (*Palmas*). Doutor Langone, representante do Governo
4325 do Estado do Rio Grande do Sul.

4326

4327 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

4328

4329 Doutor presidente, prezados colega do CONAMA, estamos cansados. Nós tivemos uma
4330 votação hoje de manhã, se incluíamos esse assunto na pauta, foi sessenta a doze. Depois, de
4331 tarde, nós tivemos uma nova votação para decidir em que ordem isso estaria na pauta, e foi
4332 trinta e seis...

4333

4334 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4335

4336 Quarenta e oito a dezesseis.

4337

4338 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

4339

4340 Quarenta e oito a dezesseis. Depois, foi pedida a contagem; várias pessoas saíram durante a
4341 contagem para não dar quorum, mesmo assim, deu cinquenta e quatro. Portanto, não
4342 procede a questão levantada pelo Tibério. E, agora, estamos discutindo o assunto, e parece
4343 que há um novo recurso. Em todas essas questões é a mesma coisa. Essa matéria, a base
4344 dela... a base é sempre a resolução da Câmara Técnica. Todos os pedidos de vistas; o nosso,
4345 o da MCT, o de todos, são considerados emendas aditivas, supressivas ou modificativas,
4346 mesmo que elas sejam sobre todo o texto. Não existe substitutivo de texto da Câmara
4347 Técnico. O texto base é o texto da Câmara Técnica, e os pedidos de vistas, todos os oito, ou
4348 seis, ou dois que foram apresentados têm a mesma legitimidade, e eles entram como
4349 emendas, mesmo que eles sejam globais. E parece que os dois apresentados modificam
4350 muita coisa. Agora, o texto da Câmara Técnica foi distribuído neste Conselho, no dia doze
4351 de dezembro, faz três meses. Portanto, ninguém pode alegar desconhecimento em relação
4352 ao Texto Base da Câmara Técnica, para encobrir divergências. Portanto, eu estou
4353 reiterando... Primeiro, fazendo um apelo aos recorrentes, que nós já decidimos em votação,
4354 essas questões de não discutir hoje. Segundo, reiterando a proposição feita aqui, pelo doutor
4355 Rasera, que nós façamos a votação do texto base, e após a votação do texto base, nós
4356 fazemos a decisão sobre o texto base da Câmara Técnica, e após a votação do texto base,
4357 nós tomemos a decisão sobre o restante do encaminhamento, se nós vamos discuti-lo hoje
4358 ou se nós vamos tratá-lo numa reunião seguinte. Já adianto o posicionamento, em respeito

4359 aos argumentos dos vários que vieram aqui, defender que o assunto, sobretudo as emendas,
4360 que muitos não conheceram, porque as emendas só foram distribuídas hoje; não são de
4361 conhecimento público, que, então, aquilo que não foi conhecido - que são as emendas -
4362 sejam discutidas numa reunião, que se realize o mais rápido possível. Mas, acredito que nós
4363 podemos, primeiro, votar o texto base e depois decidir o que fazer com as emendas,
4364 considerando - que me parece claro - que sempre foi procedimento neste Conselho , de que
4365 o texto base é o texto que foi feito da Câmara Técnica, e ninguém pode alegar
4366 desconhecimento sobre ele. E aí me desculpem, os Conselheiros estreates. Este Conselho
4367 não pode parar porque os Conselheiros tomam posse sempre nas reuniões. Então, eles
4368 sempre estão impedidos, quando tomam posse, de discutir os assuntos. Se nós fôssemos
4369 observar isso, nós nunca discutiríamos nada, porque todas as reuniões têm Conselheiros
4370 estreates.

4371

4372 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4373

4374 Muito obrigado, doutor Langone. Próximo inscrito, doutor Francisco Soares. E o último
4375 inscrito, doutor Finotti, onde nós encerramos as inscrições. A senhora quer participar
4376 também? Pois não! Doutor Francisco, em primeiro lugar.

4377

4378 **Francisco Rodrigues Soares – Representante da ONGs da Região Nordeste**

4379

4380 Francisco Soares, representante da ONG do Nordeste, no CONAMA. Pois bem, já foi
4381 esclarecido por outros companheiros que antecederam, como Langone e outros mais, que o
4382 texto básico, que aqui foi elaborado pelo grupo de trabalho e aprovado pela Câmara
4383 Técnica competente, já é do conhecimento desde dezembro de 2001. Desta forma, o Pedido
4384 de Vista significa dizer que trouxe contribuições, cujas contribuições serão apresentadas de
4385 forma... em outras reuniões posteriores... O que nós devemos, aqui, acima de tudo, é votar
4386 o texto básico que foi elaborado com ampla discussão e participação de todo setor,
4387 inclusive da CTNBio e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Então, nenhum dos dois
4388 setores podem desconhecer que a matéria que chegou à Câmara Técnica, que veio do grupo
4389 de trabalho, que chegou à Câmara Técnica, não tenha sido uma matéria que foi discutida
4390 por todos os setores. Logicamente, se tem proposta de mudança, que apresente numa
4391 reunião extraordinária essas propostas, essas contribuições. E, hoje, nós deveremos votar
4392 por uma Questão de Ordem, presidente da mesa, votar como nas questões anteriores e como
4393 todas as outras resoluções que foram votadas anteriormente, o texto básico e as propostas
4394 de alterações e de emendas sejam discutidas numa reunião extraordinária ou numa reunião
4395 posterior. O que nós devemos seguir aqui é exatamente aquela coerência da apresentação e
4396 da discussão e da aprovação da matéria. Então, a matéria básica do texto básico, nós
4397 devemos submeter a este plenário, e as propostas de contribuição daqueles que
4398 apresentaram como emendas, que não seria uma resolução substitutiva, mas seriam, no
4399 caso emendas, que virão, poderão apresentar em outra reunião. O que nós vemos também
4400 aqui, é que existe, na Câmara dos Deputados, um substitutivo do relator ao Projeto de Lei
4401 2.905, de 1997, que reuniu dezoito PLS (Projetos de Leis)... Eu não sei se nós estamos
4402 querendo protelar essa aprovação, para deixar que isso seja aprovado pelo Congresso
4403 Nacional. O que nós queremos é que este Conselho use da sua competência, e aprove a
4404 matéria que foi discutida amplamente, na Câmara Técnica. Está certo?

4405

4406 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4407

4408 Muito obrigado, doutor Francisco. Doutor Finotti, eu mencionei o senhor. O senhor está
4409 ansioso para falar. Por gentileza. Depois, eu tenho a doutora Giovanna, o doutor Célio
4410 França e o doutor José Álvaro. Pediram a palavra como Questão de Ordem.

4411

4412 *(Falas da plenária, ao mesmo tempo).*

4413

4414 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4415

4416 Doutor, dois minutos, por favor.

4417

4418 **Paulo Finotti – Representante das OGNs da Região Sudeste**

4419

4420 Eu só quero colocar duas posições aqui. Ao que parece, há um consenso na votação do
4421 texto básico. Bom, não. Então, não há. Mas, ao que parece, há uma maioria. Pronto! Ou
4422 coisa parecida. Agora, caso a assembléia permaneça, eu peço encarecidamente que os
4423 senhores pensem a respeito de permanência da assembléia ou reunião extraordinária.

4424 Eu proponho... Continuo mantendo minha proposta de a assembléia ficar permanente, na
4425 medida em que o texto, apesar de aprovado, não está completo com as suas emendas.

4426

4427 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4428

4429 Obrigado. Dois minutos, doutora Giovanna e depois Doutor Célio França. A senhora quer a
4430 palavra também? Dois minutos. Certo? Doutor Gerson. Então, doutora Giovanna. Nós
4431 estamos discutindo Questão de Ordem. Todos pediram Questão de Ordem. Dois minutos,
4432 doutora Giovanna.

4433

4434 **Giovanna Guiotti Testa – Representante da Presidência da República**

4435

4436 Colegas Conselheiros, eu gostaria de começar dizendo que nós estamos aqui há dois dias. E
4437 ontem e hoje, durante o dia inteiro, e até agora, eu não paro de me surpreender com a
4438 maturidade e com a evolução que este plenário tem discutido essas questões ambientais.
4439 Ontem, nós tivemos aqui, uma discussão de qualidade. Eu aprendi, ontem aqui, como
4440 poucas vezes eu vou poder aprender numa reunião sobre gestão ambiental. Não é uma
4441 tentativa aqui, de hipocrisia ou de dizer que é brincadeira... Não! Isso é uma coisa séria.
4442 Hoje, nós passamos aqui, a manhã inteira, discutindo uma questão que ficou anos para ser
4443 discutida. Nós discutimos em uma manhã. Consenso praticamente em todas as votações,
4444 porque este plenário estava maduro, a discussão tinha evoluído, as câmaras técnicas tinham
4445 avançado, e as propostas colocadas em plenário, muitas vezes, foram rejeitadas para se
4446 aprovar o que a Câmara Técnica tinha decidido. A questão estava pronta. Todos aqui,
4447 foram capazes de perceber isso. Hoje, o que nós estamos vendo? Há uma tentativa de se
4448 colocar uma resolução em votação, que seja suspensa ou marcada depois, uma reunião
4449 extraordinária, para terminar de votar uma resolução. Eu gostaria que cada um aqui, agora,
4450 pensasse o que é uma resolução votada pela metade, para este Conselho. Este Conselho
4451 não está aqui de brincadeira, para querer ficar fazendo balela política de ninguém. Este
4452 Conselho está aqui para aprovar resolução, resoluções técnicas sobre o meio ambiente.

4453 Aprovar resolução pela metade... Doutor Finotti, desculpe, eu acho que não é nem a cara
4454 dos senhores.

4455

4456 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4457

4458 Doutora Giovanna , mais trinta segundos.

4459

4460 **Giovanna Guiotti Testa – Representante da Presidência da República**

4461

4462 Ta bom! A tua cara é seguir a praxe, e valorizar este Conselho. Eu queria entender porque
4463 as pessoas estão nesse afã de se votar uma coisa que está vista e que não está pronta para
4464 ser discutida. Se estivesse, tinha sido votado como ontem, todas as propostas, e hoje de
4465 manhã. Eu apoio doutor Álvaro, do Ministério das Comunicações. Eu gostaria que cada um
4466 pensasse aqui, o que está fazendo. Está aqui querendo fazer uma indicação política? É
4467 isso? É para isso que este Conselho está aqui? Porque o que eu ouço, doutor Francisco
4468 Soares, toda hora, que não. O doutor Francisco Soares disse que isso aqui é resolução do
4469 meio ambiente, e é para isso que eu estou aqui, e eu vou votar, mas não vou votar resolução
4470 pela metade. Não vou votar metade de uma resolução agora, e deixar pendurada para a
4471 semana que vem, daqui, dez dias, votar outra coisa - (*Palmas*) - porque esse não é o
4472 Conselho Nacional do Meio Ambiente que eu conheci, e eu me orgulho de participar.
4473 Passaram os trinta segundos já? Era só isso.

4474

4475 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4476

4477 Já. Muito obrigado. Com a palavra - dois minutos - o doutor Célio França. Eu dei a palavra
4478 a todos que pediram. Quem quiser votação, não peça a palavra, por favor. Doutor Célio
4479 França.

4480

4481 **Célio Francisco França – Ministério das Minas e Energia**

4482

4483 Bom, senhores, eu queria dizer que num primeiro momento, eu me sensibilizei
4484 grandemente com a proposta do doutor Finotti. Todos nós sabemos que o doutor Finotti está
4485 sempre aí, propondo. É um interlocutor permanente de todas as correntes aqui. Está sempre
4486 buscando uma postura de construção. Mas, vendo a discussão aqui, a gente vê que essa
4487 proposta do doutor Finotti pode causar mais problemas do que solução. E eu queria lembrar
4488 para aqueles que estão trazendo aqui, que a resolução, na Câmara Técnica está pronta desde
4489 dezembro. Eu queria lembrar que a resolução que nós votamos ontem, quase que com
4490 unanimidade, neste plenário, das APPS, estava pronta desde outubro. E esse... Estava
4491 pronta desde outubro. Ela voltou à Câmara Técnica. Foi. Voltou duas, três vezes à Câmara
4492 de Assuntos Jurídicos. Criou-se um grupo técnico especial, em busca de quê? Exatamente
4493 em busca do que a doutora Giovanna colocou aqui, agora, muito bem. Porque este
4494 plenário... Nós temos experiência suficiente para dizer que, independentemente da emoção
4495 com que cada um de nós defenda nossas posições - todas elas legítimas - nós, como
4496 instituição, como instrumento de governança moderna dessa sociedade, crescemos
4497 exatamente na medida que possamos aumentar o consenso. E é em busca desse consenso
4498 que eu acho que não podemos tomar decisões que podem ser até legais, que podem ser até
4499 legítimas, mas que serão eticamente questionáveis. A decisão sobre esse assunto que está

4500 em pauta tem que ser uma decisão inquestionável, vença que lado for. Não podemos usar
4501 expedientes para defender posições dos nossos interesses, por mais legítimos que eles
4502 sejam. Nós temos que ter consciência de que, como membros do CONAMA, estamos
4503 cuidando de interesses permanentes da sociedade. E de uma sociedade que se quer
4504 democrática, sabe que não é dominada por nenhum grupo, nem mesmo pelo seu Governo.
4505 *(Palmas)*.

4506

4507 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4508

4509 Muito obrigado. Senhores, eu estou sendo questionado aqui, pelo presidente da ABEMA, e
4510 por algumas outras pessoas, de que essas intervenções não são questões de ordem. A mesa
4511 tinha anunciado que pretendia fazer o encaminhamento de dar a palavra àquelas que
4512 fizeram as intervenções através dos pedidos de vistas, aqueles que se manifestaram pelo
4513 Pedido de Vista, o que já ocorreu. Tinha anunciado que seria...

4514

4515 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*.

4516

4517 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4518

4519 Ocorreu, sim, senhor! O Ministério da Agricultura, Ciência e Tecnologia foi dada a palavra,
4520 e gostaria de fazer encaminhamento .

4521

4522 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

4523

4524 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4525

4526 Um momentinho! Então, daremos a palavra ao Ministério da Ciência e Tecnologia, já
4527 anunciei que daria a palavra ao Ministério. A presidência está usando a palavra, e já dará
4528 Questão de Ordem. São sete questões de ordem e colocação. Certo?

4529

4530 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*.

4531

4532 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4533

4534 Eu estou numa Questão de Ordem da presidência do Conselho, que prevalece sobre a de
4535 todos os Conselheiros, que é de ordenar a reunião. Certo? Nessa condição, eu anunciei
4536 também que haveria a apresentação do Ministério do Meio Ambiente, e nós entraríamos
4537 em votação. Eu tenho sete pedidos de Questão de Ordem que eu queria classificá-los, se
4538 são Questão de Ordem ou não, senão, nós daremos prosseguimento. Eu tenho inscrito os
4539 Conselheiros José Álvaro, Marijane Lisboa, Langone, e mais duas ou três pessoas que
4540 levantaram a mão.

4541

4542 **Vicente Gomes da Silva – Procurador Geral do IBAMA**

4543

4544 Eu queria me inscrever.

4545

4546 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4547

4548 E o doutor Vicente do Ibama. Os senhores estão desejosos de fazer uso da palavra, doutor
4549 José Álvaro, por uma Questão de Ordem específica? Certo? Doutora Marijane também,
4550 doutor Langone, também e o doutor Vicente também. São os únicos inscritos por Questão
4551 de Ordem. Então, com rapidez de dois minutos, o doutor José Álvaro tem a palavra.

4552

4553 **José Álvaro da Silva Carneiro – Representante das ONGs da Região Sul**

4554

4555 Causou-me uma certa surpresa, a alegação de que o Conselheiro poderia não estar ciente
4556 da matéria em votação. Causou-me surpresa, porque eu sempre imaginei que eu estivesse
4557 aqui, representando instituições. E me causou mais surpresa ainda, o fato de que as
4558 instituições que levantaram a questão, foram justo o Estado ou o Governo. Então, isso eu
4559 até queria... Acho que é uma Questão de ordem, porque acho que aqui, as pessoas estão
4560 representando instituições. Isso, número um. Número dois, eu queria deixar registrado que
4561 eu levantei uma questão aqui, com relação ao Ministério de Ciência e Tecnologia, e que ele
4562 fez de tudo para esvaziar a sessão. E a pessoa do Ministério até me questionou dizendo que
4563 eu deveria pedir desculpas. Então, eu sustento que não só não peço desculpas, como a
4564 atitude comprovou esse fato.

4565

4566 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4567

4568 Muito obrigado. O próximo inscrito. Questão de Ordem, doutora Marijane Lisboa. Por
4569 gentileza.

4570

4571 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**

4572

4573 A minha Questão de Ordem, é uma verdadeira Questão de Ordem, porque o que nós
4574 ouvimos agora há pouco, não foram questões de ordem, foram apresentações de suas
4575 opiniões. A minha Questão de Ordem, senhor presidente, é: cumpramos a vontade deste
4576 Conselho . Ponhamos em votação. Primeira parte da Questão de Ordem. Já houve
4577 esclarecimentos a favor e contra, portanto, ponha-se em votação. Já estamos aqui, com a
4578 típica composição que nós sabemos que tínhamos: os funcionários de Brasília ficando aqui,
4579 para dar quorum. E nós temos que pegar o avião. Então, já em votação. Segundo pedido da
4580 Questão de Ordem. Votação nominal. Já que todos foram tão preocupados com os
4581 regimentos aqui, nós gostaríamos que cada representante de cada Conselho vote só uma
4582 vez, e não o seu representante ou seu suplente. Obrigada.

4583

4584 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4585

4586 Muito obrigado. Doutor Langone.

4587

4588 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4589

4590 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**

4591

4592 Terceira questão... Um momentinho.

4593

4594 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4595

4596 Eu tenho várias questões de ordem, doutor Célio. O senhor não tem a palavra, doutor Célio,
4597 o senhor, sente-se, por favor. O doutor Langone tem a palavra. Já terminou?

4598

4599 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**

4600

4601 Senhor presidente, só faltava uma parte: a Questão de Ordem precisa ser votada, como é
4602 normal. Então, eu gostaria que votasse se votamos ou não, agora.

4603

4604 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4605

4606 Sim. Assim como a senhora recebeu uma Questão de Ordem, todos terão direito a uma
4607 Questão de Ordem. O senhor terá a sua Questão de Ordem, no momento oportuno. Doutor
4608 Langone tem a palavra. Dois minutos. Doutor José Álvaro, por gentileza.

4609

4610 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

4611

4612 Eu gostaria de encaminhar, objetivamente, novamente, presidente, a seguinte proposta: que
4613 a mesa verifique quais são as propostas de encaminhamento. O que eu vi foi a proposta
4614 defendida pelo doutor Rasesa. Tem vários concordantes. E a outra proposta foi defendida
4615 pela... Perdão... Giovanna, e que ponha em votação, então, as proposições de
4616 encaminhamento. Eu só quero manifestar aqui, que, ou nós votamos, presidente, ou nós
4617 vamos acabar tendo uma decisão por VO, em que vai ganhar a parte minoritária deste
4618 Conselho.

4619

4620 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4621

4622 Muito obrigado, doutor Langone.

4623

4624 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4625

4626 Doutor Vicente tem a palavra. Dois minutos.

4627

4628 **Vicente Gomes da Silva – Procurador Geral do IBAMA**

4629

4630 Bem, realmente, é bem complicado, nessa circunstância, a gente votar uma matéria que
4631 eventualmente pode recair sobre ela, depois, discussão sobre legitimidade, sobre... De
4632 realmente eficácia. Então, a minha Questão de Ordem é para fazer uma proposta de
4633 encaminhamento, viu, senhor presidente, inclusive, seguindo a orientação e a sugestão do
4634 senhor Ministro, quando saiu daqui, de manhã, que nós, no *roll*, da pauta fizesse
4635 exaustivamente, a discussão sobre a matéria, e caso não esgotada, e evidentemente, não
4636 seria preciso esgotar com tantas propostas aditivas e, inclusive, de substitutivo, nesta
4637 tarde. Então, a minha opinião é que realmente a gente faça a discussão da matéria, e se
4638 convoque uma reunião extraordinária, com menor tempo possível, para, aí, sim, não recair
4639 sobre uma eventual votação, hoje, de texto que possa ser questionado amanhã. Então, eu
4640 acho que isso garante para a gente aí, a segurança, a legitimidade de uma votação que a

4641 gente venha a fazer, sobre essa matéria, em termos de textos, porque me parece que
4642 qualquer votação de texto, neste clima, neste ambiente, neste estado de... Digamos,
4643 emocional, me parece que será objeto de questionamento, amanhã. Então, a minha Questão
4644 de Ordem é para propor que realmente aproveitemos, como disse, algumas horas atrás, que
4645 discutíssemos efetivamente os textos, e convocáramos a reunião extraordinária no menor
4646 tempo possível, para, aí, sim, votar essa matéria exclusivamente, nessa data.

4647

4648 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4649

4650 Doutor Célio é próximo inscrito. Parece que nós vamos não esgotar a questão de questões
4651 de ordem. Doutor Célio, só me permita, por gentileza, um esclarecimento: o senhor quer
4652 uma Questão de Ordem, doutor Miguel. Eu só estou aceitando questões de ordem.

4653 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4654

4655 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4656

4657 Se o senhor não tem certeza, então, eu não vou lhe dar a palavra. O senhor quer uma
4658 Questão de Ordem, doutor Joels? Certo? Questão de Ordem, doutor Célio, por favor. Dois
4659 minutos.

4660

4661 **Célio Francisco França – Ministério das Minas e Energia**

4662

4663 Senhor presidente, eu queria deixar absolutamente formalizado, o meu protesto pela postura
4664 que assumiu aqui, a representante da Greenpeace. Todos nós estamos aqui, cumprindo a
4665 nossa responsabilidade, e vem ela, aqui, dizer como se nós tivéssemos aqui, funcionários
4666 públicos que ficam em Brasília. Nós, que temos que tomar avião. Mude o horário do avião.
4667 Este CONAMA tem um regimento, tem uma sede. Não venha querer desmerecer a nossa
4668 atuação. Estamos cumprindo a nossa função de cidadãos, e estamos cumprindo a nossa
4669 função de servidor público. Por muito menos, o doutor Finotti, ontem, e com todo o nosso
4670 apoio, com unanimidade deste Conselho, se posicionou contra um representante do setor
4671 privado. Não pode a senhora, o Greenpeace, com todo respeito a essa instituição, a tudo que
4672 ela representa de importante para a sociedade; não pode, a senhora, vir aqui, assumir uma
4673 postura antidemocrática e autoritária, como se a sua posição fosse superior a qualquer um
4674 de nós. É esse o meu protesto. *(Palmas).*

4675

4676 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4677

4678 Muito obrigado. Eu gostaria, doutor Joels, que o senhor fizesse duas coisas: além da
4679 Questão de Ordem, o encaminhamento para a votação do Ministério da Ciência e
4680 Tecnologia. Certo? Por favor. E já dou a palavra para as duas questões.

4681

4682 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

4683

4684 Na verdade, são três questões de ordem.

4685

4686 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4687

4688 Dois minutos para elas, e cinco minutos para o encaminhamento.

4689

4690 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

4691

4692 Dois minutos para cada questão. Primeiro: nós ainda não fizemos ...

4693

4694 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4695

4696 Mais perto do microfone, por favor, .

4697

4698 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

4699

4700 Nós não fizemos ainda, a apresentação do nosso parecer decorrente do Pedido de Vistas,
4701 porque ainda não foi acertado como vai ser feita a votação. Uma vez acertada, no momento
4702 adequado, em outro dia, provavelmente, nós o faremos. O Conselheiro representante das
4703 Entidades Ambientais da Região Sul, me citou, falou que o MCT estava querendo
4704 impedir o quorum. Na verdade, a contagem de quorum, foi pedido... Eu perguntei se na
4705 votação referente ao horário, havia quorum para aquela votação. Quem pediu a contagem
4706 de quorum foi o presidente da assembleia. O MCT estava aqui, deu quorum. Nós não
4707 fizemos nenhuma manobra. Não saímos do cenário. Talvez o senhor tenha um problema de
4708 visão, de uma maneira geral, e não tenha me visto aqui. Então, por isso, não vou pedir sua
4709 retratação, porque, possivelmente, é um problema de visão. Quanto à observação da
4710 doutora Maria Eugênia, do Greenpeace, sobre os funcionários públicos, quero fazer minhas,
4711 as palavras do doutor Célio. É isso mesmo. Faltou um pouquinho de respeito com a nossa
4712 condição de funcionário público, que estamos aqui, trabalhando também; e do CONAMA;
4713 procurando um ambiente melhor para o Brasil, em geral, procurando trabalhar essa questão
4714 com equilíbrio, com - no caso nosso do MCT - uma visão científica, e não processando *fês*
4715 aqui dentro, de acreditar numa coisa ou outra, mas sim, procurando embasar sempre o
4716 nosso voto, a nossa opinião, no melhor que a ciência brasileira pode nos oferecer, nesse
4717 momento. E o melhor que a ciência brasileira pode nos oferecer no momento, é que
4718 também vai embasar o nosso voto, nessa questão de transgênicos, ou seja, não fazemos do
4719 nosso voto, uma questão de fé, de crença, mas de razão e de ciência. Por fim, como
4720 encaminhamento de votação, eu acho que a proposta do doutor Vicente, representante do
4721 mesmo MMA, deste Conselho, é totalmente aceitável, e nós endossamos. (*Palmas*).

4722

4723 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4724

4725 Doutor Joels, ocorre o seguinte: já foi mencionado aqui, que esse assunto foi vencido numa
4726 votação se o assunto deveria entrar em pauta. Uma vez em pauta, ele deve ser apresentado e
4727 deve ser votado. Eu não posso retirá-lo mais de pauta, porque foi manifesto o desejo de
4728 permanência por vinte e oito dos representantes, versus dezesseis; por uma maioria
4729 significativa. Se houvesse um empate, a gente poderia fazer uma conferência de votação.
4730 Então, eu tenho que dar encaminhamento. Não tendo mais nenhuma Questão de Ordem,
4731 eu convido o senhor a fazer a expressão do trabalho que o senhor apresentou, que o
4732 Ministério da Ciência e Tecnologia apresentou, no sentido do encaminhamento de votação.
4733 E, depois, eu vou fazer o pedido de apresentação do Ministério do Meio Ambiente. E tenho
4734 que entrar em regime de votação, a menos que haja uma razão superior a esta, para que isso

4735 se coloque. Eu não posso votar em colocação, de novo, se devemos ou não devemos votar,
4736 porque já foi votado.

4737

4738 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

4739

4740 Eu acho que foi colocado por várias pessoas aqui, que talvez não seja realmente, o melhor
4741 momento de votação.

4742

4743 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4744

4745 Sim. Só que isso foi votado, e foi vencido por vinte e oito a dezesseis votos, e duas
4746 abstenções.

4747

4748 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

4749

4750 Se o senhor me permite terminar o meu raciocínio...

4751

4752 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4753

4754 Pois não.

4755

4756 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

4757

4758 O que foi votado hoje, de manhã, foi se entraria em pauta ou não. Está em pauta e está
4759 sendo discutido. O que foi votado nessa votação de vinte e oito votos a favor e dezesseis
4760 contra, duas abstenções, portanto, não configurando quorum, foi se ele entraria como item
4761 seguinte da pauta ou se entraria como 5.7. Ele entrou como item seguinte da pauta. Então,
4762 nós estamos seguindo a coordenação. Agora, depois disso, foi colocado por mais de um
4763 representante, expressões diferentes, se seria votado em partes, aos pedacinhos, como um
4764 todo, se ficaríamos permanentes ou se vamos, uma vez entrando isso, nós vamos destaque
4765 por destaque ou, como o Conselheiro do Ministério das Comunicações colocou com muita
4766 calma e exatidão, se não é o caso de nós retomarmos esse assunto num dia apropriado, com
4767 bastante tempo, e ainda seguindo discussão. O argumento de que estaria desde dezembro, já
4768 foi manifestado pelo doutor Célio França com muita propriedade, dizendo que, para
4769 podermos votar a resolução das **APPS**, ontem pela manhã, foi necessário dar um passo
4770 atrás, para podermos dar dois passos à frente.

4771

4772 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4773

4774 Doutor Joels, eu gostaria do seguinte: a mesa não entende precedente, a colocação que o
4775 senhor está fazendo no momento. Nós entendemos que tem procedência, se o senhor quiser
4776 fazer uso da palavra, como representante do MCT, de apresentar a sua argumentação a
4777 respeito do tema em que está em debate, relativo ao Pedido de Vistas e apresentação de
4778 modificações. O senhor tem dez minutos para fazer, se o senhor desejar fazê-lo, senão, eu
4779 vou pedir ao doutor Bráulio que faça o encaminhamento do Ministério do Meio Ambiente.

4780

4781 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

4782

4783 Eu não farei o encaminhamento, e peço ao doutor Márcio Mazzaro para que o apresente,
4784 então.

4785

4786 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4787

4788 Eu acho que... Doutor Langone, se nós formos começar a discutir encaminhamento de
4789 novo, vamos abrir novamente essa questão. Certo? O senhor gostaria de fazer uso da
4790 palavra, por uma Questão de Ordem? Então, há outras pessoas que o precedem, doutor
4791 Langone. Mas, há outras pessoas que o precedem, e estão pedindo a palavra.

4792

4793 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

4794

4795 Só mais uma coisa, na nossa última reunião extraordinária, uma falta de clareza... Não. A
4796 penúltima, porque a última foi ontem. Na nossa penúltima reunião extraordinária, uma falta
4797 de clareza sobre o que estava sendo votado, e como estava sendo votado, nos levou a
4798 terminar, a interromper a sessão dá-la por terminada, e retomar o assunto. Eu acho que
4799 mesmo para fazer apresentação, a gente deve ter clareza...

4800

4801 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

4802

4803 ...Como vai ser elevado adiante esse processo de votação aqui dentro. Como se diria em
4804 *poker*, aquela reunião melou, porque as cartas foram distribuídas de maneira inadequada.
4805 Então, eu acho que aqui, para que a gente possa continuar, a gente deveria ter clareza de
4806 quais são os procedimentos a serem seguidos para que a gente vá levar. O que a gente está
4807 votando? É a proposta do Conselheiro Finotti? É a proposta do Conselheiro Vicente? Eu
4808 estou com uma dúvida.

4809

4810 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4811

4812 Doutor Joels, o senhor tem quilometragem suficiente deste CONAMA, para saber qual é o
4813 procedimento de votação. O procedimento de votação é apresentado à proposta original da
4814 Câmara Técnica; é votada e, após os destaques. É esse o encaminhamento que sempre a
4815 mesa fez e que houve, inclusive, hoje nessa situação. Eu vou pedir que o doutor Bráulio
4816 tenha a palavra para apresentar...

4817

4818 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

4819

4820 Doutor José Pedro, apesar de ser mais velho que o senhor, o senhor tem muito mais
4821 quilometragem aqui dentro do que eu, e sabe que a gente precisa ter clareza de como vai ser
4822 feita a votação. A votação não está definida, porque houve...

4823

4824 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4825

4826 Toda a votação está definida, doutor Joels.

4827

4828 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

4829

4830 Houve uma proposta do doutor Finotti, que nós fizéssemos uma assembléia permanente.

4831 Houve uma proposta do doutor Vicente, e corroborada por várias outras pessoas....

4832

4833 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4834

4835 Doutor Joels, o seu tempo está encerrado. Se for por Questão de Ordem, nós vamos por
4836 ordem de inscrição. Não. Não, doutora Giovanna , por gentileza, o doutor Langone pediu a
4837 palavra primeiro. E o representante Felipe pediu a palavra primeiro. O seu tempo está
4838 esgotado.

4839

4840 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

4841

4842 O meu tempo está esgotado, mas a situação ainda não está esclarecida. Obrigado.

4843

4844 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4845

4846 Então, o senhor representante da CNT, é uma Questão de Ordem? Não? É só Questões de
4847 Ordem que eu estou aceitando. Doutor Langone tem uma questão de ordem, e depois, a
4848 doutora Giovanna tem uma questão de ordem de encaminhamento.

4849

4850 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

4851

4852 Eu acho que só tem uma questão agora, presidente, que é de bom senso. É porque quando
4853 um ou dois têm que perder o vôo, é uma coisa, quando trinta têm que perder o vôo é outra.
4854 Então, nós entramos num horário crítico. Ontem era diferente. Nós fomos até mais tarde,
4855 porque tinha reunião. Todo mundo ficou aqui para hoje; a maioria. Então, eu gostaria de
4856 fazer uma consulta, pode até não ser à presidência: quantas pessoas daqui têm que pegar
4857 vôo até às 17:00h? Por favor, levantem o braço aí. Então, não há empecilho para nós
4858 continuarmos, presidente.

4859

4860 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4861

4862 Não há empecilho. Doutora Giovanna , por gentileza. Eu mudei já meu vôo, doutor
4863 Langone. Eu tinha vôo também hoje, às 17:00h, e mudei para as 21:00h, e se for preciso,
4864 mudo para amanhã.

4865

4866 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4867

4868 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4869

4870 Com licença, doutor Francisco. Doutor Francisco, a Casa Civil tem uma Questão de
4871 Ordem prevalecente. Depois, se o senhor quiser, o senhor tem essa questão.

4872

4873 **Giovanna Guiotti Testa – Representante da Presidência da República**

4874

4875 Na verdade, presidente tem sido... Várias questões de ordem têm sido colocadas; pelo
4876 menos umas quatro propostas diferentes e, na verdade, o senhor já está querendo passar
4877 para a instrução da questão. Eu acho que primeiro, nós vamos resolver a Questão de
4878 Ordem. Na verdade, não há um consenso no plenário de que forma deva se seguir esta
4879 reunião. Primeiro, nós temos que estabelecer qual é a melhor forma... Primeiro, vamos
4880 estabelecer quais as questões de ordens que serão votados. Vamos votar as questões de
4881 ordem.

4882

4883 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4884

4885 Pois não.

4886

4887 **Giovanna Guiotti Testa – Representante da Presidência da República**

4888

4889 E daí, vamos proceder a instrução da matéria.

4890

4891 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4892

4893 A senhora deseja saber se o plenário quer votar isso de imediato, ou não? Eu vou consultá-
4894 lo.

4895

4896 **Giovanna Guiotti Testa – Representante da Presidência da República**

4897

4898 Não. Primeiro, eu quero saber da mesa quais são as questões de ordem, quais as propostas
4899 de encaminhamento. Obrigada.

4900

4901 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4902

4903 Há três propostas de encaminhamento: uma de votação imediata. Certo? E que se não
4904 houver tempo, tenho que decidir por sob todos os detalhes, isso passe para uma
4905 permanência da reunião aberta. Há uma outra proposta de que haja uma discussão numa
4906 reunião extraordinária. Certo? Essa primeira é do doutor Finotti e da doutora Celeste, e a
4907 segunda...

4908

4909 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4910

4911 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4912

4913 Ué! eu entendi que a senhora tinha dito que isso podia permanecer. Então, é só do doutor
4914 Finotti. Certo? A segunda é do doutor Vicente, e de vários outros, no sentido de que haja
4915 uma reunião extraordinária. E existe uma terceira, que se pode, que é a tradicional de
4916 permanência da reunião. Não há problema de vôo, pelo que eu entendi aqui, exceto por três
4917 pessoas, o que não impediria a continuidade da reunião. Então, nós poderemos votar a
4918 matéria e discutir os destaques, e irmos trabalhando nisso até as sete e meia, como
4919 trabalhamos ontem.

4920

4921 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4922

4923 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4924

4925 Não. Não precisa encaminhar as três questões de ordem. Eu acho que pura e simplesmente
4926 poderia resolver sob uma ou outra, porque há duas situações: 1) Ou de votar agora, ou de
4927 fazer uma reunião extraordinária; a terceira e decorrente da primeira. Vota agora a
4928 primeira...

4929

4930 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4931

4932 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4933

4934 A doutora Marijane pede um esclarecimento?

4935

4936 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4937

4938 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4939

4940 No microfone, por gentileza, doutora Marijane, porque assim fica... não só por questão de
4941 gravação desta sessão histórica em que já está se transformando...

4942

4943 **Marijane Lisboa - Representante do Greenpeace**

4944

4945 A Questão de Ordem que eu já apresentei e que o Conselheiro Langone apresentou e que
4946 vários Conselheiros reiteraram aqui, não está presente, presidente, na sua relação, que é a
4947 seguinte: votemos a resolução como foi aprovada pela Câmara Técnica. Agora é a Questão
4948 de Ordem. Eu gostaria que votassem essa questão: votamos ou não votamos agora esta
4949 resolução aprovada pela Câmara Técnica.

4950

4951 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4952

4953 Eu entendo perfeitamente. Votamos e continuamos, a discutir. Não há por que interromper.

4954

4955 **Marijane Lisboa - Representante do Greenpeace**

4956

4957 Exatamente. Exatamente. Então, desculpe. Então eu não entendi.

4958

4959 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4960

4961 Eu acho que houve um mal entendido.

4962

4963 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**

4964

4965 Então, seria a terceira proposta.

4966

4967 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

4968

4969 O entendimento da presidência é: votamos agora, e fazemos a discussão dos destaques em
4970 seguida.
4971
4972 **Marijane Lisboa - Representante do Greenpeace**
4973
4974 Então, a proposta da Câmara Técnica?
4975
4976 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
4977
4978 Da Câmara Técnica, e discutimos depois os destaques como todos...
4979
4980 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**
4981
4982 – Desculpe, eu não havia entendido.
4983
4984 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
4985
4986 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
4987
4988 Certo? Eu queria colocar... O doutor Langone tem um entendimento diferenciado?
4989
4990 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
4991
4992 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
4993
4994 Então, vamos ver quantas questões de ordem temos.
4995
4996 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**
4997
4998 Presidente, a nossa proposta foi o seguinte: a gente apreciar o texto base, e tratar numa
4999 reunião subsequente as demais questões.
5000
5001 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
5002
5003 Então, são duas questões de ordem.
5004
5005 **Senhor**
5006
5007 Três.
5008
5009 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
5010
5011 Três questões de ordem. Então, vou colocar em votação as três questões de ordem. Certo?
5012 Se votamos de imediato e suspendemos a reunião posterior, dando a Palavra Livre, que não
5013 foi dada na reunião de ontem, certo? Se votamos o texto básico, e continuamos a discussão,
5014 ou se remetemos tudo para uma reunião a posteriori, certo? Então, como as duas primeiras

5015 aplicam em votação agora, eu colocaria em primeiro lugar, se todos estivessem de
5016 acordo...Pois não, doutora Giovanna.
5017
5018 **Giovanna Guiotti Testa – Representante da Presidência da República**
5019
5020 Votamos pela ordem (...) *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*.
5021
5022 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
5023
5024 Pois não. Pode ser. Perfeito. Sem problemas.
5025
5026 **Giovanna Guiotti Testa – Representante da Presidência da República**
5027
5028 A segunda proposta, que foi a que o doutor Vicente colocou, que foi adiada para uma
5029
5030 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*.
5031
5032 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
5033
5034 Sim, mas se a primeira for vencedora, a segunda já está prejudicada.
5035
5036 **Giovanna Guiotti Testa – Representante da Presidência da República**
5037
5038 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*.
5039
5040 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
5041
5042 Certo? São três.
5043
5044 **Giovanna Guiotti Testa – Representante da Presidência da República**
5045
5046 (...), E a terceira que seria da...
5047
5048 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
5049
5050 Marijane.
5051
5052 **Giovanna Guiotti Testa – Representante da Presidência da República**
5053
5054 (...) Até o final.
5055
5056 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
5057
5058 Exato. A primeira e a segunda... A primeira e a terceira, como a senhora colocou, são
5059 aparentadas, porque aplicam na votação imediata. Então... Mas elas vão ser decorrentes
5060 uma da outra. Então, eu vou colocar em votação, conforme proposto pela representante da
5061 Casa Civil, doutora Giovanna. Em votação, aqueles que desejam a votação imediata do

5062 Texto Básico da Câmara Técnica, ressalvados os destaques para outra próxima reunião. Um
5063 momentinho. Eu estou estabelecendo encaminhamento para que fique bem esclarecido. A
5064 sessão está suficientemente tumultuada. A ansiedade neste momento... Vamos gastar trinta
5065 segundos neste momento, por favor. Já gastamos três horas, vamos gastar trinta segundos.
5066 Então, fica sendo votado como proposto de que votaremos agora, e a seguir desdobraremos
5067 em se ela será conclusiva para os destaques a posteriori, ou se ela ficará para se discutir os
5068 destaques agora. Se ela for perdedora, nós vamos votar a possibilidade de uma reunião
5069 extraordinária para o menor prazo possível. Tá OK? Então, aqueles que são a favor - não
5070 levantem o braço ainda, por favor, só quando eu pedir - de que nós votemos imediatamente
5071 deixando os destaques para uma próxima reunião, por favor, levantem e mantenham seus
5072 votos elevados para que a gente possa fazer a contagem. Um, dois, três, quatro, cinco, seis,
5073 sete, oito... (*Votação. Inaudível*). Vinte votos. Obrigado. Aqueles que são contrários a essa
5074 proposta, por favor, se manifestem, mantendo seu voto elevado. Um, dois, três, quatro,
5075 cinco, seis... (*Votação. Inaudível*). Dezesesseis. Prevaleceu a primeira questão. Quem quer
5076 consignar uma abstenção, por favor? Então, nós votaremos agora. Vamos fazer um
5077 encaminhamento de votação para deixar os destaques a serem decididos a posteriori,
5078 conforme a vontade da maioria. Mas, no microfone, por gentileza, doutor Rinaldo
5079 Junqueira.

5080

5081 **Rinaldo Junqueira de Barros – Representante do Ministério da Agricultura e do**
5082 **Abastecimento**

5083

5084 Os senhores me desculpem, mas eu precisaria desse esclarecimento: se, evidentemente, nós
5085 vamos votar, e decidimos votar, eu gostaria de saber o seguinte: qual o efeito prático de nós
5086 termos uma resolução incompleta, aprovada por este...?

5087

5088 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5089

5090 Doutor Rinaldo, eu também tenho as mesmas dúvidas que o senhor, mas eu acho que não
5091 compete mais nós exacerbarmos sobre esse detalhe, uma vez que a vontade da maioria do
5092 plenário já se manifestou. Certo? Eu creio que isso esteve na colocação de cada uma das
5093 pessoas.

5094 Doutor Langone, quer se manifestar sobre esse tema?

5095

5096 (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

5097

5098 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5099

5100 Pois é. A proposta tem um encaminhamento, que eu gostaria de convidar o Ministério da
5101 Ciência e Tecnologia para fazer, por dez minutos, o encaminhamento, depois o Ministério
5102 do Meio Ambiente.

5103 Isso faz parte da praxe.

5104

5105 (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

5106

5107 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5108

5109 Eu vou dar essa oportunidade, por favor. Ninguém tem que viajar. Todo mundo já
5110 esclareceu. Doutor... O senhor quer usar dessa sua prerrogativa?

5111

5112 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

5113

5114 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5115

5116 Doutor Joels, o senhor gostaria de usar dessa prerrogativa? De fazer o encaminhamento?

5117

5118 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

5119

5120 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5121

5122 No máximo dez minutos. Eu gostaria que fosse em cinco, se possível. Estou com o relógio
5123 na mão.

5124

5125 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

5126

5127 Eu queria... Ao que parece foram... Doutor Zé Pedro, ao que parece, foram vinte votos a
5128 favor, dezesseis contra e nenhuma abstenção. Então, me parece que nós não temos quorum
5129 para fazer a votação da matéria substantiva.

5130

5131 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5132

5133 Doutor Joels, a mesa vai considerar esse assunto superado. A mesa considera esse assunto
5134 superado. Já fizemos duas votações de quorum, e nós temos uma tradição aqui. O seu
5135 tempo está correndo. O senhor tem dez minutos, no máximo.

5136

5137 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

5138

5139 Bom, então, doutor Márcio...

5140

5141 **Senhor**

5142

5143 Zé, eu tenho o parecer para decidir.

5144

5145 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

5146

5147 **Márcio Antônio Mazzaro – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

5148

5149 Eu estou com a palavra? Bom, a justificativa da minha presença neste plenário, para
5150 encaminhar a proposta do MCT, é no sentido de que o nosso parecer, que deveria ter sido
5151 também dado vistas a todos os Conselheiros para conhecer a nossa posição, não foi
5152 apresentado. O que invalida, inclusive, de certa forma, o nosso posicionamento em relação
5153 à compreensão do Conselho. Mas, vamos lá! O presente parecer objetiva justificar e
5154 fundamentar o Pedido de Vista formulado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A
5155 motivação do pedido de vista, por parte desse Ministério, foi decorrente da constatação de

5156 situações duvidosas quanto à possibilidade jurídica de aprovação de texto, tal como está
5157 redigido, e que se passa a discorrer nos argumentos que seguem: primeiramente há de se
5158 observar que a Lei 6.938/81, que trata da política de meio ambiente, em seu artigo nono,
5159 inciso quarto, dispõe que o licenciamento ambiental e a revisão de atividades efetiva ou
5160 potencialmente poluidoras, são instrumento da política ambiental. Muito bem! Diante... - A
5161 que se observar também que a Constituição Federal, no seu inciso quarto, do parágrafo
5162 primeiro, do artigo 225, estabelece que incumbe ao Poder Público exigir, na forma da Lei –
5163 ressalto - estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade
5164 potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. Isso é
5165 indiscutível. Diante dessas premissas legais, resta, evidente, a necessidade de definição de
5166 qual órgão do Poder Público é competente para identificar dentre as atividades envolvendo
5167 OGM e derivados, quais são aqueles potencialmente degradadores do meio ambiente e,
5168 conseqüentemente, passíveis de exigência do licenciamento ambiental e do estudo de
5169 impacto ambiental. Com a publicação da Lei número 10.165, de 27 de dezembro de 2000,
5170 que altera a Lei 6.938, e visando da fundamentação legal exclusivamente para cobrança da
5171 taxa de controle e fiscalização ambiental, instituída por meio do artigo 17 B... Senhor
5172 presidente ...

5173

5174 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5175

5176 Desculpe, é que temos uma questão extra aqui. O senhor continua com a palavra.

5177

5178 **Márcio Antônio Mazzaro – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

5179

5180 Obrigado. ...Da referida Lei, inseriu-se no texto desta última - da 6.938 - *roll* de atividades
5181 consideradas poluidoras e sujeitas ao licenciamento ambiental, semelhante àquele que fazia
5182 parte da Resolução CONAMA 237, de 1997.Referia alteração da Lei 6.938, estabeleceu de
5183 forma apriorística e sem uma adequada fundamentação científica, que toda atividade
5184 envolvendo a liberação de OGMS, é a poluidora do meio ambiente. - Uma interpretação
5185 totalmente equivocada -. Contudo, imediatamente após a publicação dessa sobredita Lei, e
5186 mais precisamente no dia vinte e oito de dezembro, foi editada a Medida Provisória,
5187 número 2.137 - atual 2.191-9 - alterando dispositivos da Lei 8.974 que regulamenta os
5188 incisos 02 e 04 do parágrafo primeiro, do artigo 225 da Constituição, estabelece normas
5189 para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente, de
5190 organismos geneticamente modificados. E, atribuiu ainda, de forma ainda mais clara, à
5191 Comissão Técnica Nacional de Biosegurança - CTNBio, conforme disposto no artigo 01 D,
5192 inciso 19, a competência para "Identificar as atividades decorrentes do uso de OGM e
5193 derivados, potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente". E
5194 essa competência, senhores Conselheiros, atribuída à CTNBio inexoravelmente deve se
5195 realizar em cumprimento ao disposto no inciso 14 do referido artigo 01 D, caso a caso,
5196 quando da análise dos pleitos que lhe forem submetidos para emissão do seu parecer
5197 técnico prévio conclusivo. Portanto, diante do cenário jurídico atual, pode-se concluir que o
5198 legislador **originário** não adotou outra postura senão a de excepcionar no *roll* genérico e
5199 apriorístico constante da Lei 10.165, que alterou a Lei 6.938, a competência da CTNBio
5200 para identificar, dentre as atividades que envolvam OGM e derivados, aquelas que são
5201 potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, condição
5202 primordial para exigência do licenciamento ambiental e do estudo de impacto ambiental,

5203 por parte do Poder Público. Porém, esse entendimento não está contemplado no texto:
5204 Projeto de Resolução, que é objetivo de votação nesta noite. Após análise detalhada do
5205 texto da proposta de resolução, conclui-se não estar ele reconhecendo a competência legal
5206 atribuída à CTNBio, para identificar as atividades decorrentes do uso de OGM e derivados,
5207 potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, o que faz ser
5208 considerado um texto ilegal, na medida em que inova o Ordenamento Jurídico Nacional,
5209 sem ser um instrumento adequado para tal feito, ou seja, a pretensão do CONAMA, com
5210 essa resolução, é mudar Lei. Resolução mudando Lei, é inconstitucional. Considerando que
5211 o licenciamento ambiental e estudo de impacto ambiental devem ser exigidos para as
5212 atividades poluidoras do meio ambiente, inclusive, para aquelas que envolvam OGM e
5213 derivados, nesse particular, quando assim, caso a caso forem identificados pela CTNBio,
5214 apresentamos então, a proposta substitutiva de resolução que resguarda a competência da
5215 CTNBio e também do órgão ambiental competente, para a realização do necessário e
5216 indispensável licenciamento ambiental. Complementando o meu posicionamento e o
5217 posicionamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, eu gostaria de pedir permissão à
5218 mesa para chamar o doutor Reginaldo **Minaré**, advogado da CTNBio, que complementar
5219 o posicionamento agora externado. Por favor, doutor Reginaldo.

5220

5221 **Senhor**

5222

5223 Desde que dentro do tempo estipulado.

5224

5225 **Márcio Antônio Mazzaro – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

5226

5227 Dentro do tempo estipulado.

5228

5229 **Senhor**

5230

5231 Faltam três minutos.

5232

5233 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5234

5235 Mais três minutos.

5236

5237 **Reginaldo Minaré - Advogado da CTNBio**

5238

5239 Bem, vou procurar ser breve, e me ater ao único ponto que entendo ser o ponto de
5240 importância para ser discutido aqui neste momento. E é exatamente o ponto que o doutor
5241 Márcio Mazzaro muito bem colocou, que é o aspecto de ilegalidade que reveste todo o
5242 conteúdo da proposta de resolução elaborada pelo grupo de trabalho. Durante a elaboração
5243 dessa proposta, a qual acompanhei, e basicamente com muita atenção durante a sua
5244 passagem pela Câmara Jurídica, onde, de forma muito equivocada, por se tratar de uma
5245 Câmara Jurídica, eu vou relatar o que lá aconteceu, de forma bastante rápida: Pontualmente,
5246 foram contestados os incisos que nós consideramos ilegais. O nobre representante do
5247 Ministério da Justiça pontuou todos os pontos. E a argumentação da Câmara Jurídica é que
5248 não seria considerada a Medida Provisória, naquele momento, por se tratar ela, de um
5249 instrumento que poderia ser regrado pelo Congresso Nacional. Portanto, senhores, não vão

5250 considerar um texto... O texto da Medida Provisória, que é um instrumento jurídico
5251 constitucionalmente definido, e que até o Congresso Nacional atual, quando elaborou a
5252 Emenda Constitucional 32, dando um novo tratamento à tramitação da Emenda
5253 Constitucional, no seu último artigo considerou que as medidas provisórias, até então
5254 editadas, permaneciam com força de lei até que o Governo Federal, as revogassem por
5255 meio de outra Medida Provisória e/ou se o Congresso Nacional deliberasse de forma
5256 contrária. Portanto, a Medida Provisória que atribui a competência à CTNBio para
5257 identificar dentre as...

5258

5259 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5260

5261 O seu tempo está esgotado. Só terminar. O senhor tem mais trinta segundos para terminar.

5262

5263 **Reginaldo Minaré - Advogado da CTNBio**

5264

5265 Dentre as atividades que envolvam OGM - aquelas que são potencialmente poluidoras -
5266 para depois encaminhar ao CONAMA, para o mesmo exercer a sua competência de
5267 licenciamento e de exigência de estudo e impacto ambiental é um instrumento legal de
5268 validade constitucional. Portanto, não ser esta Medida Provisória contemplada pela
5269 resolução do CONAMA, faz com que os cidadãos, assim que for votado e publicado esse
5270 texto, deve procurar o judiciário para sanar imediatamente essa situação ilegal que fere o
5271 Estado Democrático de Direito. Muito obrigado.

5272

5273 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5274

5275 Doutor Bráulio, o senhor tem dez minutos - cinco de preferência - para fazer a apresentação
5276 da posição do Ministério do Meio Ambiente. Repetindo as palavras do Ministro José
5277 Carlos, de hoje de manhã, de que não há nenhuma dúvida de que o Ministério do Meio
5278 Ambiente reafirma o seu entendimento do direito do SISNAMA, de opinar sobre os
5279 aspectos ambientais dos OGMS. Por gentileza.

5280

5281 **Bráulio Dias - MMA**

5282

5283 Obrigado. Eu queria, rapidamente, colocar a todos que, em primeiro lugar, a minuta de
5284 resolução que nós temos aqui para consideração, é resultado de quase dois anos de
5285 discussão num grupo técnico, criado pelo CONAMA, que incluiu representantes de todos
5286 os setores. Não foi criada nenhuma dificuldade, pelo contrário, foi estimulada ao máximo, a
5287 participação de representantes de todos os setores: área acadêmica, ambientalista, órgãos de
5288 licenciamento, setor empresarial, diferentes ministérios. A posição do Ministério do Meio
5289 Ambiente nessas discussões, sempre foi a de busca de consenso. Nós nunca defendemos
5290 uma posição radical nessa questão. Sempre buscamos construir o consenso, e assim
5291 trabalhamos até o final. A proposta que o plenário do CONAMA tem que considerar, é uma
5292 proposta que resultou desse esforço de consenso. Ela não atendeu, ela não incorporou
5293 posições mais radicais de um lado ou de outro. Está certo? Ela representa, de fato, um
5294 esforço de obtenção de consenso. Ela foi endossada pela Câmara Técnica de Controle
5295 Ambiental, e passou pela Câmara de Assuntos Jurídicos. Não é verdade que a Medida
5296 Provisória não foi considerada. O que aconteceu é que alguns membros divergiram da

5297 necessidade de, explicitamente, listar a Medida Provisória. A opção foi se referir à
5298 legislação vigente de biosegurança, o que inclui, obviamente, não só a lei de biosegurança,
5299 mas a Medida Provisória e seus decretos. Eu queria destacar que a proposta apresentada
5300 trata de forma diferenciada, situações que são diferentes, quer dizer, a situação de pesquisa,
5301 pesquisa em laboratório, pesquisa de campo, a questão de liberação pré-comercial,
5302 comercial, e situações particulares de empreendimentos. Houve o cuidado de não se
5303 estabelecer exigências que pudessem ser um estorvo, um empecilho ao desenvolvimento da
5304 pesquisa e ciência e tecnologia. Houve esse esforço. Toda a pesquisa em confinamento não
5305 está submetida à proposta de licenciamento. A pesquisa de campo, apenas, está submetida a
5306 uma proposta de uma licença simplificada que não envolve em *EIA/RIMA*, mas apenas
5307 alguns procedimentos simplificados. Há a liberação comercial, que é a questão mais
5308 controversa. Ela inova, ao propor, como é prevista essa possibilidade, uma licença
5309 especial em cima do uso da tecnologia para que não se penalize cada agricultor. Então, isso
5310 é feito por atacado, em cima da tecnologia. E, prevendo o uso de um macro-zoneamento, e
5311 ressaltado, finalmente, a possibilidade de licenciamentos em casos de empreendimentos,
5312 sim, mas onde, claramente, houver riscos claros ou pela localização ou pelo tipo de OGM
5313 que haja necessidade de se tratar caso a caso, o empreendimento. A questão levantada pelo
5314 Ministério da Ciência e Tecnologia, é uma questão que perpassou várias vezes a discussão.
5315 É uma discussão em que o plenário da CTNBio terá que se pronunciar. Ela diz respeito,
5316 basicamente, a se resguardar as competências específicas dos diferentes órgãos: CTNBio
5317 versus as competências dos órgãos ambientais de licenciamento ambiental. Essa é a grande
5318 controvérsia que perpassa essa discussão. Eu gostaria de esclarecer que a questão levantada
5319 nas propostas do MCT, eu acho que tem várias propostas que se pode perfeitamente, o
5320 Ministério do Meio Ambiente aceitar como contribuição positiva para melhorar o texto;
5321 outras, não. Entendemos que há situações em que se está fazendo confusão entre
5322 licenciamento ambiental e *EIA/RIMA*. A primeira questão a ser esclarecida: a Legislação de
5323 Biosegurança não regulamenta o inciso quarto do artigo 225 da Constituição, ela
5324 regulamenta os dois e cinco. O Artigo quatro é aquele que trata de *EIA/RIMA*. Portanto, a
5325 Legislação de Biosegurança, ela não regulamenta a questão de *EIA/RIMA*. Isso não consta
5326 da Legislação de Biosegurança, a não ser que o Congresso venha mudar isso. A questão de
5327 licenciamento e *EIA/RIMA*, cabe lembrar que há uma diferença: a questão do artigo desse
5328 inciso quarto da Constituição, do 225, remete a necessidade de se exigir *EIA/RIMA* para
5329 aqueles casos com evidência de potencial dano significativo ao meio ambiente. Então, esse
5330 *qualificativo significativo* é restrito à exigência de *EIA/RIMA*. A exigência de licenciamento
5331 ambiental não tem essa restrição na Constituição e nem em qualquer outra legislação. A
5332 Legislação Ambiental prevê o uso de licenciamento ambiental para qualquer atividade com
5333 potencial dano ambiental. Não há necessidade de ter esse qualificativo de significativo,
5334 mesmo porque o licenciamento é um instrumento de gestão de risco ambiental para reduzir
5335 esse risco. Então, é preciso separar essas questões. A posição do MCT continua insistindo
5336 nessa confusão, que eu acho que não ajuda neste debate. A outra questão que com o MCT
5337 colocou que não ajuda, é essa questão dessa Lei 10.165, que estabeleceu num anexo, a
5338 identificação de atividades potencialmente poluidoras ou usuários de recursos naturais. Eu
5339 chamaria a atenção que essa Lei visa dotar o órgão de fiscalização de recursos financeiros
5340 para exercer o seu papel. Se esse artigo for suprimido, o que vai acontecer é que os órgãos
5341 de fiscalização ambiental não terão recursos para cumprir o seu papel. Eu pergunto se a
5342 CTNBio tem orçamento previsto para cobrir todas as ações de fiscalização dos órgãos
5343 ambientais. É preciso pensar nessa questão. Esse inciso, esse artigo não é para determinar

5344 aprioristicamente que OGMs são causadores de significativo impacto ambiental. Não se
5345 trata disso. Esse entendimento está equivocado. Esse artigo visa dotar os órgãos de recursos
5346 financeiros para cumprir o seu papel. Todos reclamam que os órgãos ambientais não têm
5347 técnicos suficientes. Aliás, não só nessa área de OGMs, não só os técnicos ambientais, mas
5348 a agricultura e saúde já ficaram comprovadas que não têm todos os recursos necessários.
5349 Então, a manutenção dessa posição não vai viabilizar uma efetiva fiscalização nas
5350 atividades de OGMs. E eu chamo a atenção que OGM... A posição do MMA coincide com
5351 outros ministérios de que tem que ser estudado caso a caso. Esse inciso, esse artigo é só
5352 para pode dar condições do órgão de fiscalização de cumprir o seu papel. Ou OGM entra aí,
5353 como potencial poluidor ou ele entra como usuário de recursos naturais renováveis; nos
5354 dois casos, quer dizer, não adianta querer só colocar que o OGM não causa um potencial
5355 poluidor. Basta ele ser... ele é uma atividade derivada do uso de recursos naturais
5356 renováveis, biodiversidades, recursos genéticos. Portanto, a ele cabe, sim, pagar essa taxa
5357 aos órgãos ambientais para que eles exerçam o seu papel de fiscalização...

5358
5359 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5360
5361 Doutor Bráulio, mais um minuto, por favor.

5362
5363 **Bráulio**

5364
5365 Ok! Eu chamo a atenção de que as propostas do Ministério da Agricultura e do MCT, em
5366 grande parte, elas são pequenas alterações de acréscimos ou de supressão, e na maior parte,
5367 em cima dessa questão central, de resguardar competências dos órgãos, eu acho que não
5368 cabe uma análise genérica sobre isso, cabe a cada artigo que a gente examine para ver onde
5369 procede ou não essa alteração. E gostaria de chamar a atenção de que o texto que a
5370 secretaria do CONAMA distribuiu hoje, que a apensa, agrega as contribuições, as propostas
5371 do MCT e do Ministério da Agricultura... No caso do Ministério da Agricultura, houve
5372 erro de inserção. Eu não sei se o Rinaldo percebeu isso. Existe erro de inserção de uma
5373 série de propostas do Ministério da Agricultura, em que suas propostas estão colocadas em
5374 locais errados, não equivalentes, em termos de conteúdo. Então, eu chamaria a atenção para
5375 isso. Eu tenho essa lista. E isso vai tanto para as propostas... Desde o artigo quarto até o
5376 artigo décimo quarto estão todos com problemas de inserção. Isso, no texto preparado pela
5377 Secretaria Executiva do CONAMA, que apensou essas propostas. Então, eu chamo essa
5378 atenção no momento em que se vá para discutir esses destaques, que essa correção seja
5379 feita. Obrigado.

5380
5381 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5382
5383 Muito obrigado, doutor Bráulio. Doutor Langone e doutora Marijane, em especial, que
5384 estão mais preocupados, eu tenho... Recebi uma surpresa aqui, que gostaria que a doutora
5385 Eleonora me confirmasse: nós recebemos... Eu recebi com total surpresa a informação de
5386 que a CNI também apresentou o seu voto no sentido de pedido de vistas. Portanto,
5387 regimentalmente, ela também tem dez minutos para apresentar o seu trabalho. Eu queria
5388 que a doutora Eleonora confirmasse esse assunto.

5389
5390 **Eleonora Galvarros Bueno Ribeiro - Diretora Adjunta do CONAMA**

5391

5392 O documento não foi inserido no texto apresentado, porque ele não se refere a alterações de
5393 artigos, ele se refere a questionamentos jurídicos e outros encaminhamentos.

5394

5395 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5396

5397 A confirmação da secretaria está me dando esse assunto. Doutor Langone quer fazer uso da
5398 palavra? .

5399

5400 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

5401

5402 Intempestiva solicitação, o CNI participou de toda a reunião, e a decisão nossa foi votação
5403 imediata do assunto.

5404

5405 **Reginaldo Minaré - Advogado da CTNBio**

5406

5407 CNI, por gentileza.

5408

5409 **Senhor**

5410

5411 Eu estava efetivamente aguardando a hora oportuna para me manifestar, porque eu tinha
5412 mandado o meu parecer na primeira semana do prazo; e mandei de várias formas: eu
5413 mandei via fax, eu mandei via *e-mail* e mandei protocolar também. Então, eu não posso
5414 agora admitir isso. Ela tinha que estar constada da... o meu parecer constar dentro do
5415 processo.

5416

5417 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5418

5419 Antes de o senhor fazer uso da palavra, se for o caso, o doutor Paulo Nogueira também
5420 pediu uma Questão de Ordem. Doutor Paulo Nogueira, tem a palavra por uma Questão de
5421 Ordem, e depois, nós seguiremos com o processo normal. Por gentileza.

5422

5423 **Paulo Nogueira Neto – Representante da ADEMASP**

5424

5425 Eu acho que nós estamos aqui, numa posição extremamente delicada. Nós estamos jogando
5426 com o futuro desta instituição, e eu acho que nós, de um lado, temos que defender as nossas
5427 prerrogativas; de outro lado, qualquer ação nossa que signifique bater de frente com outras
5428 instituições - e quando eu me refiro a outras instituições, eu me refiro a outros ministérios, a
5429 outros órgãos - eu acho que isso seria profundamente ruim para nós, para o futuro do
5430 CONAMA. Eu acho que a gente poderia, talvez, fazer uma solução intermediária, no
5431 sentido dos presentes manifestarem a sua preocupação através de uma moção em defesa das
5432 prerrogativas do CONAMA. Então, ficaria uma manifestação clara e muito simples, poucas
5433 palavras em defesa das prerrogativas do CONAMA. E não entraríamos em outros detalhes
5434 que vão causar certamente atritos, que depois vão ser muito difíceis de serem resolvidos.
5435 Quando eu faço a defesa do CONAMA... Quando e me refiro, pelo Brasil a fora, nas
5436 minhas palestras, em defesa do CONAMA, eu digo que o CONAMA é um órgão exemplar,
5437 um órgão único, porque o CONAMA consegue chegar a soluções de consensos, procura

5438 atingir... respeitar a opinião de todos. E essa é uma grande força do CONAMA. Se nós
5439 batermos de frente com uma série de outras instituições, nós vamos perder, digamos assim,
5440 esse poder que nós temos de aglutinar, de conciliar e de lutar por aquilo que a gente
5441 acredita. Então, seria uma moção em defesa das suas prerrogativas, que eu acho que todo
5442 mundo estaria de acordo; poderíamos fazer isso até ousar dizer, talvez, até unanimemente, e
5443 deixaríamos, então, para uma outra reunião, atendendo ao que disse o nosso consultor
5444 jurídico, para debater a coisa mais detalhadamente. (*Palmas*).

5445

5446 (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

5447

5448 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5449

5450 Pela ordem, sendo questões de ordem, eu concederei ao doutor Vicente, à doutora Marijane
5451 e doutora...

5452

5453 **Vicente Gomes da Silva – Procurador Geral do IBAMA**

5454

5455 Bem, eu acompanho realmente essa preocupação do doutor Paulo Nogueira Neto, e cria
5456 também... Eu falei agora há pouco com o Ministro; nesse instante; coisa de um minuto
5457 atrás; e ele me perguntou de como, enfim, estava o encaminhamento, e eu disse: Olha,
5458 Ministro, realmente, nós, do ponto de vista de discussão de texto, que o que mais nos
5459 interessa, realmente, nós, praticamente não avançamos, porque realmente entramos
5460 realmente em outras questões, e não nos permitiu que avançássemos, e ele me pediu que
5461 fizesse um apelo a todos os senhores; e ele se compromete a estar presente nessa reunião,
5462 conduzindo, se nós não poderíamos efetivamente, nessa mesma linha de preocupação do
5463 doutor Paulo Nogueira Neto, de fato, marcarmos essa reunião no tempo menor possível que
5464 os senhores desejarem, para gente, aí, sim, fazer essa discussão; não só do Texto Básico,
5465 como de todas as proposições se precisar, de que elas sejam de dois dias, que seja, mas,
5466 então, eu queria insistir nessa proposta e, inclusive, é em nome do Ministro, já fazendo esse
5467 apelo, sem prejuízo da proposta do doutor Paulo Nogueira Neto, dessa moção, mas insistir
5468 na proposta de que nós... Eu acho que nós não temos, digamos, as condições necessárias
5469 para votar realmente uma matéria nesse ambiente, nesse grau de emoção, porque
5470 certamente na próxima reunião, será levantado algum tipo de suspenso, algum tipo de
5471 ilegitimidade, algum tipo realmente de matéria que deslegitima o processo. Então, em nome
5472 do Ministro, eu queria fazer esse apelo da gente... O tempo, os senhores marcam, pensam,
5473 e vamos definir a data dessa nova reunião. A gente traz essa matéria inteiramente instruída,
5474 quer dizer, e se necessário um dia, dias, a gente faz essa discussão, exclusivamente dessa
5475 matéria. Então, é em nome dele. Eu acabei de falar com ele, e ele disse: "Olha, eu acho que
5476 é temerário a gente votar matéria quando realmente a coisa não está inteiramente
5477 trabalhada, pacificada, enfim. A gente sabe que não tem consenso pra tudo, mas pelo menos
5478 não se levante qualquer tipo de suspensão ou processo que possa amanhã ser, digamos,
5479 criticado do ponto de vista de condução". Então, eu queria insistir nessa proposta,
5480 endossando o doutor Paulo Nogueira Neto, de a gente discutir uma data de uma reunião
5481 extraordinária do CONAMA para discutir e votar exclusivamente essa matéria.

5482

5483 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5484

5485 Eu tenho inscrito, por Questão de Ordem, doutora Marijane, doutora Giovanna e doutor
5486 Langone; e temos na mesa, um apelo feito pelo doutor Paulo Nogueira Neto, que goza do
5487 nosso aparelho, e do Ministro José Carlos Carvalho. Está com a palavra, a doutora Marijane
5488 Lisboa, por dois minutos.

5489

5490 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**

5491

5492 Eu acredito que o gesto político que nós estamos solicitando hoje, deste Conselho, não
5493 implicaria problemas legais, já que nós não íamos aprovar... Aprovamos o texto e depois
5494 iríamos abrir em próxima sessão, ou mesmo nessa, para continuar discutindo as emendas.
5495 Então, acredito que haja essa complicação. De qualquer forma, entendo que a pressão
5496 política é suficientemente forte para que este Conselho não consiga fazer o que ele estava
5497 querendo fazer durante todo esse tempo. E concordaria com a proposta do doutor Paulo
5498 Nogueira Neto, caso não seja uma frase no vazio, porque prerrogativas do CONAMA sem
5499 dizer que são... entre elas estão o direito e o dever de licenciar... de fazer licenciamento
5500 ambiental de transgênicos, para mim, nós concordamos que ele não tem esse direito. Então,
5501 eu acrescentaria... apoiaria a proposta do doutor Paulo, desde que a moção que nós
5502 aprovamos hoje, seja: o CONAMA, no dia de hoje, não podendo discutir ainda a resolução,
5503 decide, no entanto, declarar que considera sua prerrogativa, o licenciamento ambiental de
5504 transgênicos no País...

5505

5506 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5507

5508 Doutora Marijane, muito obrigado. Antes de passar a palavra para a doutora Giovanna...
5509 Só um instantinho, doutora Giovanna.

5510 Essa proposta foi feita desde hoje de manhã, pelo Conselheiro Leopoldo Brandão. Aliás,
5511 secundando uma proposta do doutor Paulo. E tenho marcado desde de manhã que é no
5512 sentido de reafirmar o direito do SISNAMA - não apenas do CONAMA, de todo o Sistema
5513 - de opinar sobre os aspectos ambientais das OGMs. A senhora fez uma proposta mais
5514 incisiva. Se pudesse colaborar na redação de uma proposta, lhe passando essa que eu tenho,
5515 eu lhe seria agradecido. Dando a palavra à doutora Giovanna, e depois ao doutor Langone.
5516 Pode sentar-se aqui à mesa, por gentileza. Sente-se aqui conosco.

5517

5518 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**

5519

5520 Quando eu falei um pouco mais cedo aqui sobre aprender, como eu aprendi esses dois dias,
5521 eu queria dizer que a maior hora foi agora. A gente passou a tarde inteira aqui, tendo uma
5522 discussão: de um lado, o grupo político queria dar uma sinalização; de do outro lado, havia
5523 o Ministério da Ciência e Tecnologia e algumas pessoas preocupadas com a parte técnica
5524 da questão dos OGMs. Com muita sabedoria, uma proposta conciliadora. Vamos dar essa
5525 sinalização política que o CONAMA precisa, quer dizer, eu particularmente acho que nem
5526 precisaria, porque estaria uma coisa subentendida. Tendo em vista a potencialidade de
5527 conflito, ao meu ver, a proposta do doutor Paulo Nogueira Neto é perfeita. Eu acho que a
5528 redação da moção, neste momento, é uma coisa até secundária, tendo em vista a grandeza
5529 da proposta do encaminhamento do doutor Paulo Nogueira. Nós vamos apoiar a redação da
5530 moção, que vai tentar não reduzir o papel do CONAMA. Eu acho que a moção tem que, ao

5531 invés de tentar reduzir a uma questão pontual política, ela tem que, sim, reafirmar o grande
5532 papel do CONAMA, dentro do SISNAMA. Tá? É só a minha opinião.

5533

5534 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5535

5536 Muito obrigado. Doutor Langone tem a palavra. Por gentileza.

5537

5538 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

5539

5540 Teremos a vitória por VO. Eu quero trazer aqui, uma proposição, presidente, para tentar
5541 uma solução. Nós já tivemos, inclusive, o doutor Vicente, falando em nome do Ministro
5542 aqui...

5543

5544 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5545

5546 Silêncio, por gentileza. Silêncio, plenário, por gentileza, o doutor Langone está falando, e
5547 nós queremos ouvi-lo.

5548

5549 **Cláudio Langone – Representante do Estado do Rio Grande do Sul**

5550

5551 Nós já tivemos a palavra do doutor Vicente, falando em nome do Ministro aqui, e se nós
5552 mantivermos o que este Conselho soberanamente decidiu em seis votações, eu tenho
5553 clareza de que virão outras manobras protelatórias. Então, a reunião está inviabilizada. Eu
5554 quero retirar a proposta de votação hoje, e quero dizer o seguinte: não vamos mais fazer
5555 proposições de encaminhamento, e que seja dado o encaminhamento que o senhor Ministro
5556 entende mais adequado neste momento.

5557 Nós, representantes, aqui, dos Estados, que estamos aqui até agora, lamentamos que seja
5558 assim, mas que seja dado o encaminhamento sugerido pelo senhor Ministro, e que assumo o
5559 Ministério, as conseqüências positivas e negativas dessa proposição, diante da situação de
5560 impasse que nós temos. Não vamos mais nos manifestar sobre esse assunto nesta reunião,
5561 sequer para propor a realização da reunião que tratará desse assunto, e a data. Que fique a
5562 critério do Ministério do Meio Ambiente, que preside este Conselho .

5563

5564 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5565

5566 Muito obrigado, doutor Langone. Eu só queria fazer o seguinte: em vez de dar a palavra
5567 para outros... Eu tenho **treze** encaminhamentos propostos que me parece que, se não são
5568 consensuais, ajeitam a questão em várias direções. Primeiro lugar: nós teríamos uma
5569 reunião extraordinária, no menor prazo possível. Essa reunião extraordinária poderia ser na
5570 semana que vem, com prejuízo de que a semana que vem é Semana Santa, ou na semana
5571 subsequente. Eu queria consultá-los a respeito da data. Segundo lugar: nós temos uma
5572 proposta que a Dra. Marijane já nos fez - o doutor Vicente estava com ela - para dar fóruns
5573 de uma resolução para ser aprovada. O doutor Vicente está trabalhando na resolução lá.
5574 Obrigado. E eu poderia dar a palavra a todos os senhores, e darei a palavra livre. Certo? E o
5575 doutor Finotti está nos anunciando que está retirando a proposta dele, de uma reunião
5576 permanente. Certo? Então, isso está, já, anotado. E eu gostaria de pedir aos senhores três

5577 questões: Primeiro lugar: próxima reunião: semana que vem, é possível? Ou a semana
5578 subsequente. Semana subsequente. Primeira semana...

5579

5580 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

5581

5582 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5583

5584 Dia dois de abril, é uma quarta-feira.

5585

5586 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

5587

5588 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5589

5590 Dia dois de abril é uma quarta-feira, pela folhinha que me deu a secretaria do CONAMA.

5591

5591 Eu espero...

5592

5593 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

5594

5595 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5596

5597 Três de abril, é uma quinta-feira; tradição do CONAMA. Dia três de abril. Alguém tem um

5598

5598 calendário para me dar? Um calendário correto.

5599

5600 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

5601

5602 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5603

5604 Quinta-feira é dia quatro de abril? Eu estou propondo essa. Eu quero saber.

5605

5606 **Senhor**

5607

5608 Dois ou três.

5609

5610 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

5611

5612 **Senhor**

5613

5614 Seria a subsequente à primeira semana de abril.

5615

5616 **Senhor**

5617

5618 Segunda semana de abril?

5619

5620 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5621

5622 Senhores, alguém prefere a primeira ou a segunda semana de abril?

5623

5624 **Senhor**
5625
5626 Segunda.
5627
5628 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
5629
5630 Segunda semana de abril?
5631
5632 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
5633
5634 **Senhor**
5635
5636 Fica prejudicado.
5637
5638 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
5639
5640 Já está prejudicado. Pronto! Está prejudicado. Já está bastante prejudicado. Segunda
5641 semana de abril. Dia doze... Não, dia onze, quinta-feira. Dia onze de abril, quinta-feira.
5642 Onze de abril, quinta-feira.
5643
5644 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
5645
5646 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
5647
5648 Dia onze de abril, está acertada a próxima reunião extraordinária. E a doutora Eleonora vai
5649 tomar providências nesse sentido...
5650
5651 **Eleonora Galvarros Bueno Ribeiro - Diretora Adjunta do CONAMA**
5652
5653 (...) Anunciar o processo (...).
5654
5655 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
5656
5657 O que você quer anunciar? A doutora Eleonora tem alguns anúncios de caráter oficial e
5658 regimental. Doutora Eleonora, por favor.
5659
5660 **Eleonora Galvarros Bueno Ribeiro - Diretora Adjunta do CONAMA**
5661
5662 É informar que a resolução sobre as auditorias ambientais, foi solicitada vista pelo
5663 Ministério dos Transportes e CNI.
5664
5665 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
5666
5667 E as vistas foram concedidas. Só um instantinho, doutor Miguel, deixa eu terminar esta
5668 organização. Eu pretendo cumprir o papel de palavra livre. O doutor Miguel quer uma não-
5669 palavra livre. Então, antes da palavra livre, nós temos uma resolução... Doutora Marijane, a
5670 senhora anunciou que retirou aquela resolução? É isso?

5671

5672 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**

5673

5674 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

5675

5676 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5677

5678 Certo!

5679

5680 **Marijane Lisboa – Representante do Greenpeace**

5681

5682 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

5683

5684 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5685

5686 Doutor Miguel. Doutor Miguel Scarcelo. Miguel é Palavra Livre, a sua? Por favor.O
5687 doutor Miguel, depois você.

5688

5689 **Miguel Scarcelo – Representante das ONGs da Região Norte**

5690

5691 Já que a palavra é livre, eu vou aproveitar para...

5692

5693 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5694

5695 A reunião está em andamento. As pessoas estão se comportando muito mal, mas a reunião
5696 está em andamento.

5697

5698 **Miguel Scarcelo – Representante das ONGs da Região Norte**

5699

5700 Olha, eu estou vendo que as coisas já estão acomodadas. Tem uma proposta de moção do
5701 doutor Paulo. Independente disso, a gente vai continuar falar sobre isso, com certeza, mas
5702 eu quero manifestar aqui, o meu desagravo, a minha sensação de ver um processo bastante
5703 confuso, mal conduzido, e mostrando um despreparo total dos ministérios de fazerem um
5704 trabalho conjunto. Não tiveram o mínimo de habilidade de chegarem junto aos membros do
5705 CONAMA, para conversar sobre essa deficiência que os membros do Ministério e os outros
5706 parceiros possuem, e conduziram esse processo de uma maneira espúria, de uma maneira
5707 desagradável, que só nos colocou num processo de embate. Ao invés de nós evoluirmos
5708 numa proposta decreta e saudável, a gente saiu daqui com uma sensação de perda e ganho.
5709 Isso é a parte mais negativa nesse processo do CONAMA. Acredito que o Ministério, os
5710 ministérios, o Governo Federal perdeu uma grande oportunidade de demonstrar capacidade
5711 de articulação política, e de organização na condução desse processo. Esse é um péssimo
5712 exemplo. Eu acho que se a gente tem um corpo técnico, e representantes com essa
5713 habilidade, é uma coisa bastante nociva. Eu, particularmente, fico chateado, revoltado de
5714 ter participado de um processo que poderia ser conduzido com a conversa, através das
5715 palavras, através de demonstrações de que não tiveram o tempo ou a capacidade necessária
5716 de chegar a um consenso entre si. Isso era o mínimo que deviam ter apresentado. E chegar
5717 aqui, e fazer essa manobra, e nós chegarmos no final de seis horas da tarde, quase sete

5718 horas, a uma coisa que a gente já tinha imaginado às quatro horas da tarde, do que iria
5719 acontecer. Então, eu peço aqui, a todos os membros que estiveram nesse - desculpe o termo
5720 – complô, e de se entenderem melhor, e fazer o dever de casa primeiro, antes de vir para cá,
5721 e nos colocar numa situação tão desagradável como essa, e improdutiva.

5722

5723 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5724

5725 Muito obrigado, doutor Scarcelo. Doutora Giovanna, eu não estou lhe dando a palavra,
5726 não.

5727 Eu estou dando a palavra, pela ordem, ao doutor Roberto, ao doutor Finotti, e depois à
5728 senhora. Doutor Roberto, por gentileza. Então, doutora Giovanna, o doutor Roberto lhe
5729 passa a palavra... Doutor Finotti...

5730

5731 **Senhor**

5732

5733 Vamos ler a proposta. Agora, eu acho que...

5734

5735 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5736

5737 Doutora Giovanna, por favor, tenha a palavra. Doutor Roberto lhe passou a palavra.

5738

5739 **Giovanna Guiotti Testa – Representante da Presidência da República**

5740

5741 Eu quero pedir desculpas aqui, às pessoas que se sentiram constrangidas com a forma que a
5742 reunião tomou; eu me sinto muito, também. Eu não gostaria que as coisas fossem feitas
5743 dessa forma. Miguel, eu estou falando com você. A proposta não estava na pauta. Miguel,
5744 a de ontem e a de hoje de manhã, estava. Desculpa, Miguel, você não viu isso, ontem e
5745 hoje.

5746

5747 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

5748

5749 **Giovanna Guiotti Testa – Representante da Presidência da República**

5750

5751 Não estava na pauta.

5752

5753 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

5754

5755 **Giovanna Guiotti Testa – Representante da Presidência da República**

5756

5757 Não estava na pauta. Desculpe-me. Eu estou te pedindo desculpas, pessoalmente.

5758

5759 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5760

5761 Doutora Giovanna, eu acho que está colocada a sua questão.

5762

5763 **Giovanna Guiotti Testa – Representante da Presidência da República**

5764

5765 Eu estou lhe pedindo desculpas. Não gostaria que você, nem ninguém sentisse isso aqui.
5766 Obrigada.

5767

5768 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5769

5770 Nós todos estamos bastante cansados.Pela ordem, doutor Finotti tem a palavra. Por
5771 gentileza.Muito obrigado, doutora Giovanna.

5772

5773 **Paulo Finotti – Representante das OGNs da Região Sudeste**

5774

5775 Senhores Conselheiros, nós temos um assunto de extrema urgência, e muito rápido. Eu
5776 preciso disto, porque nós temos uma eleição do Conselho a ser realizada até final de maio, e
5777 se caso essa eleição não ocorra, eu renunciarei a minha posição a partir da próxima reunião
5778 plenária - ordinária - porque é época do vencimento da minha gestão. Assim sendo, em
5779 função de alguns problemas de ordem jurídica, que, por sinal, pela primeira vez, foram
5780 apresentados, apesar do processo ser realizado desde 1992, nós precisamos alterar a data de
5781 validade da resolução do CNEA, aprovada recentemente. Nós temos o descadastramento
5782 das entidades ambientalistas do CNEA, determinado pela resolução aprovada a partir do dia
5783 trinta de abril. Face ao adiamento da própria eleição, esse descadastramento deverá ser feito
5784 a partir do dia trinta e um de julho deste presente ano. Então, eu precisaria da posição dos
5785 Conselheiros que sobraram. Por gentileza, é esta a posição.

5786

5787 **Senhor**

5788

5789 Então, eu acho que é questão de votação, apenas.

5790

5791 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5792

5793 O doutor Vicente vai fazer a apresentação da moção.O doutor Roberto abriu mão da
5794 palavra. O doutor Vicente estava inscrito. O senhor vai para a fila, e guarda a sua questão,
5795 por favor.

5796

5797 **Senhora**

5798

5799 Temos uma votação.

5800

5801 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5802

5803 Temos a votação do CNEA?

5804

5805 **Senhora**

5806

5807 É.

5808

5809 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5810

5811 Então, encaminhe a votação, doutora Eleonora, por favor,

5812

5813 **Eleonora Galvarros Bueno Ribeiro - Diretora Adjunta do CONAMA**

5814

5815 Se os Conselheiros estiverem de acordo com a prorrogação do prazo, que se manifestem,
5816 levantando seus cartões até... É um ano a mais de prazo.

5817

5818 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5819

5820 Perfeito! Quem estiver contrário, por favor, se manifeste. Quem quiser se manifestar com
5821 abstenção, se manifeste. Está aprovado. O doutor Vicente vai apresentar agora uma
5822 proposta de moção, que foi realizada, inicialmente, pela doutora Marijane, ABEMA, e,
5823 posteriormente pelo doutor Paulo Nogueira Neto.

5824

5825 **Vicente Gomes da Silva– Procurador Geral do IBAMA**

5826

5827 Bem, a moção seria o seguinte: que o plenário deste Conselho transmite ao IBAMA e ao
5828 Ministério do Meio Ambiente, a sua decisão de defender suas prerrogativas referentes ao
5829 licenciamento ambiental dos transgênicos de acordo com o previsto na Constituição Federal
5830 e Lei de Política Nacional de Meio ambiente. Alguém mais?

5831

5832 *(Interferência fora do microfone. Inaudível).*

5833

5834 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5835

5836 Não entram os Estados também, como prerrogativa? É só Federal? Doutor Bráulio.

5837 **Bráulio**

5838

5839 A minha redação seria não especificar os casos; dizer que nós temos que defender a nossa
5840 prerrogativa referente ao licenciamento ambiental previsto na Constituição. Não
5841 mencionaria transgênicos, porque toda a polêmica se faz em torno da situação dos
5842 transgênicos. A minha idéia é reafirmar os poderes que nós temos, não somente referente
5843 aos transgênicos, mas referente a tudo. Agora, a coisa é mais específica aos transgênicos,
5844 então, vamos fazer uma nova reunião para tratar disso.

5845

5846 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5847

5848 Só uma questão: então, não caberia apenas ao IBAMA, mas ao Ministério, ao SISNAMA,
5849 ou aos órgãos ambientais...

5850

5851 **Vicente Gomes da Silva– Procurador Geral do IBAMA**

5852

5853 Então, a expressão *transgênico*, não aparece no texto. É o seguinte: o plenário deste
5854 Conselho transmite ao IBAMA e ao MMA, a sua decisão de defender suas prerrogativas
5855 referentes ao licenciamento ambiental de acordo com a Constituição Federal e Lei de
5856 Política Nacional do Meio Ambiente.

5857

5858 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5859
5860 Doutor Vicente, porque só o IBAMA e Ministério de Meio ambiente, e não também os
5861 órgãos estaduais? Eu estou só lhe perguntando.
5862
5863 **Vicente Gomes da Silva– Procurador Geral do IBAMA**
5864
5865 Pode ser.
5866
5867 **Senhor**
5868
5869 Comoção geral.
5870
5871 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
5872
5873 Aos órgãos ambientais...
5874
5875 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
5876
5877 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
5878
5879 Ao SISNAMA?
5880
5881 **Vicente Gomes da Silva– Procurador Geral do IBAMA**
5882
5883 Do SISNAMA.
5884
5885 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
5886
5887 **Vicente Gomes da Silva– Procurador Geral do IBAMA**
5888
5889 Exatamente! Transmite aos órgãos... Não só ao IBAMA, MMA e aos órgãos do
5890 SISNAMA. Acrescenta isso na defesa da moção.
5891
5892 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
5893
5894 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**
5895
5896 Doutor Miguel, está em discussão. A matéria está em discussão.
5897
5898 **Vicente Gomes da Silva– Procurador Geral do IBAMA**
5899
5900 *OK!*
5901
5902 **Miguel Scarcelo – Representante das ONGs da Região Norte**
5903
5904 Eu sugiro que, ao invés de ser defendida, seja garantida. O Ministério tem que garantir as
5905 prerrogativas do CONAMA. Ou CONAMA; não sei. Mas, defendida, não. Nós temos que

5906 ter isso garantido. O Poder Público Federal, que legisla sobre isso, tem que garantir. Nós
5907 decidimos aqui, isso tem que ser mantido.

5908

5909 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5910

5911 O senhor quer ler mais uma vez, por gentileza, doutor Vicente, agora com a nova
5912 observação do doutor Miguel.

5913

5914 **Vicente Gomes da Silva– Procurador Geral do IBAMA**

5915

5916 Sim. Eu citei SISNAMA? A idéia é passar... A expressão é em vez de ser defender... Botar
5917 garantido, né? Bom o plenário deste Conselho transmite ao IBAMA, ao MMA e aos demais
5918 órgãos integrantes do SISNAMA, a sua decisão de garantir suas prerrogativas referentes ao
5919 licenciamento ambiental, de acordo com a Constituição Federal e Lei de Política Nacional
5920 de Meio Ambiente. Defender e garantir. *OK!*

5921

5922 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5923

5924 De acordo, doutor Miguel? Defender e garantir. Está em votação. Quem estiver de acordo,
5925 por favor, se manifeste. (*Votação. Inaudível*). Muito obrigado. Quem estiver contrário, se
5926 manifeste. (*Votação. Inaudível*). Quem tiver desejo de manifestar a sua abstenção,
5927 manifeste. Aprovada. Não havendo mais nenhum momento de pauta, nós temos agora
5928 Palavra Livre, e temos inscrito o doutor Roberto. Por gentileza. Alguém mais gostaria de
5929 fazer uso da palavra, na Palavra Livre? Finotti e Miguel.

5930

5931 **Roberto Alves Monteiro – Membro Honorário**

5932

5933 Senhor presidente, senhores Conselheiros, eu tive a honra, anos atrás, no âmbito da
5934 Câmara Técnica de Controle Ambiental, de coordenar a elaboração de um ante Projeto de
5935 Lei sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos; ante Projeto de Lei esse, que foi apoiado
5936 e aprovado por esta casa, para encaminhamento ao Congresso Nacional. Esse texto, hoje,
5937 consta no conjunto de mais de quarenta projetos que estão na mão do relator **Hemerson**
5938 **Capaz**, que preparou um substitutivo a essa política, com cerca de mais de cento e setenta
5939 artigos. E, atualmente tive notícias de um novo substitutivo apresentado pelo deputado
5940 **Luciano Zica**. Tendo em vista que essa matéria é pungente e é do alto interesse desta casa,
5941 eu gostaria de solicitar à Presidência e à Secretaria Executiva que pudesse agendar uma
5942 reunião extraordinária, com convite ao senhor relator dessa matéria, no Congresso
5943 Nacional, deputado **Hemerson Capaz**, para que nós pudéssemos aprofundar, e acrescentar,
5944 e apresentar sugestões que melhor consignassem os interesses desta casa, na condução de
5945 uma nova política para a questão de resíduos sólidos neste País. Essa é a colocação, senhor
5946 presidente.

5947

5948 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5949

5950 Muito obrigado, doutor Roberto. Pela ordem, doutor Finotti, por gentileza.

5951

5952 **Paulo Finotti – Representante das OGNs da Região Sudeste**

5953

5954 Eu disse, alguns dias atrás, que eu não tenho vocação para Senador Suplicy, que fala para
5955 auditório vazio, mas em todo caso, eu que quero registrar que o CONAMA, através de um
5956 pleito deste Conselheiro, está tendo no seu *site*, uma página com o título: “A Página do
5957 Conselheiro”, reservada a matérias que Conselheiros e ex-Conselheiros queiram colocar.
5958 Então, até o momento, só temos três matérias que foram de minha autoria. Eu gostaria de
5959 solicitar aos senhores Conselheiros aqui presentes ou aqueles que forem ler a ata que, por
5960 gentileza, apresentem algumas matérias de ordem jornalística, de ordem técnica para nós
5961 conseguirmos aumentar o nosso acervo de atividades, e prestarmos mais um serviço a esta
5962 Nação. É só isso, e muito obrigado.

5963

5964 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5965

5966 Muito obrigado, doutor Finotti. Tem a palavra, o doutor Miguel Scarcelo. Por gentileza.

5967

5968 **Miguel Scarcelo – Representante das ONGs da Região Norte**

5969

5970 Para fechar, eu lamento, porque aqui poderia ter se dado um grande exemplo de como fazer
5971 um processo democrático, de ter se articulado com os estados para que isso acontecesse de
5972 maneira correta. Bom, mas quero deixar dois recados: primeiro, cobrar de novo do
5973 Ministério do Meio Ambiente, os trabalhos para a discussão da sobreposição de terras
5974 indígenas com unidade de conservação. Isso já é de novo... Eu, toda vez que venho à
5975 reunião do CONAMA, eu tenho que fazer essa cobrança, que isso é um processo que já
5976 devia ter sido feito há um ano atrás, e ainda está tramitando. Então, eu quero pedir ao
5977 IBAMA, e quero pedir à FUNAI que, por favor, se entendam, trabalhem e cheguem a um
5978 consenso, porque se os dois órgãos não chegarem a um entendimento, a gente nunca vai
5979 resolver esse problema. E as comunidades indígenas e a conservação do meio ambiente vão
5980 continuar em perigo. E segundo: quero cobrar também, a regulamentação do Sistema
5981 Nacional de Unidade de Conservação. Nós estamos a quase dois anos com a promulgação
5982 da lei, e essa regulamentação não aparece. Então, por favor, tomar providências para que
5983 isso possa ser logo resolvido. Muito obrigado.

5984

5985 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário do MMA**

5986

5987 Obrigado. Então, declaro encerrada a reunião. Muito obrigado a todos.

5988